

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

SOLANGE BASSETTO DE FREITAS

E AGORA JOSÉ?

**Ideologias de gênero e autores de violência sexual contra crianças
e adolescentes**

FRANCA

2015

SOLANGE BASSETTO DE FREITAS

E AGORA JOSÉ?

**Ideologias de gênero e autores de violência sexual contra crianças
e adolescentes**

Tese apresentada à Faculdade Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina Nassif Soares

FRANCA

2015

Freitas, Solange Bassetto

E agora José? Ideologias de gênero e autores de violência sexual contra crianças e adolescentes / Solange Bassetto Freitas.
– Franca : [s.n.], 2015.

133 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Ana Cristina Nassif Soares

1. Serviço social com crianças. 2. Crime sexual. 3. Gênero.
I. Título.

CDD – 301.633

SOLANGE BASSETTO DE FREITAS

E AGORA JOSÉ?

**Ideologias de Gênero e Autores de Violência Sexual Contra Crianças
e Adolescentes**

Tese apresentada à Faculdade Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: _____
Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2015.

*Dedico essa tese a mim mesma,
E que me perdoem a indelicadeza,
Pois só quem viveu a tese, sabe,
o quanto de dedicação se cabe,
nessa tarefa árdua do saber...*

*Saber, que não tem fim,
Saber que se transforma em conhecimento,
E que nunca estará findado a contento,
Por quem pretende conhecer...*

*Portanto me perdoem
os que se sentiram prejudicados
Pelos nomes que não estão aqui citados
Porque junto ao meu esforço
Só o de uma pessoa muito bacana
A quem quero dedicar
Minha querida Ana!*

(Solange Bassetto de Freitas, 2015)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela fé, pela perseverança, pela existência!

Agradeço imensamente, aos meus pais e minha irmã, pelo incentivo, sempre...

Agradeço a minha Orientadora, pela forma suave com que conduziu minhas orientações, sabedoria, descontração, bom humor, paciência, enfim, um carisma que poucos possuem. Ana, você faz toda diferença na vida de quem passa pelos seus caminhos!

Agradeço também as Professoras Dras. Adriana Giachetto e Nayara Oliveira, que contribuíram muito com suas recomendações, na banca de qualificação deste trabalho. A delicadeza e suavidade, foram revigorantes.

Agradeço aos meus amigos de trabalho, Diviane, Carolina, Claudinéia, Vanderlei e Vânia, pela paciência em relação aos meus devaneios, durante o expediente de trabalho. E também pelas contribuições ao longo das discussões que tivemos sobre meu estudo.

Agradeço à minha irmã, que escolhi nessa vida, Sonia, pelo apoio sempre em qualquer situação.

Agradeço também aos meus alunos, que sempre me inspiram na busca pelo conhecimento.

Agradeço ao meu companheiro, Cláudio, pelo incentivo, por acreditar no meu potencial, pela paciência, sempre e pela inspiração.

As pessoas do Projeto Repropondo, pois sem a valorosa colaboração de todos este trabalho não seria possível.

Em especial a Karen Esber, que não se furtou em nenhum momento em dividir comigo o material que dispunha, fruto de sua pesquisa, me apoiando em todas as

situações em que necessitei, com certeza me inspirou muito com seus exemplos de pesquisa e atuação.

Também gostaria de agradecer a Monica Café, que me recebeu com tanto carinho, no Projeto Invertendo a Rota, brindando-me com sua experiência de atuação.

Gostaria também de agradecer aos sujeitos dessa pesquisa, que ao aceitarem a intervenção dos profissionais do Projeto Repondo, lançaram luz sobre o contexto que os envolve, colaborando decisivamente para que a perspectiva da construção social dos sujeitos possa ser considerada nos estudos sobre a violência que cometeram, objetivando tira-lhes a máscara do monstro que a sociedade lhes impõe.

*Não sei se vou chegar,
Mas com certeza eu vou tentar...*

*O caminho é difícil, tenho que me esforçar
Mas não posso desistir, procuro me dedicar*

*Não sei se vou chegar,
Mas com certeza eu vou tentar...*

*O doutorado não é um título que quero conquistar,
Não é só uma pesquisa, é a contribuição que quero dar*

*Não sei se vou chegar,
Mas com certeza eu vou tentar...*

*E hoje, agradeço aos meus amigos, agradeço a grande Ana
Por querer me orientar, e por essa pessoa bacana*

*Não sei se vou chegar,
Mas com certeza eu vou tentar...*

*Conhecimento é responsabilidade, pode não trazer felicidade,
Mas que traga humildade,
Que também é sua finalidade*

(Versão da música de Fala Mansa: Caminho difícil).

JOSÉ

*E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,*

*a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, você?
Você que é sem nome,
que zomba dos outros,
Você que faz versos,
que ama, protesta?
e agora, José?*

*Está sem mulher,
está sem discurso,
está sem carinho,
já não pode beber,
já não pode fumar,
cuspir já não pode,
a noite esfriou,
o dia não veio,
o bonde não veio,
o riso não veio,
não veio a utopia
e tudo acabou
e tudo fugiu
e tudo mofou,
e agora, José?*

*E agora, José?
Sua doce palavra,
seu instante de febre,
sua gula e jejum,*

*sua biblioteca,
sua lavra de ouro,
seu terno de vidro,
sua incoerência,
seu ódio, - e agora?*

Com a chave na mão

*quer abrir a porta,
não existe porta;
quer morrer no mar,
mas o mar secou;
quer ir para Minas,
Minas não há mais!
José, e agora?*

*Se você gritasse,
se você gemesse,
se você tocasse,
a valsa vienense,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...
Mas você não morre,
você é duro, José!*

*Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem ter agonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja do galope,
você marcha, José!
José, para onde?*

(Carlos Drummond de Andrade)

FREITAS, Solange Bassetto. **E agora José?** Ideologias de gênero e autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. 2015. 133 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

RESUMO

A presente pesquisa objetivou verificar as ideologias de gênero presentes nas representações dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes e relação com a violência cometida por estes sujeitos. O levantamento de dados se realizou através da análise das transcrições dos atendimentos realizados por um projeto, com autores desse tipo de violência, que estavam reclusos entre os anos de 2006 e 2008. A análise dos dados nos possibilitou verificar que as ideologias de gênero se fazem presentes nas representações dos autores, bem como são utilizadas como justificativa para a violência cometida, quando admitida pelos sujeitos. Neste sentido, se faz necessário para superar ou diminuir o número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, a ressignificação das ideologias de gênero presentes nas representações desses autores, aspecto que deve ser aspecto contemplado nos atendimentos. Diante disso, também consideramos a necessidade de um processo educacional que possa contribuir para a transformação das relações de gênero, uma vez que as ideologias de gênero fazem parte de um contexto sócio-histórico e cultural, que somente é passível de superação, através da educação.

Palavras-chave: ideologias de gênero. autores de violência sexual. ressignificação.

FREITAS, Solange Bassetto. **And now Jose?** Ideologies of Gender and Authors of Sexual Violence Against Children and Adolescents. 2015. 133 p. Thesis (Ph.D. in Social Work) - Faculty of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

ABSTRACT

This study aimed to verify the gender ideologies present in the representations of the perpetrators of sexual violence against children and adolescents and their relationship with the committed violence. The data collection was performed by analyzing the transcripts of care provided by re-proposing Project, the authors of such violence, who were inmates between 2006 and 2008. Data analysis allowed us to verify that gender ideologies are made present in the representations of the authors and are used as justification for violence committed when admitted by the subjects. In this sense, it is necessary to overcome or reduce the number of cases of sexual violence against children and adolescents, the redefinition of gender ideologies present in the representations of these authors aspect to be contemplated in the care aspect. Therefore we also consider the need for an educational process that can contribute in the transformation of gender relations, as gender ideologies are part of a socio-historical and cultural context that is only likely to overcome through education.

Keywords: gender ideologies. perpetrators of sexual violence. reframing.

FREITAS, Solange Bassetto. **Y ahora José?** Las ideologías de género y los autores de la Violencia Sexual contra los Niños, Niñas y Adolescentes. 2015, 133 f. Tesis (Doctorado en Servicio Social) - Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo verificar las ideologías de género presentes en las representaciones de los autores de actos de violencia sexual contra niños y adolescentes y su relación con la violencia cometida. La recolección de datos se realizó mediante el análisis de las transcripciones de la atención proporcionada por volver a proponer proyectos, los autores de este tipo de violencia, que estaban presos entre 2006 y 2008. El análisis de datos nos permitió verificar que las ideologías de género se hacen presente en las representaciones de los autores y se utilizan como justificación para la violencia cometido cuando admitido por los sujetos. En este sentido, es necesario superar o reducir el número de casos de violencia sexual contra niños y adolescentes, la redefinición de las ideologías de género presentes en las representaciones de estos autores aspecto a contemplar en el aspecto cuidado. Por lo tanto, también consideramos la necesidad de un proceso educativo que pueden contribuir a la transformación de las relaciones de género, como las ideologías de género forman parte de un contexto socio-histórico y cultural que sólo es probable que superar mediante la educación.

Palabras clave: ideologías de género. autores de violencia sexual. replanteo.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Atendimento Projeto Repondo	27
QUADRO 2 - Período de Atendimento dos Sujeitos Pesquisados.....	27
QUADRO 3 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa	28

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 - Sala de atendimento na penitenciária.....	41
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Dados sobre Violência no Brasil	17
--	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPITULO 1 CONTANDO A HISTÓRIA DA TESE	22
1.1 Metodologia	26
1.1.1 Os sujeitos e os procedimentos	26
1.1.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa	28
1.1.3 Conhecendo as histórias de vida dos sujeitos.....	28
1.2 Análise de dados na categoria gênero	36
1.3 Os projetos de ressignificação da violência	38
1.3.1 O projeto do Instituto NOOS.....	38
1.3.2 Programa Repondo, do Projeto Invertendo a Rota – PUC Goiânia	30
CAPITULO 2 SEXUALIDADE: CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES	44
2.1 A sexualidade na antiguidade	46
2.2 A sexualidade no período clássico	49
2.2.1 A civilização chinesa	49
2.2.2.1 <i>Grécia, Roma, Pérsia e Índia</i>	51
2.3 A sexualidade na Idade Média	53
2.4 A sexualidade no período das colonizações	57
2.5 A sexualidade no mundo moderno	61
2.5.1 A cultura sexual ocidental moderna	61
2.5.2 A ética judaico cristã e a sexualidade moderna	63
2.6 A sexualidade do Brasil: da colônia à contemporaneidade	66
2.6.1 A sexualidade no Brasil colônia.....	66
2.6.2 A sexualidade na modernidade brasileira.....	69
2.7 Da violência sexual contra a mulher à violência sexual contra crianças e adolescentes	74
CAPÍTULO 3 AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL E IDEOLOGIAS DE GÊNERO: masculinidade, virilidade e violência	79
3.1 Autores de violência sexual: vítimas e algozes, numa sociedade patriarcal	80

3.2 Ideologias de gênero presentes na masculinidade dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes	85
3.3 Virilidade e violência	91
3.4 A violência é “macho”?	92

**CAPÍTULO 4 AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL, RESSIGNIFICAÇÃO
E SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL**

4.1 O sistema de justiça brasileiro e autores de violência sexual	103
4.2 Autores de violência sexual e o Projeto Repondo: é possível ressignificar a violência cometida?	112
4.3 Há vida lá fora? As expectativas após a saída da prisão	114

CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS.....

ANEXOS

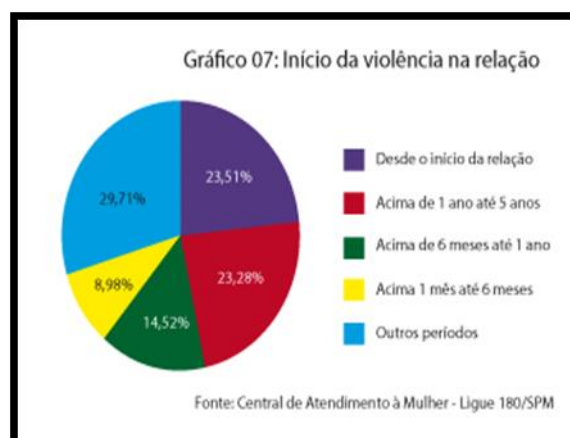
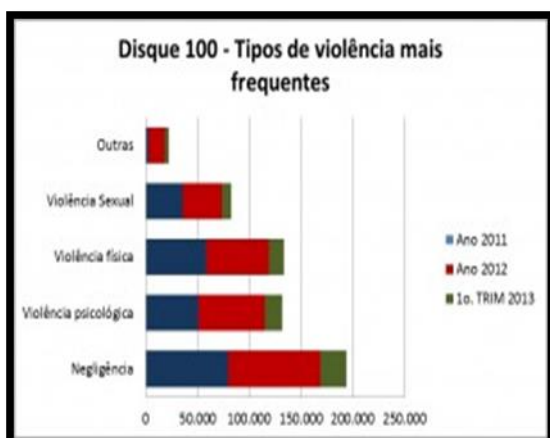
ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	131
ANEXO B - AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	133

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desta pesquisa surgiu em nossa experiência cotidiana de trabalho, enquanto assistente social judiciária, quando em atendimentos a mães de crianças, vítimas de abuso sexual. Uma delas, no decorrer de seu depoimento, nos descreveu a situação dizendo: “[...] é como se a luz tivesse se apagado, todo mundo tivesse sumido, como se eu estivesse sem rumo”; ela se sentia sozinha no escuro, como no poema “José”, escrito por Carlos Drummond de Andrade em 1942 (ANDRADE, 1973). Sem respostas e sem rumo. Tal situação trouxe à tona muitas indagações, sobre os motivos levam um sujeito a cometer tal tipo de violência. E como a sociedade constrói tais sujeitos. Surgia, naquele momento, uma inquietação, a mesma que acreditamos ser o que motiva o pesquisador a debruçar-se sobre seu tema e se dispor a dedicar-se ao processo instigante da pesquisa. Então iniciamos este trabalho que agora apresentamos.

A violência tem sido tema recorrente na atualidade, tanto na mídia como no meio acadêmico; muito se tem falado sobre o assunto, porém os dados mostram que a cada dia a violência tem aumentado em todas as suas expressões, como se pode verificar nos dados a seguir:

GRÁFICO 1 – Dados sobre Violência no Brasil



Fonte: Compromisso e Atitude (2015).

Uma das formas de expressão da violência é a de gênero, que ocorre entre homens e mulheres e tem seu maior número de vítimas do sexo feminino. Porém é necessário ressaltar que a violência de gênero é um conceito que vai além da violência contra mulher, pois abrange não só as mulheres, como também crianças e adolescentes, objetos da violência masculina, legitimada pelo sistema de gênero patriarcal, envolto na ideologia machista (SAFFIOTI, 2004).

Enfocamos em nosso trabalho a violência sexual cometida por homens em relação a crianças e adolescentes, sob o olhar da categoria de gênero, buscando desvendar os aspectos de gênero que estão presentes nas representações sociais masculinas que legitimam essa forma de violência, haja vista que os estudos demonstram que em 99% dos casos de violência sexual contra crianças ou adolescentes são cometidos por sujeitos do sexo masculino (SAFFIOTI, 2004).

Este trabalho contempla a questão da violência sexual como um tipo de violência de gênero, à medida que está legitimada pela dominação masculina, pelo sistema de gênero e envolta pela ideologia de gênero que o compõem.

É importante ressaltarmos que estamos utilizando o termo violência sexual, ao invés de outras significações, porque acreditamos se tratar de um fenômeno sóciohistoricamente construído. Também o termo autor de violência sexual é utilizado em detrimento de outros como: agressor ou violentador, por objetivarmos conhecer melhor esses sujeitos, sem impor a eles qualquer tipo de julgamento ou juízo de valor, pois acreditamos que se trata de uma pessoa que cometeu um ato violento, mas que não é em si agressor.

A violência atualmente é algo que, para Saffioti, o entendimento popular já conseguiu definir, em razão da constante contato que a população tem tido com essa questão. Sendo assim:

[...] o entendimento popular da violência apóia-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje aceito como verdadeiro e único. Trata-se da violência como a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. (SAFFIOTI, 2004, p. 17).

A violência é um ato que reduz a pessoa a uma condição de objeto, deixando de visualizar no outro a condição humana, coisificando-a.

Como já colocado, uma das formas de violência de gênero é a sexual, que está entrelaçada à dominação masculina, que é um dos alicerces da organização da sociedade patriarcal que fundamenta toda uma série de fatores como: práticas, representações, processos simbólicos, normas e valores sociais (BARBIERI, 1993).

Em nossa sociedade permanece a organização de gênero patriarcal que legitima a dominação masculina, onde o homem impera nas relações de poder.

Sendo assim, entre o medo e o controle é que está regida a organização social de gênero em nossa sociedade.

O termo gênero vai além de uma organização social, uma vez que diz respeito à construção social do masculino e do feminino; é mais vasto que o patriarcado, sendo uma categoria pela qual se analisa a história e ainda um campo pelo qual o poder circula (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004).

Assim, o patriarcado é uma das formas pelas quais o gênero se organiza. Este é fundamentado pela dominação masculina que ocorre pelas vias da violência física e simbólica; sendo que a violência sexual condensa tanto a física, quanto a simbólica.

Enfocamos a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, como uma das expressões da violência de gênero à medida que, na maioria das vezes, esta é praticada por homens em relação a meninas e adolescentes do sexo feminino. Sabemos que ocorrem casos onde a violência é praticada contra meninos, porém o número é bem menor e mesmo nestes casos acreditamos que está presente a ideologia de gênero, como aponta Saffioti (1989), fazendo a diferenciação entre violência física, onde os dois sexos aparecem como autores; na violência sexual a maior parte dos autores é de homens e suas vítimas são meninas. Segundo a autora, tal realidade nos mostra como na História a socialização da mulher é atravessada pela submissão ao homem. Sendo assim, a submissão da criança não é somente ao poder do adulto, mas sim ao poder do adulto homem.

Neste trabalho discorreremos sobre as ideologias de gênero, no plural, por se tratarem de vários aspectos que legitimam a dominação da mulher pelo homem ou da criança pelo adulto, como por exemplo: o machismo, a virilidade e a dominação, que ainda se fazem presentes em nossa cultura.

Para percorrermos os caminhos dessa temática realizamos no primeiro momento um histórico sobre a trajetória da tese, procurando situar o leitor sobre o percurso teórico metodológico percorrido desde os primeiros escritos desse trabalho. Também apresentamos nossos sujeitos para que ao se depararem com as falas, seja possível perceber de que contexto nossos sujeitos trazem seus depoimentos.

No segundo capítulo realizamos uma discussão sobre as questões históricas relacionadas à sexualidade, desde a antiguidade até os dias atuais no Brasil. A questão da sexualidade é aspecto central em nossa tese, visto que, os

sujeitos de nossa pesquisa foram constituídos sócio culturalmente, a partir de suas experiências em relação ao sexo.

Iniciamos a conversa com as falas de nossos sujeitos ao final deste capítulo, pois analisamos que mesmo que estivessem apenas no término, às falas se reportam a aspectos culturais e ideológicos de suma importância para o contexto de nosso trabalho.

No terceiro capítulo desenvolvemos uma discussão a respeito dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes e as ideologias de gênero que estão envolvidas em suas representações de gênero.

No quarto capítulo procuramos desenvolver uma reflexão sobre o sistema prisional brasileiro, em relação aos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, haja vista a dura realidade que estes enfrentam ao se depararem com tratamento desumano por parte de outros presos que cometeram crimes diferentes. Tratamento este também justificado a partir das ideologias de gênero. Neste capítulo ainda abordamos o atendimento realizado pelo Projeto Repondo, buscando ressaltar a questão da resignificação da violência cometida. E ainda, as perspectivas dos sujeitos após a saída da prisão.

Durante nossa pesquisa, verificamos que as ideologias de gênero não só estão presentes no modo como os sujeitos percebem o mundo, bem como fazem parte das justificativas que utilizam para a violência cometida. Sendo assim, à medida que se pretenda superar ou diminuir o número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, a resignificação das ideologias de gênero presente nas representações desses autores, deve ser aspecto contemplado nos atendimentos.

Diante disso, se as ideologias de gênero se fazem tão presentes nas representações desses sujeitos, como nossa pesquisa demonstrou, a necessidade sobrepõe-se aos projetos de resignificação e se coloca como parte de um processo educacional, onde as relações de gênero sejam revistas e transformadas, de modo que mulheres e homens, sejam adultos ou crianças possam se relacionar de modo diferente da realidade atual.

A sexualidade ainda é um tema cercado de tabus; a discussão da mesma, bem como a viabilização dessa discussão em todos os âmbitos da sociedade se faz necessária como estratégia para prevenção da violência sexual, visto que quanto

mais se conhecer sobre o assunto, maiores são as chances de se interromper o ciclo da violência ainda permeado pelo silêncio. Assim, quanto mais falarmos sobre sexualidade e violência sexual, maiores serão as chances de prevenirmos essa forma de violência. Neste sentido, o saber torna-se então poder.

CAPÍTULO 1 CONTANDO A HISTÓRIA DA TESE

Se não pudermos olhar para o outro, como ser humano que é, tão pouco, conseguiremos nos reconhecer nele.
(Solange Bassetto de Freitas, 2014).

A trajetória desse trabalho tem começo em um certo dia do ano de 2010, logo após nossa nomeação para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Logo de início do trabalho na Comarca de Nova Granada, interior de São Paulo, deparamo-nos com uma situação que nos provocou angústia. Uma senhora, mãe de um autor de violência sexual contra seus netos, demonstrou verdadeiro desespero ao imaginar como seu filho poderia ser capaz de ter cometido violência sexual, contra os próprios filhos.

A referida senhora, em sua angústia, nos questionava parecendo declamar o poema: “José”, de Carlos Drummond de Andrade.

Deu-se então o questionamento que nos moveu a realizar esta pesquisa.

Iniciamos então as leituras a respeito do tema buscando ter conhecimento acerca dos autores de violência sexual e então passamos a realizar o levantamento bibliográfico e verificamos que, a maiorias das obras a respeito desses sujeitos os colocam numa situação de doentes mentais e relacionam a violência cometida a um processo patológico. Entretanto entendemos que não se trata de indivíduos que nascem violentos, mas tornam-se violentos, como coloca Karen Michel Esber (2010).

Karen, em sua dissertação, fez um estudo a respeito dos autores de violência sexual demonstrando que tais sujeitos não são mentalmente adoecidos, através da análise de alguns casos e deu voz aos autores violência sexual.

Somos sujeitos construídos, através de nossa história, somos o resultado da mistura de nossa história, da interpretação que fazemos de nossas experiências, das ideologias que carregamos e das relações sociais que estabelecemos, sendo assim crer que um sujeito nasce violento, é desacreditar na construção sócio histórica do ser humano, já demonstrada por tantos autores importantes como, Duarte (1993), Martins (2004), Louro (1997), com os quais concordamos plenamente e nos quais nos referenciamos também na elaboração desta tese.

Após um período de leituras e participação em eventos, fomos para Goiânia, conhecer o Projeto Invertendo a Rota, que tem o Programa Repropondo, da Pontifícia Universidade Católica (PUC), o qual realiza atendimento aos autores de violência sexual, objetivando a ressignificação da violência cometida.

Lá tivemos contato com senhora Monica Barcelos Café, que coordenava o referido programa. Foi uma experiência muito rica no sentido de conhecer o funcionamento do projeto e também o universo desses sujeitos, que para a sociedade, ainda são monstros.

Durante nossa abordagem junto à senhora Monica, fomos informadas de que os atendimentos realizados em relação aos autores de violência, foram gravados e ficaram arquivados nos arquivos do Instituto Dom Fernando, que faz parte da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Goiânia.

Nesta ocasião conhecemos Karen Michel Esber, psicóloga do projeto Repropondo, doutoranda da PUC Goiânia e autora do livro intitulado “Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes”, (ESBER, 2009) uma de nossas principais referências neste trabalho, com quem também tivemos condições de discutir sobre a questão dos autores de violência sexual. Karen nos forneceu contatos da Penitenciária de Goiânia, onde os atendimentos dos autores reclusos eram realizados.

Na época pretendíamos realizar entrevistas com os autores de violência sexual, para identificar se nas representações de gênero dos mesmos haviam ideologias de gênero e se estas teriam colaborado para o ato violento acontecer. Porém no decorrer de nosso estudo verificamos que se realizássemos análises a respeito dos atendimentos realizados no programa Repropondo, teríamos uma gama bastante vasta de elementos para analisarmos que daria conta de nosso objetivo, visto que a entrada na Penitenciária, demandaria uma burocracia, considerável que poderia tornar inviável nosso estudo, e de qualquer modo, os sujeitos entrevistados seriam os mesmos que já haviam sido atendidos pelo referido programa, não havendo necessidade que os mesmos falassem novamente sobre os fatos. Além disso, a vinculação e estabelecimento de uma relação de confiança com os sujeitos, poderia tomar muito tempo.

Sendo assim, optamos por analisar o material já produzido nos atendimentos, mas agora, estas falas teriam o nosso olhar, vindo de nossa formação em Serviço Social.

Estamos aqui denominando representações de gênero, enquanto forma de representação social acerca dos aspectos relacionados ao gênero, pois consideramos que os sistemas culturais, imaginários e simbólicos são processos

históricos e, portanto, produtos das relações sociais vigentes em um determinado período, sendo as representações de gênero inter-relacionadas com os saberes do senso comum, vindas dos indivíduos que constituem o processo das ações sociais a partir de suas visões de mundo, concepções e culturas presentes na vida cotidiana. Assim, fazem parte da constituição das representações de gênero, os indivíduos com seus arsenais de experiência e também suas relações com o meio social.

Ressaltamos que,

Nossa concepção de gênero basea-se em Scott (1995), para quem gênero é tratado como elemento constituidor das relações sociais pautadas nas distinções entre os sexos e do qual fazem parte quatro aspectos importantes. O primeiro encontra-se nos símbolos culturais que trazem representações. No segundo, estão contidos os conceitos normativos que exprimem as interpretações dos significados dos símbolos. As instituições e organizações sociais contemplam o terceiro aspecto. E na identidade subjetiva, encontra-se o quarto. (FREITAS, 2005, p. 7).

Pensando nessa perspectiva, por inúmeras vezes nos questionamos sobre o papel de nossa sociedade contemporânea na construção de indivíduos, capazes de cometer violência sexual em relação a crianças e adolescentes. E principalmente se é possível reverter essa capacidade, uma vez que o encarceramento tem se mostrado ineficaz, de acordo com pesquisas já realizadas (CAFÉ, 2012).

No decorrer de nosso estudo verificamos que os projetos de ressignificação da violência são alternativas que têm dado boas respostas à questão dos autores de violência sexual, em relação a crianças e adolescentes.

A pesquisadora Karen Esber (2008, p. 75) coloca que;

Por meio do relacionamento terapêutico, o indivíduo pode reconstruir pensamentos, sentimentos e impressões a respeito da violência cometida. A violência, portanto, deve ser considerada um fenômeno relacional, e não individual.

Sendo assim, nosso estudo também contemplará mais à frente o trabalho desenvolvido pelo Projeto Repropondo, que é, nosso *lócus* de pesquisa.

Em nosso estudo estamos denominando como ideologias de gênero aspectos que estão ligados aos papéis sociais femininos e masculinos e que impõem a homens e mulheres comportamentos socialmente aceitáveis ou não,

como exemplo: machismo, a virilidade, dentre outros, que estão constituídas nas formas que a sociedade apregoa que se deve ser homem ou mulher.

1.1 Metodologia

Sendo assim, após realizados os tramites determinados pelas normas éticas, ou seja, autorização da diretora do Instituto Dom Fernando, responsável por guardar o material produzido pelo Projeto Repondo, bem como após submissão e aprovação de nossa pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp- Franca, obtivemos cópias transcritas dos atendimentos de seis autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, que nos foram enviados por Karen Esber, via correio eletrônico.

1.1.1 Os Sujeitos e os procedimentos

Foram selecionados seis autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, que passaram pelo programa Repondo, dos quais os depoimentos não tinham sido utilizados nas pesquisas do Instituto Dom Fernando, mantenedor do projeto Invertendo a Rota.

Para não correremos o risco de repetirmos as falas de sujeitos, cujos relatos já haviam sido utilizados em outras pesquisas, solicitamos a senhora Karen Michel Esber, que ao selecionar as transcrições dos atendimentos, se atentasse para que os sujeitos selecionados não tivessem tido seus depoimentos utilizados em outras pesquisas. Não colocamos para Karen nenhum outro critério, de modo que, ficasse a cargo dela selecionar as transcrições que seriam enviadas, para que não interferíssemos nos dados a serem analisados.

O Projeto Repondo vem atendendo autores de Violência Sexual, desde 2004, como poderemos ver no quadro de atendimento a seguir descrito:

QUADRO 1 - Atendimento Projeto Repondo

PERÍODO	ATENDIDOS	QUANT. PESSOAS	ATENDIMENTOS
1ª e 2ª Etapas de fevereiro de 2004 a março de 2006	Autores de abuso sexual	14	242
3ª etapa abril de 2006 a outubro de 2007	Autores de abuso sexual	13	75
4ª etapa dezembro de 2007 a abril de 2009	Autores de abuso sexual	6	67
TOTAL		33	384

Fonte: Elaborado por Solange Freitas, dados obtidos através de senhora Karen Michel Esber, por meio digital em 15/07/2015

Os sujeitos de nossa pesquisa passaram por atendimento na Agência Prisional de Goiânia entre os anos de 2006 a 2008, conforme apresentamos abaixo:

QUADRO 2 - Período de Atendimento dos Sujeitos Pesquisados

Sujeito	Atendimento
Bruno	22/09/06 a 08/12/06
Carlos	02/06/05 a 09/12/05
Cláudio	01/06/08 a 06/11/08
Diogo	06/10/06 a 22/12/06
Gil	05/08/08 a 16/12/08
Lucas	22/09/06 a 17/11/06

Fonte: Elaborado por Solange Freitas, a partir de dados obtidos através de cálculos do material de análise

O levantamento de dados se deu através da análise dos atendimentos dos seis sujeitos selecionados, que foram gravados e transcritos pela equipe de atendimento vinculada a PUC-Goiânia. Estes nos foram enviados gentilmente pela senhorita Karen Michel Esber, com a devida autorização da Professora Doutora Elizabete Bicalho, Diretora do Instituto Dom Fernando, que guarda os documentos aqui citados e também de senhor Rogério Araújo da Silva, coordenador do Projeto Invertendo a Rota, do qual o programa Repondo faz parte.

Para garantir a o sigilo em relação a identidade dos sujeitos os arquivos transcritos, nos foram enviados já com pseudônimos, em relação autores assim, também iremos utiliza-los em nossa análise. Em relação aos profissionais também citados em nosso trabalho elencamos, pseudônimos.

Cabe aqui ressaltar que os sujeitos, Bruno, Cláudio, Carlos, Diogo, Gil e Lucas, passaram por atendimento, por cerca de 5 meses de atendimento cada, sendo assim, em nossa análise tivemos de perfazer uma leitura de seis volumes com em média 400 páginas, cada. Entretanto na leitura que apesar do grande volume de informações não havia muito sobre a violência cometida, que fora narrada na maioria dos casos apenas uma vez.

1.1.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

QUADRO 3 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa

NOME	IDADE	ACUSAÇÃO	PENA	TEMPO NA PRISÃO NO INÍCIO DO ATENDIMENTO
Lucas	43 anos	Abuso sexual de vários meninos, entre eles o filho de 11 anos	14 anos	8 anos e 8 meses
Gil	60 anos	Abuso sexual da neta de 9 anos	9 anos	1 ano e 5 meses
Bruno	40 anos	Estupro de duas mulheres adultas e uma menina	16 anos	5 anos
Cláudio	45 anos	Abuso sexual da filha de 5 anos	8 anos	2 anos e 3 meses
Diogo	41 anos	Abuso sexual da filha de 7 anos	7 anos	3 anos e 2 meses
Carlos	50 anos	Abuso sexual de duas meninas de 12 e 14 anos	9 anos	4 anos

Fonte: Elaborado por Solange Freitas, com dados obtidos através de senhora Karen Michel Esber, por e-mail em 15 jul. 2015.

1.1.3 Conhecendo as histórias de vida dos sujeitos

Já deixamos claro, para o leitor, que nossa perspectiva em relação aos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes é de sujeitos constituídos sóciohistoricamente, sendo assim faz-se necessário apresentarmos um pouco das

histórias de vida dos mesmos, objetivando demonstrar que nenhum deles possui histórico de sofrimento mental e que apresentam histórias de vida comum a muitos homens.

BRUNO

Bruno, mais ou menos 40 anos, estava em reclusão há cerca de 5 anos, foi condenado a 16 anos, por estupro de duas mulheres e uma criança. Não era sua primeira passagem pela prisão, pois segundo seu relato, já havia sido preso por furto, roubo e outras “brincas”, como ele intitulou.

Quando eu estava preso na furto e roubos, doutora nós ficamos lá mais de vinte dias, porque tinha muito inquérito, muita bronca para ser respondida ali, e tal, era furto, roubo, assalto (BRUNO).

Em relação a sua família, Bruno relata que foi criado por uma tia e só soube quem era sua verdadeira mãe aos dezesseis anos.

É porque quando ela mi teve, sabe meu pai não assumiu, né é minha tia já estava casada há quase dez anos e tinha problema sabe, não conseguia ficar grávida, né aí quando a minha mãe me teve, pego e doou eu para minha tia, um parente melhor para mim melhor um parente que uma pessoa estranha, né? (BRUNO)

Bruno cresceu junto aos primos considerando-os como irmãos; após saber da verdadeira identidade de sua mãe, passou a relacionar-se com ela esporadicamente, mas após três anos ela faleceu. Ele continuou considerando como sua mãe a tia que o criou. Quanto ao pai, Bruno relata que nunca quis conhecê-lo.

Meu pai mesmo, eu nunca quis saber que ele era, você entende, meu irmão mais velho, né falou assim: “Não, eu sei que é seu pai”, me mostrou para ir na casa dele e tal, mas eu não quis. (BRUNO)

Este sujeito relata que sua primeira relação sexual foi com uma prima, que tinha 19 anos e ele quinze.

Minha primeira relação sexual foi através de uma prima minha, ela era mais velha do que eu ela tinha dezenove anos e eu tinha quinze na época, ela que me iniciou.

O pai dela tinha um carro estragado, lá no quintal era cheio de mandioca assim, cresceu em volta desse carro, aí a gente ficava dentro desse carro, a gente ficava brincando, quando viu nos já estava se beijando né, tal e eu mantive minha primeira relação sexual. (BRUNO).

Bruno relatou sua experiência com uma namorada com quem não manteve relações sexuais, porque desejava que ela se casasse com ele virgem, porém após alguns anos de namoro se afastaram e ela foi residir na cidade de São Paulo, onde pelos relatos de Bruno, parece que ela sofreu violência sexual e perdeu sua virgindade algo que lhe deixou muito irritado, quando tomou conhecimento.

Aí nós estávamos lá no domingo e ela fala que tem uma coisa muito importante para me falar, aí eu falei: “Então fala, né? ”, aí eu falo: “Eu já perdi o apetite[...]” aí peguei na mão dela e fui lá para o quarto e ela foi falar para mim que não era mais virgem, né que tinha se perdido lá em São Paulo, ah aquilo para mim foi um choque, sabe, eu tive tanta oportunidade né.

Aí ela pegou e falo que não se entregou de mão beijada, para ele assim não, ela disse que vacilo, tomo umas bebidas lá, ficou muito estranha e quando viu estava na cama com o cara, tinha acordado, né e estava na cama do cara. Ela falo que aconteceu, mas ela não queria aquilo.

Daí eu saí com o irmão dela e falei para ele “naquele bar ali”, cheguei lá: “Me dá uma cerveja, já me dá uma cachaça” e virei. Eu endoidei (BRUNO).

Bruno foi soldado do exército, sempre trabalhou em empresa de segurança pessoal e patrimonial.

Não se casou e na época de sua prisão, morava na residência de um casal, onde exercia a função de vigia.

CLÁUDIO

Cláudio, com mais ou menos 45 anos, estava na prisão há cerca de 2 anos e 3 meses, condenado a 8 anos em razão de abuso sexual da filha de 5 anos.

Cláudio relatou que começou a trabalhar quando era criança aos 8 anos de idade, para ajudar no sustento da família, pois possui 10 irmãos e sua família sempre foi muito pobre.

Eu comecei a trabalhar com oito anos de idade, sem matar um dia de serviço né, então aí eu fui crescendo trabalhando, para os outros,

para mim e mantendo, sustentando minha casa, minha família, né. (CLAUDIO).

É casado, mas revela que sempre teve outras mulheres, fora a esposa, o que considera algo normal, pelo fato de ser homem e ter necessidade de manter sua virilidade. De um de seus relacionamentos fora do casamento possui uma filha que reside no interior, e com a esposa possui três filhos.

Não a caçulinha, mora no interior e os outros três são os que mora comigo de uma mesma mãe (CLAUDIO).

Cláudio relata que sempre levou uma vida tranquila com sua esposa e seus quatro filhos, sendo três mulheres e um homem. Relata ainda que se considera bom pai, pois sempre foi tranquilo, mas revela afastamento por parte dos filhos após se separar da mãe deles.

Nunca fui um pai bravo, nunca bati neles por nada. Eu sou um pai bonzinho. E tudo que eu falava para eles, eles diziam: “ Está bom papai, eu vou ficar quieto então”. Nunca me maltrataram para nada, nunca me abandonaram para nada, aí depois que eu larguei da mãe deles, que eles afastaram de mim né, eles para lá, eu para cá, de vez em quando eles vêm me ver (CLAUDIO).

Revela indignação sobre a acusação que recebeu em relação a sua filha, pois seus familiares, ao que parece, não acreditaram nele.

Cláudio também recebeu acusação por furto, de acordo com sua ficha, como lhe foi colocado em atendimento, entretanto ele negou que tenha cometido outro tipo de delito.

Eu comecei a trabalhar com oito anos de idade, sem matar nenhum dia de serviço, então eu fui crescendo e trabalhando pra os outros, pra mim, ninguém nunca me jogava coisa que eu não fiz [...]. Nunca devi lá fora, nunca nem comprei nada lá fora para não pagar, toda vida eu paguei as coisas direitinho.

CARLOS

Carlos, 50 anos mais ou menos, casado, possui um filho, está preso há quatro anos e condenado a oito anos e oito meses, por abuso sexual de uma menina de 12 anos e uma adolescente de 14 anos

Carlos relata que sua mulher era brava, que apoiava muito a mãe dela, e que isso interferia em sua vida. E descreve outras situações que lhe incomodavam muito em seu casamento.

Minha mulher era brava. Ela fica brava porque acha que eu tenho que dar tudo para ela. Apoiava só a mãe dela. Esses três tinha que dar um jeito na vida das irmãs. Me cobrava demais quando eu bebia, era um saco. Ela não ficava sem empregada e eu era, nessa época, ajudante de pedreiro. Eu sempre paguei aluguel direitinho, sabia controlar dinheiro e ela não... Sempre teve vontade de ter tudo... (CARLOS).

Em relação aos pais, Carlos relata que passavam dificuldades financeiras, mas seu pai fazia tudo que podia por sua mãe, mas como sua mulher sua mãe muitas vezes cobrava seu pai por algo que ele não podia oferecer.

Sempre vivi isso [...] Meu pai vivia apertado e fazia de tudo para agradar minha mãe [...] Só que ele gastava muito com cigarro... Bom, já brigamos muito [...] Mas ela não me batia assim, né? Eu ficava quieto para não bater nela... E como eu já dava o dinheiro que podia para ela eu pegava um pouco também para comprar minhas cervejinhas... (CARLOS).

Em relação a sua mãe, Carlos disse que fica quieto para não agredí-la devido a seu temperamento.

Em relação ao filho, relata que mantém bom relacionamento com ele e que recebe visitas dele, sempre. Relata que evitava o contato com ele pelo telefone, para evitar o sofrimento, pois sente muita saudade. Fazia esforço para não ligar, para não sofrer, visto que ele podia sentir saudade e pedir que os ex-sogros levassem o filho para ele ver e eles podiam não levar.

Relatou que já ficou um ano sem ver o filho e já tinha perdido as esperanças em reencontrá-lo, porém quando chegou véspera de natal, os ex-sogros levaram o filho para ele ver.

Com relação à sua adolescência revelou que em razão de uma pedrada que levou quando tinha cerca de 14 anos, teve o aumento em sua mama, o que sempre

lhe trouxe muito incomodo e na cadeia, lhe causou muitos constrangimentos em relação a sua masculinidade, pelos outros presos.

Carlos relata que evita tirar a roupa, a camisa e tomar banho perto das pessoas, porque podem criticar.

Segundo Carlos, os médicos o encaminharam para a cirurgia, o que não resolveu nada, pois havia um caroço no seio, o qual continua do mesmo jeito, “eles só cortaram”.

Relatou que depois da cirurgia retornou ao médico que fizera sua radiografia e este lhe perguntou sobre o caroço. Ele então revelou ao médico que não haviam retirado, só haviam lhe cortado, pois segundo o que disse: “Eles só cortaram”.

Carlos também foi acusado de estupro, porém nega que tenha cometido esse delito, como coloca a profissional responsável pelo atendimento.

Revela ainda que está enquadrado no 213, porem as coisas não aconteceram como fora contada. Relata ainda as tentativas e revisões de processo para tentar diminuir a pena e sair da cadeia, porem seus pedidos foram todos negados. Revela ainda que se não tivesse saído na televisa, nada disso estaria acontecendo. “Eles aproveitaram da minha pessoa, eu não sabia conversar. Agora o que tenho que fazer é me apegar com Deus e deixar o povo falar, sei que vai ser ruim pra mim, mas quero evitar conflito”.

DIOGO

Diogo, 41 anos, auxiliar de escritório, separado, possui uma filha, está na prisão há oito meses, condenado por ter abusado sexualmente da filha quando ela possuía 2 anos.

Diogo relata não se lembra muito da infância, mas em seus poucos relatos sobre esta época, se recorda da mãe e de suas brincadeiras na rua com os colegas.

Diogo sofreu um acidente de carro na juventude e a partir de então se recorda de poucas coisas de sua história anterior a esse acontecimento.

De pequeno, eu lembro pouca coisa. Porque quando eu sofri o acidente eu machuquei a cabeça. Então muitas coisas eu esqueci. (DIOGO).

Foi em 88, eu tombei o carro eu esqueci muita coisa. (DIOGO).

Minha mãe era calma, a gente dava volta nela, não ajudava ela, minha mãe não falava nada. A gente brincava na calçada. Brincava

de bola. Para corrigir ela dava uns tapinhas. Nunca assim bater para valer. Minha mãe que cuidava da gente. (DIOGO).

Em relação ao pai, relatou que ele deixou sua mãe quando ele era muito pequeno e não manteve mais contato com ele. Acrescentou que nunca manteve vínculo com seu pai. Também revela que não se interessa em saber o paradeiro do pai.

Meu pai largou minha mãe muito cedo, eu era muito pequeno, desde quando eu me lembro por gente eu não tenho meu pai perto de mim. Acho que tinha uns dois anos quando ele foi embora. Hoje eu tenho ele como uma pessoa estranha, nunca tive ele como pai, porque ele nunca teve presente na minha vida. Não quero saber, não tenho interesse em saber dele. (DIOGO).

Ao falar de seu casamento relatou muito amor, mas o amor que sentia pela esposa se transformou em ódio após a acusação que ela fez contra ele. Em razão disso revela que não gostaria de revê-la.

Ódio. Eu gostava muito dela. Mas esse, amor que eu sentia virou o dobro de ódio. Eu tenho medo, sabe de quê? Se eu for conversar com ela maltratar ela. (DIOGO).

Atualmente, Diogo relata que não tem ninguém a quem recorrer, não recebe visitas e se sente sozinho no mundo.

Diogo também recebeu acusação por assalto, e relata que era a segunda vez que cumpria pena naquela penitenciária.

[...] eu já fiquei preso aqui né. Em outro artigo, 157. Então o povo sabe que não tive possibilidade de fazer isso, que eles estão me acusando. Já fiquei muito tempo aqui dentro, sei como é.

GIL

Gil, 60 anos, casado há 37 anos, pai de 3 filhos, estava preso há 1 ano e 5 meses e foi condenado a 9 anos, por ter abusado sexualmente da neta de 9 anos.

Gil relata que nasceu e viveu um bom tempo de sua infância na zona rural, mudou-se para cidade quando era adolescente. Possui três irmãos, sendo que ele é o do meio e cursou escola técnica.

Casou-se aos 21 anos e relata que sua vida de casado é boa, sendo que conheceu sua esposa, após servir ao exército. Depois começou a trabalhar na prefeitura de Goiânia e se casou.

Eu casei né com meus 21 anos, eu casei.

Já estava trabalhando na Prefeitura.

Foi fácil não. No começo né, pagar aluguel, a gente sofria. (GIL).

Gil relata que possuía bom relacionamento com a mãe que era uma pessoa compreensiva. Já o pai descreve como uma pessoa brava, que levava ele e os irmãos para trabalhar com ele na roça, quando precisava castigá-los.

Aí meu pai levava nós para a roça. “Você não quer ficar aqui e tal, ajudar a sua mãe, então vai para a roça comigo amanhã cedo”. Era o castigo. (GIL).

Relata que no início de seu casamento residia próximo aos seus pais e levava uma vida difícil.

Durante os relatos de sua vida Gil coloca que é fumante e que fazia uso imoderado de bebidas alcoólicas, mas conseguiu largar o vício da bebida.

Eu bebia muito, cerveja cachaça, estava trabalhando, parei por vontade própria mesmo, tomar uma atitude assim, e parar com essa coisa. (GIL).

Segundo Gil, ele recebe apoio de sua família e sempre entra em contato por telefone com seus irmãos, pois seus pais já são falecidos.

Senhor Gil relata que sua prisão foi uma armação da avó materna de sua neta, que a orientou a acusá-lo de abuso. Mantém bom convívio com seu filho e com sua neta, apesar das acusações. Recebe visitas da esposa sempre que possível. Não apresenta outras acusações.

LUCAS

Lucas, 43 anos, pai de um menino de 11 anos, estava preso há 8 anos e 8 meses e foi condenado a 14 anos, por abuso sexual de vários meninos, dentre eles, seu filho.

Lucas cresceu acreditando que seu pai havia morrido, mas aos nove anos descobriu que era mentira. Foi registrado só pela mãe, e com ela sempre viveu, sem contato com o pai.

Aos sete anos foi residir com um casal, para quem sua mãe trabalhava e sua mãe ia e voltava para o trabalho todo dia. Relata que teve um irmão que faleceu quando ele era muito pequeno, por isso não recorda muito.

Sua mãe faleceu quando tinha por volta de oito anos, cresceu na casa dos patrões de sua mãe. Atualmente relata que não tem ninguém no mundo.

Das poucas lembranças que possui da mãe, revela uma pessoa severa.

Porque minha mãe quando ia falar um negócio, ela falava que era aquilo e acabou. Batia, ela era perigosa para bater. (LUCAS).

Em relação ao homem a quem tinha como pai, a quem ele nomeia “doutor”, relata que era uma pessoa que lhe afagava.

Já o doutor quando pegava agente chegava com carinho, com agente né, aí ele já vinha pegava a gente e colocava no colo e conversava, explicava. Sentia como se fosse da família. (LUCAS).

Após esse relato Lucas não aborda mais assunto relacionado à família.

Com relação as acusações, Lucas já havia sido preso anteriormente e liberado acusado de ter violentado sexualmente e matado um menino, tendo jogado seu corpo na represa da cidade de Goiânia. Sendo uma situação de bastante repercussão na mídia da cidade.

Ai quando eu to lá no meu serviço trabalhando chega a polícia no meu serviço, já me intimando mesmo! [...] E já começou a fazer a cena: ‘ Você fez isso, depois fez aquilo’.
E falou que eu tinha praticado é [...] sexo com um menino e que eu tinha jogado na represa.
[...] E me levaram pra delegacia, lá eu fiquei um dia, não me bateram nem nada. [...] Apareci no jornal na televisão.

1.2 Análise de dados na categoria gênero

A análise de nossa pesquisa se deu através de eixos temáticos, sob o olhar da categoria de gênero, na perspectiva de Scott (1995, p. 7).

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.

A ênfase na construção social do gênero evidenciou seu caráter diferenciado em cada sociedade e momento histórico e mesmo sua organização diversificada no interior de uma mesma sociedade dependendo dos grupos étnicos, religiosos, raciais e da classe que constituíam (SCOTT, 1995).

A ideologia é também aspecto de extrema relevância em nossa pesquisa e está diretamente vinculada à categoria gênero, como coloca Lauretis (1994, p. 216).

[...] se o sistema sexo-gênero é um conjunto de relações sociais que se mantém por meio da existência social, então o gênero é efetivamente uma instância primordial da ideologia, e obviamente não só para as mulheres. Além disso, trata-se de uma instância fundamental de ideologia, independentemente do fato de que certos indivíduos se vejam fundamentalmente definidos (oprimidos) pelo gênero, como as feministas culturais brancas, ou por relações de classe e raça, como é o caso das mulheres de cor.

Sendo assim, como coloca a autora, ideologia e gênero estão diretamente ligados, num constructo social, que permeia questões culturais, sociais e simbólicas.

A ideologia por sua vez consiste em um resultante da realidade social que constrói valores, comportamentos, práticas. Elas fundamentam processos simbólicos que influenciam nas relações sociais (CHAUÍ, 1990).

As categorias de análise neste trabalho não estão aqui dispostas de forma descolada de nossa discussão, pois acreditamos que o tônus de nossa realidade é assim composto, numa complexa teia de passado, presente e futuro, sendo assim para nós essa forma de organização da escrita, torna-se mais adequada à nossa tentativa de desvendar a realidade que cerca nosso problema de pesquisa.

Sendo assim, tentamos realizar a análise das categorias, à medida que elas foram discutidas teoricamente. Entretanto cabe evidenciar que as categorias foram elencadas de acordo com as ideologias de gênero que surgiram no depoimento dos sujeitos, de acordo com o tema que estava em discussão, sendo assim os capítulos teóricos, de certo modo nortearam também a análise da

pesquisa, pois os relatos dos sujeitos trouxeram elementos totalmente ligados às ideologias de gênero presentes em suas representações voltadas a: sexualidade, masculinidades, machismo, sistema de justiça e encarceramento e por fim, às mudanças de perspectiva sobre a violência cometida, durante e após os atendimentos recebidos.

Consideramos necessário aqui realizarmos uma contextualização a respeito dos projetos de ressignificação da violência, presentes no Brasil que apesar de ainda serem poucos, estes têm conseguido demonstrar resultados relevantes em relação à questão principalmente da reincidência.

1.3 Os projetos de ressignificação da violência

No decorrer de nosso estudo, procuramos identificar projetos de atendimento a autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, entretanto conseguimos identificar muito poucos programas desenvolvidos nessa perspectiva. Tivemos contato com apenas dois projetos, dos quais passaremos a falar agora.

1.3.1 O projeto do Instituto NOOS

Noos significa “mente” em grego. Outra referência ao nome da instituição é a “Noosfera”, conceito do filósofo Teilhard de Chardin, que dizia que a Terra está coberta por uma camada de pensamentos e ideias, uma conexão entre todas as mentes e povos do planeta (INSTITUTO NOOS, 2013).

O Instituto NOOS é uma organização não-governamental, situada na cidade do Rio de Janeiro, fundada por quatro profissionais, dois psicólogos e dois psiquiatras que se conheceram em uma formação em Teoria Sistêmica. Até o presente momento, é essa abordagem que embasa toda a ação e produção do NOOS. O Objetivo deste projeto é retirar o foco do conceito intrapsíquico que era muito presente nas linhas da Psicologia e da Psicanálise vigentes na época da fundação do Instituto, e colocá-lo nas relações sociais. Os profissionais acreditavam que poderiam realizar intervenções terapêuticas e de modificação social muito mais amplas e significativas com esse referencial. Assim como levar às camadas

populares o saber psicológico que consideravam elitizado no momento da criação do Instituto. Pretendiam divulgar a Teoria Sistêmica e utilizá-la em terapia de família, mediação de conflitos familiares e grupos reflexivos de gênero (INSTITUTO NOOS, 2013)

Desde o início a temática do gênero já estava incluída nas reflexões e ações desta organização, sendo que os próprios fundadores tinham *background* de militância no movimento feminista, e, portanto, tinham conhecimento de teorias e posições políticas que favoreciam a aparição e manutenção deste tipo de intervenção embasada no feminismo.

Inicialmente os recursos provinham das próprias atividades realizadas pela instituição, como: *workshops*, publicações, palestras, oficinas e capacitações. Com o tempo e o crescimento da demanda, aliados ao renome que a instituição conseguiu, foram se ampliando tanto os recursos (através de um convênio com uma instituição internacional, a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) quanto a demanda.

Nesse ponto aparecem com mais força as questões de gênero e violência, os profissionais começaram a notar uma grande prevalência da violência de gênero nas relações familiares com as quais trabalhavam, e a partir disso começaram a questionar e teorizar sobre como poderiam fazer intervenções úteis para este problema de proporções endêmicas (INSTITUTO NOOS, 2013).

Porém no momento desta pesquisa o NOOS estava em uma posição bastante precária, mantendo apenas um grupo de atenção a homens autores de violência por falta de financiamento e trabalhando apenas com voluntários, em uma sala cedida pela Prefeitura do Rio de Janeiro (TONELLI et al., 2010).

Sendo assim, não foi possível realizarmos a pesquisa com o referido projeto, pois não teríamos condições de obter os dados necessários para o cumprimento de nosso objetivo.

1.3.2 Programa Repondo, do Projeto Invertendo a Rota – PUC Goiânia

Os dados que aqui se seguem, sobre o referido programa, foram obtidos em entrevista realizada informalmente com a senhora Monica Barcelos, na Aldeia Infantil em Goiânia, no ano de 2012, a qual registramos através de anotações.

O Repropondo é um programa de “Atendimento ao autor de violência sexual contra criança e adolescente” que teve como ideia central o desenvolvimento de metodologia de atendimento psicossocial destinado aos autores sentenciados por crime sexual contra crianças e adolescentes.

Atuando desde 1999 na área de combate à violência contra crianças, adolescentes e suas famílias, o Centro de Estudo Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ) da Pontifícia Universidade Católica (PUC) Goiás, ligado ao Instituto Dom Fernandes (IDF), percebeu a necessidade de elaborar uma proposta de atuação relacionada também à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em 2004, criou-se então o Projeto de pesquisa-ação “Invertendo a rota: ações de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Goiás”, fruto de Convênio entre a PUC-GO e o Fundo Municipal de Apoio à Criança e ao Adolescente (FMACA). Financiado com recursos da Petrobrás ao FMACA, possibilitou o conhecimento sobre o universo da prostituição de crianças e adolescentes e o início da construção de metodologias de atendimento aos autores de violência sexual, adultos e adolescentes, no Programa Repropondo, referenciado pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Suas ações voltaram-se principalmente à promoção do atendimento multiprofissional especializado para crianças e adolescentes, seus familiares e autores de violência sexual.

Dentre os diversos programas do projeto Invertendo a Rota, o Programa Repropondo foi o mais inovador, pois até então, não existiam muitas experiências no Brasil, voltadas ao atendimento ao autor de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em dezembro de 2005, a equipe do IDF/CEPAJ apresentou o projeto de continuidade deste Programa – Atendimento a autores de violência sexual à Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Com a aprovação do projeto, as ações do referido programa tiveram continuidade pelo terceiro ano.

Os atendimentos foram realizados na Penitenciária Odenir Guimarães, Agência Prisional do Estado, abrangendo assim todo o Estado de Goiás, por psicólogos/as.

ILUSTRAÇÃO 1 - Sala de atendimento na penitenciária



Fonte: Tribuna do Planalto (2011, p. 3).

Em 2007, dos 125 detentos, 5,6%, haviam sido condenados por práticas de violência sexual. Buscou-se verificar se a violência registrada no prontuário havia atingido crianças e/ou adolescentes. O levantamento dos casos permitiu a identificação de 56 detentos que haviam praticado violência sexual, tanto com crianças e adolescentes, quanto com adultos.

Em 2006 o objetivo era atender 10 sujeitos, em uma abordagem exploratória abrangendo a maior diversidade possível. Assim, se iniciaram sessões psicoterapêuticas.

Nas duas últimas etapas do programa, realizadas entre 2007 e 2008, foram atendidos adultos autores de violência sexual, enquanto que na primeira etapa, anos de 2004 e 2005, foram atendidos também adolescentes que estavam em medida socioeducativa por terem cometido violência sexual.

A senhora Monica Barcelos, na época psicóloga responsável pela equipe de atendimento, ao falar de suas percepções quanto às ações do sistema de justiça em relação aos autores de violência sexual, coloca:

Nota-se que medidas estritamente punitivas, tais como o encarceramento de autores de violência sexual, não têm sido suficientes para coibir reincidências. As ações de combate à

violência sexual, quando tratadas sob um prisma puramente jurídico/punitivo, são ineficazes e supérfluas, uma vez que o índice de reincidência criminal de tais sujeitos é relativamente alto. (CAFÉ, 2012, p. 3)

Já com relação a reincidência, a referida profissional, analisa:

Por fim, realizar um trabalho psicoterapêutico com tal população, imprime-se na atenção e no atendimento aos autores de violência sexual um caráter de ações educativas e preventivas para coibir futuras reincidências, contribuindo, portanto, para a proteção de crianças e adolescentes. Destaca-se a relevância que este atendimento ao agressor adquire, uma vez que o mesmo é de fundamental importância para o rompimento do ciclo de reprodução da violência. (CAFÉ, 2012, p.3)

O intuito dos atendimentos é prevenir a reincidência de novos casos de abuso sexual. Atualmente, o CEPAJ atende dois autores de violência sexual encaminhados pela comunidade, que não foram sentenciados (CAFÉ, 2012).

Em 2011 o Projeto Repropondo ganhou prêmio de direitos humanos oferecido pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, como coloca matéria divulgada pela Tribuna do Planalto (2011, p. 3).

PROJETO DESENVOLVIDO PELA PUC GOIÁS É DESTAQUE NACIONAL

Com o projeto de pesquisa Invertendo a Rota: Ações de Enfrentamento da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO) recebeu o Prêmio Neide Castanha de Direitos Humanos, oferecido pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A premiação foi na categoria Produção de Conhecimento, pela publicação de 11 livros, dois vídeos e o CD com colóquios sobre a temática. A solenidade de entrega será no dia 18 de maio, em Brasília.

O projeto foi desenvolvido pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil, do Instituto Dom Fernando (IDF), e teve início em 2004.

Seu enfoque é a realidade cotidiana dos adolescentes envolvidos na exploração sexual em Goiânia e na região metropolitana, além dos autores de violência sexual da Agência Prisional do Estado.

O objetivo é contribuir na produção de conhecimento e na consolidação de estratégias contra a exploração sexual. "Estamos em busca de cumprir o direito constitucional da criança e do adolescente de ter prioridade absoluta", afirma Malu Moura, coordenadora do IDF.

O Programa Repropondo foi o local de nossa pesquisa, primeiro em razão do mesmo estar em funcionamento na atualidade, segundo pela proximidade adquirida em visita, como já descrito anteriormente.

CAPÍTULO 2 SEXUALIDADE: CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

A sexualidade é algo que vem constituindo a cultura humana e se construindo através desta, ao longo dos séculos.

A sexualidade refere-se a um dos âmbitos que compõe a o ser social e que não está ligada apenas ao prazer, mas a outros elementos, como a afetividade, a autonomia, a liberdade, portanto não se restringe a fins reprodutivos. Sendo assim, consideramos a sexualidade como uma instância da vida humana que é construída, histórica, cultural e socialmente, através das relações sociais.

De acordo com Alves (2010) em 2002, a Organização Mundial de Saúde fez uma consulta abrangente a diversos técnicos no sentido de obter definições para sexo, sexualidade, saúde sexual e direitos sexuais. Os resultados foram analisados por um grupo de experts de diferentes partes do mundo. No caso do conceito de sexualidade a definição elaborada é bastante abrangente, no entanto, a OMS não a reconhece como representando a sua perspectiva oficial. Mas para nosso entendimento a mesma contempla nossa perspectiva de estudo.

A sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida e inclui o sexo, género, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experiência e expressa através de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem sempre elas são todas experiências ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais. (ALVES, 2010, p. 8).

Outro estudioso da temática coloca que:

[...] a sexualidade, mais do que qualquer outra relação humana, desabrocha e desenvolve-se em termos de uma cultura e de uma norma em vigor. É o caso das relações sexuais, de um modo geral, e também dos pormenores das práticas neste domínio. A masturbação foi combatida muito antes da era cristã. As transformações que a sexualidade tem vindo a sofrer ao longo da história são, de facto, não só evidentes como “verdadeiramente revolucionárias”. (GIDDENS, 1992, p. 2).

Marcada por intensas mudanças ao longo da história à sexualidade humana sempre recebeu influências das questões económicas, culturais, políticas e religiosas. Entretanto elaborar a história da sexualidade em escala mundial é algo

que muito complexo, visto que, há um problema relacionado a documentações e aspectos culturais muito diversificados, pois cada civilização possui e ainda possui configurações diversificadas em relação ao sexo (STEARNS, 2010).

O estudo de outras culturas, a partir da antropologia e da história, foi mostrando as diversas mudanças de um momento para outro, de um povo para outro e também as diferenças dentro de uma mesma cultura. Mostrou também que as relações pessoais, a família e o sexo são elementos construídos de acordo com a economia, o tipo de trabalho, a tecnologia, a religião e a ciência. (FARIA, 1998, p. 11).

2.1 A sexualidade na antiguidade

Os primeiros vestígios relacionados à sexualidade, datam da época paleolítica, e suas formas de manifestação são as gravuras, pinturas em cavernas e estátuas que evidenciam os órgãos sexuais femininos.

De acordo com Nunes (1987, p. 52) “A representação simbólica desses cultos manifestava-se pela veneração das partes sexuais femininas, mais especificamente a vagina, representada por um triângulo.”

Na maior parte do matriarcalismo primitivo há um culto à fertilidade feminina. Podemos afirmar que no matriarcado primitivo as divindades são concebidas como elemento primeiro mínimos e variam em características e formas envolvendo a fertilidade. Como consequência, a sexualidade, ao se ver envolvida de uma significação mítica, é concebida como sagrada e divina, com o predomínio da função da mulher como apanágio feminino (NUNES, 1987, p. 59).

É perceptível que nesta época a organização de gênero era matriarcal, ou seja, as comunidades eram comandadas por mulheres e eram elas as encarregadas de executarem as atividades que garantiam a sobrevivência dos membros. Neste período a sexualidade e o ato sexual são concebidos com normalidade tanto para mulheres quanto para homens e se volta ao prazer e satisfação física (SPITZNER, 2005). Verifica-se então, que esse comportamento humano se assemelha aos dos animais, que executam o ato sexual para que haja a satisfação e a procriação.

No final do período paleolítico, quando os homens se instalam nas cavernas, o frio impunha aos homens a necessidade de caçar animais maiores, para

manterem providos de alimentação por mais tempo, de modo que surge a necessidade de negociação entre as tribos. E o contato entre diferentes tribos interrompe os relacionamentos incestuosos, comuns no referido período.

É de suma importância, quando tratamos do tema sexualidade, ressaltar essa questão do incesto, uma vez que na origem da união conjugal, podemos verificar o início do grupo social. Além disso, tal aspecto nos ajuda a compreender o motivo pelo qual, o incesto é condenado ainda hoje, dentro da sociedade.

Apesar de muitos teóricos ligarem a questão da proibição do incesto a fatores biológicos, para Lévi-Strauss (1976, p. 526) o que realmente importa, são as razões que fazem do incesto algo socialmente inconcebível: “Nada existe na irmã, na mãe, nem na filha que as desqualifique enquanto tais. O incesto é socialmente absurdo antes de ser moralmente condenável.”

Estudos que tratam do período posterior, o Neolítico, dão conta de que esta forma de poder matriarcal se modifica. Segundo Nunes (1987), o homem assume o papel de pai ou chefe, devido ao domínio dos meios de produção. Assim o poder passa a centralizar-se na figura masculina e ocorre a formação de exércitos para defender as propriedades de terra, recentemente delimitadas, pois indivíduos deixam de ser nômades, além disso, formam-se o poder real e a religião.

Segundo Spitzner (2005, p. 20) “[...] a mulher neste período, passou a ser propriedade do homem, como os animais que o mesmo possuía.”

Com a descoberta da agricultura, por volta de 9000 e 8000 a.e.c (antes da era comum), grandes mudanças ocorreram no modo de vida humano, pois estas passam a coexistir com a caça e a pesca e passa a ser o sistema econômico básico da humanidade.

Não há registros diretos sobre a sexualidade nesse período, sendo assim, pressupõe-se que as mudanças nas condições de vida conseqüentemente ocorreram também no âmbito sexual.

Com as famílias vivendo em um só local, a possibilidade de controle da sexualidade por parte dos mais velhos, torna-se maior. As residências eram coletivas e os espaços divididos por todos, de modo que, passou a ser considerado normal, as crianças presenciarem as relações sexuais dos pais.

Nesse período, nenhum grupo estava disposto a trabalhar na terra, sem ter garantias de propriedade e inquestionavelmente por este motivo ou por outros o controle da propriedade surgiu.

Diversos autores ressaltam que a partir do surgimento da propriedade privada a sexualidade feminina passa a sofrer controle rigoroso, pois somente assim, se garantiria a manutenção da propriedade privada, passada de pai para filho. Assim, os padrões de regulação da sexualidade do homem e da mulher passaram a possuir características muito diferentes.

Segundo Stearns (2010, p. 31) “[...] em certo modo, todas as sociedades agrícolas se tornaram patriarcais” e monogâmicas, portanto baseadas em um sistema de gênero que sustenta a hierarquia entre homens e mulheres, com o favorecimento masculino, através de uma ideologia de gênero que situa mulher abaixo do homem, desvalorizando o universo feminino e fundamentando a desigualdade. Segundo Saffioti (2004, p. 25), “[...] a soma da dominação com exploração é entendida como opressão.”

Quando as famílias passam a depender do cultivo dos alimentos para sobreviver, o desgaste físico trazido por esta atividade interfere na prática sexual e conseqüentemente na taxa de natalidade. Nas sociedades agrícolas, cerca de 20% dos casais não tinham filhos em razão de problemas de saúde de um dos parceiros, de modo que, em razão da necessidade de manutenção da taxa de natalidade algumas comunidades permitiam a dissolução de um casamento mediante a infertilidade.

Em razão de tais aspectos, a atividade sexual das sociedades agrícolas estava fortemente ligada ao objetivo da reprodução. Sendo o prazer sexual, ignorado.

O início das relações sexuais femininas acontecia muito cedo, para assegurar que a prática sexual não ocorresse fora do casamento, principalmente para os grupos de elite, onde a necessidade de assegurar a continuidade da linhagem e a reprodução da propriedade privada, condicionou o sexo aos fins reprodutivos.

Para Stearns (2010), mesmo que veladamente as sociedades agrícolas fomentaram o estupro e a prostituição, por resquícios das guerras das tribos de caça e coleta. Com o advento das sociedades agrícolas, a definição do que é o estupro

ficou mais clara; também pelo fato, de terem introduzido restrições em relação ao que eram as práticas sexuais respeitáveis e ampliado a prática da escravidão, o que acentuou as desigualdades sociais, essas sociedades, tinham o estupro como algo comum.

As práticas sexuais antes do casamento, bem como o adultério, eram punidas com a morte, e também fomentaram a prática da prostituição. Nessa época, as prostitutas talvez fossem as únicas mulheres que não sofriam com a dominação masculina, no que se refere à sexualidade.

A palavra prostituta aparece em sua primeira forma como profissão por volta de 2.400 a.c. (antes de cristo) talvez por isso a prostituição tenha ganhado fama de profissão mais antiga do mundo (ROBERTS, 1992).

Com certeza as sociedades agrícolas deixaram um legado de mudanças na sexualidade que perdura até hoje. O patriarcado, que deu poder aos homens inclusive sobre a sexualidade feminina, a atividade sexual voltada a reprodução e as restrições em relação as práticas sexuais, principalmente femininas, ainda se manifestam através da cultura de nosso tempo.

2.2 A sexualidade no período clássico

2.2.1 A civilização chinesa

No período de 1000 (antes da era comum) a 500 (na era comum), grandes civilizações surgiram e buscaram expandir seus territórios excessivamente. Tais civilizações do Oriente Médio, Mediterrâneo, China e Índia, desenvolviam a cultura da mercantilização. Cada uma dessas civilizações, em constante expansão territorial, possuía uma cultura sexual diferenciada.

Na China, a introdução da filosofia de Confúcio interferiu diretamente nos padrões sexuais e a regulação de suas práticas estava voltada à hierarquia social e à ordem familiar.

Registros da época da dinastia de Zhou demonstram forte motivação ao prazer sexual, diferentemente das civilizações antigas onde a reprodução era o fim primordial das atividades sexuais.

Na cultura das civilizações clássicas chinesas, a potência sexual, principalmente masculina era valorizada. Dos homens, era esperado que mantivessem atividades sexuais com muitas mulheres, sendo essas esposas ou concubinas. Para incentivar tais práticas a China produziu vários manuais sexuais inicialmente lançando mão de termos poéticos onde o pênis era descrito como a haste de jade ou cauda do dragão celestial e o orgasmo era denominado explosão de nuvens. Tais manuais eram escritos tanto para homens quanto para mulheres, o que nos leva a crer que de certo modo, a sexualidade feminina também era considerada. Mas é preciso ressaltar que tal material era disponível apenas para uma minoria alfabetizada (STEARNS, 2010).

A atividade sexual nesta época era vista como algo salutar a saúde principalmente masculina, pois na relação sexual o homem equilibrava suas energias de *yin* e *yang*, pois no orgasmo consumiam o *yang* e absorviam o *yin* das mulheres.

No período da dinastia Zhou, já existia a condenação do sexo antes do casamento para as mulheres, pois segundo o livro dos cantos, bastante conhecido da época a prática sexual feminina anterior ao casamento poderia levar a ruína a base familiar, à medida que poderia causar o abandono dos maridos pelas mulheres.

Na família real a atividade sexual também seguiu seus protocolos e ao rei era permitido o sexo com a primeira esposa ou imperatriz somente quando este estivesse no auge de sua potência sexual, para que gerassem filhos. Porém fora da alcova imperial o rei mantinha diversas concubinas e quanto mais visitasse seus aposentos, maior era seu status. Também fora do palácio imperial o número de concubinas era visto como sinal de riqueza.

Se atividade sexual antes do casamento era proibida para as mulheres, com o objetivo de perpetuar a propriedade privada. Obviamente a virgindade delas, era protegida a qualquer custo, pois numa sociedade onde a mulher era destinada ao casamento, a perda da virgindade poderia arruinar a vida da família. As mulheres casavam-se então muito cedo, logo após a puberdade.

As regras confucianas proibiam os casais de se tocarem fora do leito conjugal, porém aos homens havia a opção de procurar uma prostituta.

No final da era clássica da China, algumas regras sexuais haviam se padronizado, as mulheres respeitáveis estavam sujeitas a uma regularização severa da sexualidade, enquanto as prostitutas apesar do status social inferior, eram vistas como mulheres que exerciam uma função bastante natural. O prazer sexual era, portanto, notoriamente considerado de interesse de tanto de homens, quanto de mulheres.

2.2.2.1 Grécia, Roma, Pérsia e Índia

Tanto os gregos, quanto romanos, foram civilizações que até hoje são referência para humanidade em termos de história e porque não dizer, de cultura, haja vista, por exemplo, a quantidade de filmes hollywoodianos que buscam inspiração nessas civilizações para suas produções.

Em relação à cultura sexual os gregos mantinham o costume do casamento baseado no arranjo econômico, sendo o principal propósito do mesmo a reprodução e a manutenção da riqueza familiar. Esta cultura enfatizava a monogamia e, por conseguinte, valorizava a virgindade.

Também nessa civilização o controle sexual era direcionado as mulheres enquanto homens dispunham de maior liberdade. Entretanto o homem possuía o papel de chefe de família, que deveria ser moderado, sábio e justo, um cidadão honrado para que pudesse exercer sobre os outros um poder ao mesmo tempo político e moral. Era necessário ao homem saber que não deveria tratar sua mulher como amante e nem se portar como tal (FOUCAULT, 2007).

Nessa cultura havia a necessidade até mesmo de ser comedido com as palavras em relação ao sexo, pois falar sobre determinados assuntos era considerado vergonhoso, como coloca Foucault (2007, p. 31).

Dentre essas variantes do ato sexual, Artemidoro confere uma sina particular ao erotismo oral. Sua reprovação – e essa é uma atitude frequentemente atestada na Antiguidade – é violenta: “ato horrível”, “falta de moral”.

Na cultura grega, as mulheres eram vistas como criaturas libertinas, que necessitavam ser controladas, para manter sua castidade e devoção a maternidade. Assim, as mulheres de respeito deveriam usar roupas que as cobrissem o máximo

possível, enquanto para os homens as vestimentas valorizavam e mostravam demasiadamente seu porte atlético. As esposas deveriam ser devotadas e fiéis aos maridos, sendo o adultério crime passível de morte para o amante.

Entretanto cabe aqui ressaltarmos que o estupro não era punido com tal severidade, sendo considerada ofensa apenas à vítima. Também a mitologia grega era envolta por histórias de relações sexuais violentas entre deuses e mulheres, ou sobre virgens que eram violadas pelos mesmos.

Houve considerável atenção da literatura romana em relação a sexualidade, e os romanos também produziram grande número de manuais de sexualidade, em que aconselhavam as pessoas sobre como obter máximo de prazer sexual. A maioria valorizava o prazer feminino e incentivava os homens para que se esforçassem e levassem as mulheres a ter orgasmos.

Nessa civilização as mulheres sofriam menos controle de sua vida social, sinal de que o patriarcado não era tão resoluto nessa sociedade.

O casamento tinha papel importante economicamente e também concentrava sua principal função na reprodução humana, mas havia uma moral rigorosa que impunha o monopólio do prazer aos casados, entretanto não deixava claro, quais prazeres eram admitidos ou não.

[...] as relações sexuais só poderiam ocorrer legitimamente se tivessem essa procriação como objetivo; quanto aquelas que só tem como finalidade o prazer, elas são “injustas e contrárias à lei, mesmo quando ocorrem no casamento”. (FOUCAULT, 2007, p. 179-180).

A prostituição era vista como algo necessário para manter a fidelidades das mulheres casadas evitando o adultério e possibilitando ao homem que obtivesse prazer, quando não conseguia com sua mulher respeitável.

Os romanos mantinham na mais alta conta um grupo de virgens, destinadas a serem sacerdotisas e se estas violassem a virgindade, eram condenadas à morte.

O império Persa se desenvolveu também no período clássico e no que tange a cultura sexual, poucos registros foram encontrados limitando assim os estudos acerca das práticas sexuais dessa civilização. O conhecimento, a respeito das atividades sexuais persas são provenientes de fontes gregas e dão conta de que o imperador possuía muitas concubinas e que existia um enfoque do sexo para procriação, sendo o aborto um crime de assassinato.

Ao que parece a Pérsia recebeu muitas influências relativas à sexualidade tanto de egípcios, quanto de indianos e gregos.

Os indianos ao que parece deram enfoque ao sexo mais voltado ao prazer, haja vista que um dos livros mais famosos escrito por um indiano foi o Kama Sutra, que nada mais é que um manual de práticas sexuais destinadas ao prazer foi escrito por volta do século II (era comum).

O costume indiano em relação aos recém casados era de que os mesmos consumassem a relação sexual após a quarta noite, para que estivessem mais familiarizados, um com o outro. As mulheres se casavam muito cedo entre 12 e 16 anos.

Também nessa civilização a virgindade era extremamente valorizada e a mulher destinada ao casamento; os divórcios eram muito raros.

Os homens das camadas mais abastadas da população mantinham em seus palácios prostitutas que eram consideradas mulheres importantes e poderosas, porém se flagradas com homens casados poderiam ser castigadas com a morte.

Desde as civilizações agrícolas a virgindade e a relação entre a sexualidade voltada a reprodução perpassaram, de algum modo, todas as civilizações da antiguidade ao período clássico, estando a organização de gênero patriarcal também presente nesses dois períodos e formas de civilizações.

2.3 A sexualidade na Idade Média

Resultado de fatos e acontecimentos negativos ocorridos no longo período da Idade Média, tais como, as guerras, as invasões bárbaras, as crises da agricultura, as epidemias, a imposição da Igreja, a inquisição em relação aos hereges, a centralização da economia restrita aos feudos, as desigualdades sociais, dentre outros aspectos. Os humanistas do século XVII difundiram toda a civilização da Europa do século IV ao século XV como um tempo de ruína e flagelo.

Entretanto para alguns estudiosos tais situações levaram ao desenvolvimento de estudos muito importantes, embora de forma oculta, mas com significativas contribuições, como por exemplo o surgimento das universidades, das bases para música clássica, aumento na produção agrícola e o retorno do Carolíngio, sendo seu famoso expoente, Carlos Magno, que reuniu estudiosos de

todo mundo objetivando desenvolver a linguagem, literatura, artes, arquitetura, liturgia, escritura e direito. A padronização da lei e da moeda durante esta época levou a uma sociedade mais pacífica e serviu como base para o futuro direito europeu.

No século XIII, a Igreja e as monarquias emergentes se juntam para restringir a liberdade que havia até o século XII. Tal movimento, como não poderia deixar de ser, reflete também na sexualidade.

Os registros com relação ao sexo na Idade Média são compostos por três eixos: teóricos, através de textos médicos, tratados e códigos de leis; práticos, nos registros de tribunais ou de penitências da Igreja e culturais, presentes nos poemas, anedotas e prosas.

A regulação da sexualidade neste período era feita pela Igreja que impôs aos seguidores uma moral sexual repressiva, principalmente voltada as mulheres e os filhos passaram a ter outra função dentro da família, pois se nos períodos da história anteriores os filhos eram sinal de riqueza, agora passam a ser garantia de cuidados na velhice, como aponta DUBY (2011, p. 17).

Dessa forma [...] o sexo era permitido para atender as necessidades masculinas e a geração de filhos. Entrementes, a Igreja construiu uma moral sexual repressiva. O simples ato de ter filhos que outrora era sinal de virilidade e de riqueza, a partir do século XII, por exemplo, diante das incertezas que há no mundo, é sinal de garantia para velhice.

As interpretações da bíblia por alguns representantes da igreja como Agostinho, colocavam a mulher abaixo do homem, perpetuando o patriarcado preexistente em épocas mais antigas. Mas agora também fundamentado pela religião.

Para Klapisch-Zuber (2006), a justificativa eclesiástica para afirmar a submissão feminina era a tentação, uma vez que Eva cedeu ao diabo, foi amaldiçoada com as dores do parto e com a submissão ao homem.

Entretanto, na Bíblia no livro de Gênesis, em seu cap. 1, versículo 27, coloca “[...] criou Deus o homem à sua imagem: êle o criou à imagem de Deus; macho e fêmea os criou.” (BÍBLIA..., 1962, p. 4). Este trecho da bíblia coloca homens e mulheres em patamares de igualdade, entretanto o movimento eclesiástico o ignora

e propaga a ideia de que a mulher foi criada da costela de Adão, conforme o que está descrito no mesmo livro no cap. 2, versículos de 20 a 22.

O casamento por sua vez era visto como uma forma de coibir a promiscuidade, por meio do qual a mulher deveria prestar sua missão de auxiliar do homem na reprodução da espécie. A esse respeito Klapisch-Zuber (2006, p. 142) coloca,

Esta qualidade de auxiliar que possui a mulher e a antecedência da criação de Adão, fundam a preeminência do homem até nas relações conjugais: concebida como uma superioridade, a prioridade deve ser consagrada pela obediência da mulher, que se torna o fundamento da harmonia do casal.

Por volta do século XII, com a glorificação da virgem Maria, a virgindade ganha uma supervalorização. E a figura feminina passa a transitar em dois polos, o de pecadora e de redentora.

[...] no que se refere ao conjunto de regras que norteava o procedimento sexual, a doutrina cristã estabelecia a supremacia masculina sobre o feminino. Observa-se nesta afirmação, bastante proclamada no Medievo, de que a mulher é um ser fraco que deve necessariamente ser subjugado porque é naturalmente perversa, que ela está destinada a servir o homem no casamento e que ele tem o poder legítimo de servir-se dela. Entende-se que o casamento forma o embasamento da ordem social, e que essa ordem se funda sobre uma relação de desigualdade. (DUBY, 2011, p. 34).

Na Idade Média dos senhores feudais, a posse da terra se consolidou como condição fundamental para o exercício do poder político. Os senhores feudais tinham plena autoridade para determinar as leis e regras que regiam o convívio sociopolítico no dentro de suas terras. Com tal poder nas mãos, aproveitavam para imprimirem seus interesses sobre a população servil, inclusive ditando regras sexuais, uma delas foi o direito à primeira noite, que significava que o senhor feudal tinha direito à virgindade das noivas que se casavam em suas terras. Sendo assim, a primeira noite da noiva era na alcova do senhor feudal.

Essa prática aconteceu em toda a Europa medieval: a França chamava-a de "*droit de de cuissage*"; a Alemanha chamava-a de "*Herrenrecht*" e o resto da Europa de "*prima nocte*".

Sem dúvida nenhuma, a Idade Média, no que tange à sexualidade deixou como legado uma sexualidade pautada em uma moral cristã muito acentuada, onde a mulher intercalou momentos de representação de pecadora, e redentora.

A famosa inquisição com certeza colaborou para que a imagem da mulher fosse ligada ao pecado.

A medida que a Reforma Protestante se fortalecia na Europa e trazia consigo a rejeição a imagens e a rituais católicos o aumento na crença do poder do diabo aumentava, devido ao medo de que as pessoas pudessem estar estabelecendo relações com o senhor do mal. As bruxas foram as mais associadas a esse tipo de relação, pois segundo a crença da época o diabo seduzia as mulheres e as colocava ao seu serviço através de uma relação sexual.

Assim as mulheres foram duramente perseguidas pelo tribunal da Inquisição, que objetivava extirpar a influência do diabo em relação as pessoas e com tal justificativa, promovia verdadeiro controle da sexualidade, principalmente das mulheres, pobres, solteiras, viúvas, que ficavam a margem da sociedade.

Como coloca Ana Luiza Silva (2002, p. 10)

Este preconceito, se pode ser assim chamado em relação a pessoas isoladas, recaía definitivamente com mais peso sobre as mulheres. “A maioria dos acusados vivia em um estado de impotência e desespero” [THOMAS, 1991, p. 420], fosse por sua extrema pobreza, sua falta de uma família ou aliados ou até por um ‘desespero religioso’. Portanto em alguns casos “a fama de bruxa, para uma velha por exemplo, podia ser a última linha de defesa garantindo-lhe um tratamento decente por parte das pessoas de sua aldeia.” [THOMAS, 1991, p. 455].

Nesse processo de controle da sexualidade, a Inquisição colocou em cheque algumas sabedorias populares, pois práticas como o aborto, realização de partos, conhecimento de plantas de uso medicinal, foram proibidas em razão do medo das habilidades curativas das mulheres e das parteiras, assim não só as atividades, mas também as mulheres que as praticavam foram demonizadas.

A crença da época também colocava que as bruxas reuniam se em festas regradas a bebidas e feitiços, que eram realizados com sacrifícios de crianças e danças, e orgias sexuais. Assim a Igreja confundia sexualidade e pecado, demonizando a mulher, como coloca Kramer e Sprenger (2000, p.122 apud SILVA, A. L. O., 2002, p. 15).

Existem, conforme se lê na Bula Papal, sete métodos pelos quais elas (as mulheres) contaminam, através da bruxaria, o ato venéreo e a concepção, primeiro: fomentando no pensamento dos homens a paixão desregrada; segundo: obstruindo a sua força geradora; terceiro: removendo-lhes o membro que serve ao ato; quarto: transmutando-os em bestas pela sua magia; quinto: destruindo a força geradora das mulheres; sexto: provocando aborto; sétimo: oferecendo, em sacrifício crianças aos demônios, além de outros animais e frutos da terra, com que causam enormes males.

A possibilidade de as bruxas inutilizarem o órgão sexual masculino com seus feitiços provocou certa repercussão no imaginário da época, tanto que as mulheres passaram a ser vistas como perigosas e neste período havia inclusive medo de que ao manter relação sexual com uma mulher menstruada, o homem poderia morrer.

Assim as mulheres passaram a ser estigmatizadas com o poder da sedução e do sexo como algo que utilizava para seduzir e matar a serviço do Diabo. Dentre as formas de punição para bruxaria estavam a tortura e morte na fogueira.

2.4 A sexualidade no período das colonizações

Entre 1450 e 1750, a intensificação do comércio global trouxe muitas mudanças à medida que as relações comerciais trouxeram maior integração entre os povos. Com essa nova organização em torno do comércio e da conquista de colônias a escravidão se expande e isso tem significativa influencia na vida sexual das pessoas.

Na China, com a dinastia Qing, voltou-se para a discussão de regras para sexualidade e o estupro voltou a ser alvo de intensas discussões, entretanto em razão da dificuldade de provar que a mulher não havia consentido a relação e ainda o fato da necessidade de a mesma realizar a acusação em público, admitindo que havia perdido a virtude, era muito difícil que as vítimas prestarem queixas. O consenso na época era de que a melhor alternativa para mulher vítima de estupro era o suicídio.

Neste período surge o que se chamou de família de estilo europeu, patriarcal e composta pelos pais e seus filhos e mesmo que não se tenham explicações suficientemente plausíveis para o surgimento dessa organização familiar, o fato é que esse novo estilo respondeu ao problema do excesso de filhos do contexto

agrícola, pois agora o provedor possuía uma quantidade de filhos que lhe era possível sustentar.

Além disso, nesse estilo familiar, os homens europeus passaram a se casar por volta dos 27 anos e as mulheres um pouco mais cedo. Havia também 20% da população que não se casava, pois não adquiriam terras, assim dependiam do trabalho assalariado a vida toda.

Entretanto as classes mais abastadas não aderiram a esse estilo e continuam casando suas mulheres bem cedo e constituindo famílias, com bastante filhos.

Mesmo no padrão europeu de família havia o monitoramento dos jovens para que não iniciassem as atividades sexuais antes do casamento, apesar de casarem-se mais tardiamente. Segundo Stearns (2010, p. 114).

Na nova Inglaterra, por exemplo, quando por alguma razão os pretendentes precisavam pernoitar na casa da noiva uma tábua protetora era colocada entre a prometida e o visitante (cuja etiqueta rezava que deveria dormir totalmente vestido); assim, por mais que quisessem demonstrar afeição, não teriam condições de manter relações sexuais propriamente ditas.

Nessa época, o número de gravidez anterior ao casamento cresceu muito, principalmente entre casais que já haviam assumido o noivado. O aborto entre as mulheres casadas era socialmente aceito, desde que por razões de saúde ou economia familiar.

A inclusão da América no comércio global trouxe algumas novidades em termos da sexualidade da época. As doenças que assolavam as populações americanas permitiam a ascensão de alguns europeus ao poder no Novo Mundo. A capacidade de capturar, escravizar e transportar milhões de africanos para suprir a mão de obra dizimada pelas doenças, fez com que os europeus de certo modo, tomassem o poder. Uma das formas de imposição europeia era a sexual. O uso da força sexual pelos europeus nas Américas foi gigantesco.

Os homens europeus se relacionavam com as mulheres africanas como esposas, amantes, mesmo quando já eram casados na Europa e não havia preconceito em relação às amantes ou aos seus filhos.

Na América Latina a nudez dos nativos provocava o imaginário dos colonizadores, alguns se assustavam, outros liberavam sua luxúria e chegavam a

presentear amigos com nativas como descreve Michele Cuneo, após ter recebido uma índia caribenha como presente de Cristóvão Colombo:

Capturei uma bela nativa caribenha...eu a levei para minha chopana e ela ficou nua, como era de costume de seu povo. Eu estava cheio de desejo para me satisfazer com ela. Ela não queria, por isso tratou-me à base de unhas, e desejei nunca ter começado. Então, peguei um pedaço de corda e a açoitei com vigorosas vergastadas, ela parece ter sido criada em alguma escola de meretrizes. (apud STEARNS, 2010, p. 119).

Alguns exploradores como Américo Vespúcio escreviam como as nativas eram sexualmente disponíveis, sem considerar os costumes e a cultura do povo o qual escravizavam.

Diante da consideração de que o povo nativo era luxurioso, vieram as missões com o intuito de reordenar a sexualidade dos nativos. Inicialmente lhes impuseram as vestimentas para que cobrissem o corpo e também reduzissem o grupo familiar, pois as famílias extensas eram vistas como fomentadoras do adultério e do abuso sexual.

Na cultura maia da época a mulher residia com os pais, no período do noivado, mas podia dormir com o noivo para que o casal verificasse se havia compatibilidade e caso não se adaptassem um ao outro, poderiam adiar o casamento. Tal costume fora visto pelos europeus colonizadores, como escandaloso, uma vez que os mesmos impunham o casamento definitivo.

O resultado dessa imposição fora o aumento da violência doméstica, pois não havia modos de se interromper um casamento que não ia bem.

A influência europeia nas comunidades nativas propiciou o crescimento da dominação masculina no âmbito familiar, que ocorria inclusive pela violência. E a mulher passou a carregar o pesado fardo de manter o casamento a qualquer preço, pois a lei colonial impunha a manutenção do matrimônio, com fundamento no pecado e na punição.

Essa realidade também, grosso modo, é verificada na atualidade, visto que a cultura ainda que, em menor força, impõe o casamento como algo insolúvel e ainda coloca para mulher a obrigatoriedade do matrimônio para cumprir sua função maior que é a maternidade.

Mesmo com todo o aparato de restrições a vida sexual nas colônias, o desejo dos colonizadores pelas nativas, era voraz e imposto e o estupro foi amplamente praticado nas primeiras décadas de colonização. Em algumas situações os líderes indígenas ofereciam mulheres aos colonizadores como presentes.

De acordo com Stearns (2010, p. 122),

Muitos europeus registraram suas conquistas sexuais como uma questão de grande orgulho, à medida que uma noção de “direito de macho” começou a fazer parte de uma definição americana de masculinidade.

Parece-nos que nesse momento o machismo ganha corpo e se espalha pelo mundo, como uma ideologia de dominação da mulher pelo homem, como coloca Garcia-Gadilla (1978 apud SCAVONE, 2004, p. 34),

O machismo é uma herança ibérica que consistia na valorização dos homens, seja de aspectos morais, (como honra) seja de aspectos físicos (como a força e a virilidade) aos quais espera-se um comportamento submisso das mulheres, como complemento (fidelidade, pureza, fraqueza).

Algumas comunidades indígenas, na tentativa de preservar suas mulheres as escondiam, quando sabiam da chegada dos espanhóis.

Neste contexto a prostituição não era mais algo necessário, visto que os europeus se sentiam no “direito de macho”, de ter acesso sexual às nativas, mesmo que através da violência; não fazia mais sentido pagar pelo prazer sexual.

Algumas vítimas de estupro, no século VIII, recorriam às leis para tentar fazer com que o estuprador pagasse pelo feito, porém o que era colocado à prova era sua virtude, pois era necessário provar a virgindade para que o algoz sofresse alguma punição. Sendo assim, mulheres solteiras, vítimas de estupro não tinham a quem recorrer. As mulheres casadas logravam maior êxito, porém a pena não era severa para o violentador, de modo que em sua maioria as vítimas não davam queixa, porque acreditavam que o processo não valia a pena.

Também entre as populações escravas trazidas pelos europeus para a América, a imposição sexual dos senhores às escravas era semelhante ao contexto das populações nativas, porém os negros possuíam menos alternativas para

defender-se da situação. Os escravocratas impunham o acesso sexual às escravas como parte natural da propriedade privada.

Em muitas situações o estupro das escravas ocorria na frente de seus pais ou maridos como forma de humilhação, expressando a supremacia branca. Em outras situações, as negras eram utilizadas para a iniciação sexual dos filhos dos senhores.

As mulheres negras sofriam em demasia com os estupros dos senhores brancos e também com a violência sexual e física dos maridos negros que por não aceitarem a situação impunham castigos às mesmas, quando assediadas pelos senhores brancos.

O estupro é ainda hoje uma das formas de violência mais cometidas contra as mulheres no mundo, apesar de atualmente possuímos leis que colocam o estupro como crime.

Segundo Oliveira (2000), com base em dados da Organização das Nações Unidas, um quarto de todas as mulheres do mundo são estupradas pelo menos uma vez na vida. De acordo ainda, com outras estimativas, esse crime acomete 12 milhões de mulheres em todo o mundo a cada ano. (SUDÁRIO; ALMEIDA; JORGE, 2005, p. 80).

Tanto na colonização brasileira, quanto no período de escravidão negra, o contexto aqui demonstrado era semelhante, visto que foram europeus portugueses que colonizaram esta terra e traziam consigo a mesma cultura sexual, aqui descrita.

2.5 A sexualidade no mundo moderno

2.5.1 A cultura sexual ocidental moderna

Por volta do século XVIII, a economia inicia seu caráter mais comercial e manufatureiro, anteriormente a Revolução Industrial, o que possibilitou as pessoas, inclusive aos jovens o acesso ao poder aquisitivo e maior liberdade.

A Revolução Industrial trouxe consigo a vida fabril e a urbanização, o que interferiu diretamente na cultura e na sexualidade da época.

O protestantismo inicia seus questionamentos ao catolicismo, criticando entre outras coisas a castidade, que não levava as pessoas a um nível espiritual mais elevado, do que o obtido com o casamento.

Em 1684 a *obra prima* de Aristóteles chegou a Lume, na Inglaterra; tal livro nada mais era que um manual sexual que foi traduzido muitas vezes e continuava a ser vendido até a década de 1930, tendo chegado às colônias americanas ainda em 1766. Fundamentado na ciência, tal livro trazia informações de como obter prazer na relação sexual e pressupunha que ambos os parceiros deveriam ter o mesmo objetivo. A obra inclusive fazia sugestões para criação de um clima sedutor, com músicas e vestimenta sensuais. Porém não havia nenhuma recomendação sobre contracepção, o que deixava claro que o propósito do sexo ainda era a procriação.

Na Europa do século XVIII, todos os homens andavam armados e as mulheres não saíam às ruas sem escoltas, pois poderiam ser estupradas. Neste contexto surge um grupo de cavalheiros trovadores considerados revolucionários, que colocam o amor como algo que enobrece quem ama, e para ser praticado deve ter suntuosos rituais de cortejo, o que vai terminantemente contra o estupro.

Os jovens parecem estar mais disponíveis para o envolvimento emocional, o que poderíamos chamar de amor. Cada vez mais, um número maior de jovens se envolviam afetivamente baseados na atração física, o que os levavam a questionar os casamentos impostos por questões de arranjos econômicos.

Entretanto em meio a esse clima romântico, alguns homens deixavam seus apetites sexuais extrapolarem os limites e nas fábricas onde havia os operários de ambos os sexos, as mulheres eram estupradas ou abusadas sexualmente constantemente.

O casamento tradicional baseado nas questões econômicas ficou cada vez mais difícil, porém outro costume apareceu, o de que os homens seduziam as moças, tinham relações sexuais com elas e quando por ventura elas engravidavam, eles fugiam sem casarem-se com elas. E algumas mulheres da classe trabalhadora que não tinham condições de oferecerem dotes para se casarem.

Em 1800 uma autoridade da Bavária escreveu que era muito difícil encontrar uma jovem de 20 anos que já não fosse mãe.

A aceleração da produção de literatura pornográfica e a expansão do público leitor também foi um aspecto importante nas mudanças da sexualidade do século

XVIII, entretanto em algumas publicações a violência sexual contra mulher estavam sempre presentes. Como na obra de John Cleland, Memórias de uma mulher de prazer, escrito em 1749,

O livro começa com um estupro, que supostamente estimula a heroína, uma jovem interiorana humilde que chega a Londres em busca de uma vida de prazeres sexuais. Voyeurismo – ela assiste a atos sexuais em um bordel – e masturbação são apenas o começo para Fanny, que mais tarde entrega-se à flagelação, deleitando-se com o estímulo sexual de chicotadas que lhe arrancam sangue, bem como uma variedade de amantes de diversos estratos sociais. Há lugar também para outro estupro e uma cena homossexual. (STEARNS, 2010, p. 150).

Como é possível perceber na história acima o sadismo aparece. Herança deixada pelo Marques de Sade, aristocrata francês que nasceu em 1740, e gostava de praticar o sexo com prostitutas com uso da violência.

Por volta de 1750, a chamada primeira revolução sexual que trouxe uma perspectiva de maior aceitação das relações sexuais fora do padrão heterossexual e monogâmico do casamento, criou nos homens a expectativa por maior acesso ao sexo e a ideia de prazer sexual se estendeu as mulheres, o que gerou uma ideia de que a sexualidade estava desenfreada.

No início do século XIX, alguns escritores de ambos os sexos, iniciaram escritos questionando alguns comportamentos sexuais tradicionais, inclusive a ideia da monogamia e do casamento. Outros se concentraram em escrever sobre as desigualdades de gênero, ressaltando que o casamento permitia somente aos homens liberdade sexual, que não era possibilitada as mulheres.

2.5.2 A ética judaico cristã e a sexualidade moderna

Da Antiguidade a Idade moderna, os casamentos eram um tipo de negócio, onde os pais determinavam a escolha dos parceiros dos filhos de acordo com as alianças que desejavam estabelecer. O casamento tinha como principal função referendar a união entre famílias com interesses mútuos. O objetivo tanto do casamento, como das relações sexuais eram a reprodução.

Nas sociedades ocidentais a Igreja possuía forte influência e principalmente com a expansão do cristianismo a partir do século V, passou a interferir até mesmo nas uniões entre os nobres, algo que não ocorria até então.

Após alguns séculos a Igreja estabelece o casamento como único espaço legítimo para as relações sexuais e estas, serviam para procriação. Baseada em sua interpretação da bíblia, esta instituição pregava a renúncia aos prazeres carnis e a virgindade feminina.

Seguindo as recomendações do apóstolo Paulo aos Corintos, os homens deveriam manter-se celibatários, as viúvas castas e as mulheres solteiras virgens. Assim o casamento se faz necessário para conter os chamados libertinos.

Já no século XVII, a Igreja torna o casamento um sacramento e um século mais tarde passa então a normatizá-lo, restringindo a sexualidade ao casamento e à procriação. Assim a moral cristã proibia qualquer método contraceptivo e considerava pecado toda atividade sexual fora do matrimônio.

Segundo Araújo (2002, p.5),

A dessacralização do poder da Igreja se inicia com a revolução burguesa, que vai arrancar fora os véus da ilusão religiosa. Como diz Marx no *Manifesto do Partido Comunista*, perde-se o halo, símbolo primordial da experiência religiosa. “Tudo que era sólido e estável evapora-se, tudo que era sagrado é profanado, e os homens são, finalmente, obrigados a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas (Marx & Engels, 1990, p.79). A vida é inteiramente dessantificada. Entra em cena a ética protestante e o espírito do capitalismo, como bem descreve Weber (1967). O destino do homem passa a ser regido pela nova organização social.

Para Ariès (1987), muitas mudanças no casamento vieram a partir da modernidade, com a valorização do amor, presente na ideologia burguesa. Não só o amor passou a fazer parte da vida, mas a erotização também.

Nos séculos XIX e XX, instaura-se um discurso normatizador para eliminar as formas de sexualidade não ligadas à reprodução e ao casamento. Através desses discursos, multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, vinculou-se a anormalidade sexual à doença mental e foram definidas normas de desenvolvimento sexual, da infância à velhice e cuidadosamente descritos todos os desvios possíveis; organizaram-se os controles pedagógicos e os tratamentos médicos (ARAÚJO, 2002).

Ainda de acordo com Araújo, os exames médicos, investigações psiquiátricas, relatórios pedagógicos em relação as formas de sexualidade consideradas irregulares, têm como objetivo dizer não, à todas as sexualidades que estão fora da normativa heterossexista e na realidade, funcionam como mecanismos de dupla estímulo ao prazer e ao poder (ARAUJO, 2002).

Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fingir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. Captação e sedução; confronto e reforço recíprocos: pais e filhos, adulto e adolescente, educador e alunos, médico e doente e o psiquiatra com sua histérica e seus perversos, não cessaram de desempenhar esse papel desde o século XIX. Tais apelos, esquivas, incitações circulares não organizaram, em torno dos sexos e dos corpos, fronteiras a não serem ultrapassadas, e, sim, as perpétuas espirais de poder e prazer. (FOUCAULT, 2007, p. 45).

Nesse contexto, a sexualidade instituiu-se como um dispositivo de saber e poder. Tornando-se um campo onde o poder circula nas relações entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos. Nas relações de poder, a sexualidade encontrou um ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias de controle.

Ao estudar a história da sexualidade como mecanismos da repressão, Foucault considera dois aspectos como formas de rupturas. O primeiro deles no decorrer do século XVIII, com o nascimento das grandes proibições, colocou a sexualidade como exclusividade da idade adulta e do matrimônio; além de algumas normas de convivência, contenção do corpo, restrições e pudores relativos a linguagem. O outro ocorreu no século XX, quando os mecanismos da repressão teriam começado a se afrouxar; passando das interdições sexuais a uma relativa tolerância, voltada às relações pré-nupciais ou extraconjugais; a desqualificação dos perversos teria sido amenizada e sua condenação pela lei, eliminada em parte; ter-se-iam eliminado, em grande parte, os tabus sobre a sexualidade das crianças (FOUCAULT, 2007).

Faz-se necessário aqui colocarmos que tentamos aqui trazer considerações sobre a história da sexualidade vista como uma construção social. Assim, as mudanças apontadas tanto no comportamento sexual como no significado que lhe

atribuímos, devem ser pensadas em suas formas e variações no contexto em que se formaram.

2.6 A sexualidade do Brasil: da colônia à contemporaneidade

2.6.1 A sexualidade no Brasil colônia

O Brasil, logo ao ser descoberto, passou a carregar o estigma de paraíso sexual, pois possuía um povo desinibido. Essa noção a respeito do Brasil, data da época da colonização, pois os portugueses dentre outros povos que, também tentaram colonizar o Brasil ao desembarcarem neste país, deparavam-se com um povo com poucas vestes e costumes sexuais muito diferentes dos colonizadores e então relatavam tais situações ao mundo.

Não se pode desconsiderar que as sociedades europeias, vinham de uma tradição patriarcal, baseada na ética judaico cristão, de modo que, os costumes dos povos indígenas em relação à sexualidade, causavam-lhes espanto, pois além de terem seus corpos expostos, os indígenas possuíam rituais sexuais de passagem para vida adulta, que causavam no mínimo estranheza aos recém-chegados.

Diferentemente da cultura patriarcal dos colonizadores, a virgindade das índias não era importante, sendo comum, na tribo Tupinambá, que as solteiras fossem oferecidas para relações sexuais, com visitantes e prisioneiros.

A heteronormatividade também não fazia parte dos costumes indígenas de modo que as crianças que apresentavam comportamentos do sexo oposto, viviam livremente na tribo, e após tornarem-se jovens, podiam usar vestimenta e realizar tarefas segundo sua vontade.

As relações sexuais de filhos com suas mães, entre irmãos, primos eram comuns, sendo permitido também casarem-se quantas vezes desejassem. E esses costumes eram retratados por vários autores e missionários, à várias nações do mundo (SIQUEIRA, 2008).

Segundo os relatos dos missionários, escandalizados com os costumes indígenas, era comum que os meninos tupinambás se relacionassem sexualmente com mulheres mais velhas, as quais não tinham sido escolhidas como esposas, por nenhum homem, sendo essas senhoras que lhes ensinavam a arte do sexo.

Também as esposas para agradarem os maridos, ofereciam-lhes moças mais jovens, as quais quase obrigavam a deitarem-se nas redes com seus maridos.

Diante desse contexto, os colonizadores deixavam as imposições da Igreja de lado e satisfaziam seus desejos sexuais com as índias, que além de viverem nuas não se submetiam ao pudor, que nem conheciam.

Os primeiros anos de Colonização do Brasil coincidiram com o Concílio de Trento (1545-1563) e a Contra Reforma Católica na Europa. Sendo assim, se fazia necessário manter os dogmas da Igreja, os quais impunham o zelo pelo casamento e a limitação das relações sexuais para procriação. Também nessa época os Jesuítas chegam à colônia, responsáveis por catequisar os indígenas.

Aos olhos dos colonizadores, a nudez do índio era semelhante à dos animais; afinal como bestas, ele não tinha vergonha ou pudor natural. Vesti-lo era afastá-lo do mau e do pecado. O corpo nu era concebido como foco de problemas duramente combatidos pela Igreja nesses tempos: a luxúria, a lascívia, os pecados da carne. Afinal, como se queixava padre Anchieta, além de andar peladas, as indígenas não se negavam a ninguém. (DEL PRIORE, 2011, p. 17).

Também por volta de 1530, os colonizadores começam a trazer negros escravos para o Brasil e então além das indígenas, passam a relacionar-se sexualmente com as negras, pois a maioria deles havia deixado suas famílias em Portugal e quase não havia mulheres brancas na colônia. Entretanto o preconceito para com as mulheres negras e índias era tanto, que não se considerava pecado homens casados manterem relações sexuais, mesmo que com o uso da força, com essas mulheres (SIQUEIRA, 2008).

Assim, no Brasil, sob a configuração do sistema de gênero patriarcal, o que prevaleceu foi o poder de dominação dos colonizadores sobre as índias e negras, mesmo contrariando as regras que a Igreja impunha na época através dos inquisidores.

No contexto de sociedade escravocrata, racista, o concubinato contrariava a culpabilização imposta a quem buscasse o prazer através do sexo; tais aspectos com certeza influenciaram a cultura sexual do Brasil colônia, numa perspectiva patriarcal onde os senhores impunham seu poder sobre a esposa e sobre a escrava.

Documentos analisados pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos da Sexualidade (NUSEX) da Unesp - Câmpus de Araraquara, que datam do período de 1591 a 1769, e trazem informações sobre a primeira visita inquisitorial, demonstram

muitos aspectos da vida sexual das pessoas da Colônia. Segundo os pesquisadores foi possível constatar que os inquisidores comungavam de muitas práticas sexuais condenadas pela Igreja Católica, tais como: bigamia, sodomia, adultério. Algumas freiras e padres quebravam as regras do celibato sem segredos, pois naquele período o celibato era uma regra recente na Igreja Católica, portanto bastante desrespeitada em todo o mundo. E ainda haviam as mulheres que iam para conventos por razões econômicas e familiares e não por vocação, o que as tornava mais vulneráveis a sedução.

Apesar de todo terror que a Inquisição inspirou na Europa, no Brasil os Tribunais do Santo Ofício não impuseram grande violência, apenas deixaram resquício de uma pedagogia sexual restritiva as mulheres e confiscaram os bens de hereges.

Em razão das doutrinas impostas pela Igreja a esposa ficou condicionada à condição de mãe dos filhos, sendo assim as relações sexuais mantidas com a mesma, não poderiam objetivar o prazer, de modo que nem mesmo a nudez do casal era permitida. Assim, o direito ao prazer foi roubado da mulher branca que era a esposa e imposto a escrava negra, que deveria estar à disposição dos desejos do seu dono.

As casas se organizavam de modo diferente do que conhecemos hoje, tudo que ocorria, era aos olhos de todos que ali habitavam, sendo assim, as relações sexuais ocorriam sem nenhuma privacidade. Portanto, o poder do senhor em relação a escrava que deveria lhe satisfazer sexualmente, tornando-a um objeto sexual, bem como a imposição de sua infidelidade a esposa, ficava legitimado pela doutrina religiosa da época.

Assim, o estigma da mulata erotizada, bem como a noção que é normal para os homens serem infiéis, são heranças da época de nossa colonização.

Nesse período, nas sociedades mais urbanas, as mulheres casavam-se muito cedo, quase sempre por uma relação de interesse das famílias as quais pertenciam; as mulheres jovens que não conseguiam casar-se mantinham-se como amantes de homens mais velhos, que pudessem lhe garantir sustento e, dependendo do nível social do amante, a mesma poderia conseguir até mesmo gozar de certo *status*.

Em outras situações, meninas ainda muito crianças deixavam o julgo do pai para submeterem-se ao do marido, a esse respeito Del Priore (2011, p. 66-67) coloca que,

O fato de meninas, muito meninas, passarem da reclusão familiar, às mãos dos maridos, fazia-os crer num precoce interesse pelo sexo oposto. Interesse aliás muito mal visto. Os viajantes criticavam a precocidade com que adquiriam os modos e conhecimentos impróprios para sua idade: “Antes de cumprir dez anos uma menina conhece perfeitamente bem o valor dos homens como marido e o que é o flerte. Quando estiver com quatorze anos, ela saberá tudo a respeito de coisas que se supões que uma inglesa não saberá até que seja casada”. A percepção desses ingleses é de que havia certa antecipação sexual nas moças do Novo Mundo.

O sentimento de infância é uma ideia que surge já na modernidade, quando a criança deixa de ser considerada adulto em miniatura e passa a ser vista enquanto sujeito em desenvolvimento. Só a partir de então a sexualidade da criança passa a ser tratada de forma protetiva, como poderemos verificar a seguir.

2.6.2 A sexualidade na modernidade brasileira

Por volta de 1850, dois médicos franceses, Pouchet e Négrier, descobriram o funcionamento da ovulação feminina, entretanto numa sociedade patriarcal, essa descoberta contribuiu, para mais uma vez se negar o prazer as mulheres, pois a espontaneidade da ovulação tornava inútil o orgasmo, sendo assim somente a ejaculação masculina era indispensável e assim os homens deixaram de preocupar-se com o prazer feminino. Entretanto o medo da infidelidade possibilitava um número maior de carícias, oferecidas as mulheres.

Já no século XX a nudez passou a ser permitida ao casal durante a relação sexual, pois como já citamos, a perspectiva do sexo somente para procriação reprimia essa prática.

Num contexto onde a esposa não estava associada ao prazer sexual e os casamentos ocorriam por interesse, a prostituta possuía sua importância, na vida dos homens. Principalmente na cidade do Rio de Janeiro, havia uma divisão de classes entre as mesmas, sendo: as aristocráticas, que eram mantidas por homens ricos; as de sobradinho, que trabalhavam nos bordéis e as rótulas, que eram em sua maioria negras e se prostituíam pela rua.

O interesse sexual de homens por meninas ainda muito crianças também é descrito por Del Priore (2011, p. 86), ao escrever sobre a prostituição no Brasil do século XIX:

As segundas meretrizes as de sobradinho, também trabalham em hotéis, localizados em Botafogo ou Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. Aí o roceiro rico, o filho do senhor de engenho, o rapaz de fortuna, encontravam não só estrangeiras como mucamas ou mulatinhas, ainda de vestido curto, meninas ou meninas. À noite esperavam clientes ao longo das paredes nas avenidas mais importantes, mercados e praças.

Por volta de 1950, já se podia verificar que a tolerância em relação a assuntos da sexualidade havia aumentado consideravelmente, pois os palavrões e o sexo explícito haviam invadido os palcos dos teatros de revista, o público mais contido se privava desses espetáculos e passou a considerar as atrizes como meretrizes.

Neste período inicia-se um movimento de entrada das mulheres no mundo dos esportes, e tal inserção foi considerada por muitos uma imoralidade que feria a imagem da mulher dedicada exclusivamente a maternidade e ao lar. Entretanto, alguns médicos e higienistas incentivavam a prática de esportes como medida para combater doenças como a histeria e a melancolia e ainda prevenir os adultérios, visto que mulheres encarceradas em suas casas, poderiam sonhar com outros homens que não o marido, incentivadas pelo romantismo da época.

A prática dos esportes trouxe a moda europeia das mulheres magras, esbeltas e leves para o Brasil, o que provocou em alguns médicos a rejeição, visto que a essa nova configuração corpórea da mulher, foram associadas as ideias feministas de desprezo pela maternidade.

Já aos olhos dos homens da época, os cabelos curtos, o corpo magro, e os seios pequenos eram percebidos como uma negação da feminilidade.

Com relação a essa imposição sobre as formas femininas desse novo contexto higienista no Brasil, Del Priore (2011, p.116) reflete:

Resumindo: quatrocentos anos de morenas e mulatas sinuosas, da consagrada “morenidade” descrita por Gilberto Freyre, resistiram bravamente aos modelos importados e aos avanços das belezas escandinavas ditadas pelo higienismo ou hollywoodianas impostas pelo cinema.

Mesmo com tantas mudanças e novas discussões a respeito da sexualidade para mulher, este assunto continuava cheio de tabus; a falta de informação destinadas as mesmas, que continuavam na ignorância sobre o assunto e ainda tinham que lidar com a violência por parte dos maridos. Aos olhos dos homens não podiam, mesmo que na noite de núpcias, ter comportamento refinado com sua esposa, visto que este deveria ser dedicado somente as prostitutas.

Desse modo, muitas mulheres já em sua primeira relação sexual tinham de lidar com os instintos selvagens de seus maridos. A escritora Clotilde do Carmos Dias, descreve sua noite de núpcias onde revela que seu medo fez com que ela demorasse um bom tempo a deitar-se, enquanto seu marido a esperava ansioso. Segundo ela descreve:

Meu marido nesta noite deu largas aos seus instintos bestiais, cheios de luxúria indecente e insaciáveis, que em vez de gerar em mim amor, faziam-me sentir repugnância por ele. Eu desejava um carinho todo especial, delicado, respeitoso e moderado. (Dias apud DEL PRIORE, 2011, p. 118).

De 1937 a 1945, enquanto durou o Estado Novo no Brasil, Getúlio Vargas colaborou com a solidificação da ética cristã baseada na valorização da família e portando do casamento, através de pacto que formou com a Igreja.

Virgindade continuava sendo assunto sério e a reputação das mulheres continuava atrelada a manutenção da mesma e também pela capacidade das donzelas em resistir aos avanços dos homens.

As mulheres consideradas “mundanas” eram vistas como um problema e recebiam repreensões de todos os lados, pois questionavam os padrões sociais impostos as mulheres da época.

Além de questionarem a repressão sexual, tais mulheres traziam para discussão a questão do aborto, que até o século XIX recebia certa tolerância por parte da Igreja, pois se acreditava que a alma somente se inseria ao feto após quarenta dias, nos meninos e oitenta nas meninas. Assim a interrupção da gravidez antes desse período não era considerada pecado (SIQUEIRA, 2008)

Durante as épocas medieval e moderna, muitos teólogos defendiam que o aborto era um crime apenas quando realizado após 40 dias a contar da concepção. Antes dessa fase, nada de punições celestiais mais graves. (FRANCO, 2015).

Em tabuleiros espalhados pelas ruas das cidades, as escravas costumavam oferecer ervas abortivas e também era comum se recorrer a objetos pontudos como agulhas de crochê, espetos de cozinha, a provocação de vômitos e diarreias, pois se tinha mais medo da gravidez indesejada, do que dos riscos que o aborto podia trazer.

Em 1588, uma bula papal previa pena de excomunhão para todos os que se envolvessem em abortos, direta ou indiretamente, por meio de remédios ou venenos, ou por agressões e ainda esforços excessivos impostos à gestante. A condenação moral e legal ganhava novo fôlego com as reformas religiosas, quando a Igreja Católica passou a interferir de forma mais direta na vida dos fiéis.

Especialmente após o Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja firmou posição em defesa do feto, alegando que o corpo era a morada sagrada do espírito, sendo a gravidez desejada ou não. A partir do século XVII, embora fosse possível observar o melhor domínio de técnicas abortivas por parte dos cirurgiões, a Igreja regulou de perto a ação de médicos e exerceu uma eficaz censura nas discussões sobre o assunto (FRANCO, 2015).

No âmbito do Estado o aborto passa ser considerado crime e o Código Penal da República passa a puni-lo com cinco anos de prisão.

Os usos do aborto conforme, a hierarquia social, atravessaram a história colonial, imperial e republicana. Em 1830, o Código Penal do Império considerou a prática um crime grave contra a segurança das pessoas e da vida, estabelecendo penas específicas para médicos, boticários ou fornecedores de drogas. As punições envolviam prisão e trabalho, mais brandas ou duras de acordo com o caso. Enquanto abortistas eram excomungadas e punidas, muitas mulheres escravas e livres morreram tentando métodos heterodoxos e pouco seguros. Os homens apenas legislavam. (ALMEIDA, 2005, p. 17).

A descoberta da pílula anticoncepcional na década de 50, apesar de já existirem outros contraceptivos que permitiam que as decisões sobre a maternidade estivessem sob o controle da mulher, foi sem dúvida uma grande mudança na sexualidade da mulher, a medida que a mesma passa a ter condições de manter relações sexuais sem risco de gravidez, já que os métodos anteriores eram conhecidos com falíveis. Essa descoberta também propiciou as mulheres melhores condições para controlar sua reprodução.

A partir de 1960, com o início do movimento feminista, as mulheres passam a questionar sua limitação ao espaço doméstico, visto que há muito tempo as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades, fora do lar, em fábricas e lavouras (LOURO, 2014).

Com a recessão econômica dos primeiros anos da década de 80, ocorre aumento na taxa de desemprego no Brasil. A queda no nível da renda da população e depois a necessidade de mão de obra, após a retomada da economia, leva a mulher para o mercado de trabalho formal.

Segundo Saffioti, apesar de muitos crerem que a entrada da mulher no mercado de trabalho foi uma conquista feminina, ela apenas ocorreu em razão de uma necessidade econômica, visto que o homem já não conseguia arcar com o custeio das despesas domésticas:

Ora foi o capitalismo que, com a separação entre o local de moradia e o local de trabalho, criou a possibilidade de as mulheres saírem de casa para trabalhar. Isso não significa que as mulheres, antes do advento do capitalismo fossem ociosas. Ao contrário, trabalhavam na produção e conservação de alimentos, teciam, confeccionavam roupa, enfim, realizavam atividades hoje executadas pela indústria. A medida que essas atividades foram sendo industrializadas, as mulheres tiveram de sair de casa para ganhar o seu sustento e o de seus dependentes, ou, então para colaborar no orçamento doméstico. (SAFFIOTI, 1991, p. 61).

Mesmo com os questionamentos advindos do movimento feminista ou sua inserção no mercado de trabalho, a mulher ainda não conseguiu se desvencilhar das questões da sexualidade que a colocam como objeto.

Já na época da inserção da mulher no mercado de trabalho Saffioti (1991) em sua obra “O Poder do Macho”, coloca que as mulheres são obrigadas a prestar serviços sexuais para preservarem seus empregos. A esse respeito, na obra já referida, a autora ainda traz uma análise, onde aponta que a mulher não é sujeito de desejo, e sim objeto; sua vivência sexual pode se restringir ao consentimento em ser usada enquanto objeto.

2.7 Da violência sexual contra a mulher à violência sexual contra crianças e adolescentes

Inicialmente esclarecermos que somente a partir desse subitem poderemos evidenciar os relatos de nossos sujeitos, pois somente em relação aos aspectos aqui colocados é que torna-se possível trazer suas falas, visto que, aspectos históricos da sexualidade não foram trazidos pelos mesmos nas conversas que tiveram durante o atendimento, no Projeto Repropondo.

Atualmente, no Brasil uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a questão da violência contra a mulher, abrangendo 20 unidades da Federação, de janeiro de 1991 a agosto de 1992, destacou três Estados onde os percentuais de estupro relacionados ao total de delitos cometidos contra as mulheres eram exageradamente altos: Alagoas, (13,3%), Pernambuco, (19,1%) e Espírito Santo, (19,8%) (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

No Ceará, os dados parecem fragmentados. A Secretaria Nacional de Segurança Pública mostra o município de Fortaleza com 65 casos relatados no ano 2000 nas ocorrências criminais tipificadas como estupro e 66 como atentado violento ao pudor. No mesmo ano, a Delegacia de Mulheres registrou em suas ocorrências, 35 casos de estupro, enquanto o IML realizou 410 exames de estupro. Outra fonte de consulta, o relatório emitido pela Câmara Municipal de Fortaleza também no ano 2000 revela a ocorrência de 32 queixas de estupro naquele ano, embora as estimativas apontadas pelo mesmo relatório deixem claro que a quantidade de mulheres vítimas de estupro pode chegar a 450 por ano. (SUDÁRIO; ALMEIDA; JORGE, 2005, p. 1).

Os dados acima apontam que, por algum motivo, o número de ocorrências é bem menor que o número real de estupros que ocorrem no Estado do Ceará, retrato atual de uma situação onde buscar o direito de defesa é tão revitimizante, quanto era nas situações das antigas colônias europeias.

Em nossa pesquisa, um dos autores de violência descreve uma das violências sexuais cometidas com uma mulher adulta, onde justifica que queria descontar sua raiva nela, sendo assim, de algum modo submetê-la à sua vontade sexual, sem considerar as consequências dessa violência à vítima.

E continuei a beber ali, com raiva, sabe fiquei sozinho bebendo enquanto ela, estava lá, essa mulher está me tirando... aí nós saímos e ela falo: "Você me acompanha até o ponto de taxi ali né, porque não tem mais ônibus, então é o jeito ir embora para casa". (BRUNO).

E aí foi onde deu atrito, você entendeu? Eu não aceitei aquilo, ela ter me abandonado por um outro que tinha condições né, mas eu pensei como ela vai fazer isso comigo, se eu gastei tudo que eu tinha ali, agora por causa disso, que eu quero levar ela para um lugar, que eu tenho condições de pagar que é um motelzinho simples, que era alugar um quarto simples ali, por duas horas só, e ela queria ir para o motel sofisticado, para ficar de boa.

Então aí nesse intervalo, até o ponto de taxi, tinha um lote baldio, nós andando no asfalto, eu peguei e forcei ela a entrar no lote baldio comigo e manter relação comigo.

Ai o que acontece eu mantive relações sexuais com ela lá, não deixei dinheiro nem para pegar o ônibus, nem nada. (BRUNO).

Eu forcei ela a fazer, ter relação comigo, mas assim, não levei nada, dela, mas ela não tinha nada para levar também, não machuquei ela. A raiva minha era só descarregar aquela tensão, aquela sabe, aquela vontade de fazer sexo, era meu objetivo. (BRUNO).

Bruno parece ter se sentido rejeitado por uma mulher que não quis fazer um programa com ele, para sair com outro rapaz com melhores condições financeiras. Desse modo, ao pagar bebidas para a mulher com quem pretendia fazer um programa, parece ter achado que a mesma tinha obrigação de sair com ele, e como ela não procedeu do modo como ele desejava, a estuprou, como forma de descarregar sua raiva nela, submetendo-a a seu poder e desejo sexual.

Bruno relata que, após o estupro tudo ficou aparentemente normal, demonstrando não ter talvez a dimensão da gravidade do que havia feito, como se submeter uma mulher a uma relação sexual forçada, fosse algo natural para ele, uma vez que ela era prostituta.

E depois que eu transei com ela e tal, terminou ali né. Tudo de boa, levei ela no ponto de ônibus que foi na avenida Tocantins, ali perto [...] Deixei ela de boa ali e subi de volta no quarteirão e fui para o outro ponto de ônibus, que eu tinha que pegar a mesma linha, sabe, mas esperei, fiquei de longe esperando ela pegar o ônibus e eu fui e voltei para o ponto e peguei outro ônibus, que não era para o mesmo setor. (BRUNO).

Nossa pesquisa aponta que tal ideologia ainda permanece até nossos dias e faz parte do imaginário de nossos sujeitos. Abaixo evidenciamos a fala de um autor que está em sessão de psicoterapia e coloca para sua terapeuta essa questão:

Porque eu vim afoito naquele primeiro dia não estava nem aí, não sabia para que era, o que ou qual tema que ia ser, então. Quando eu olhei assim, eu falei: “Nossa senhora, uma mulherzinha assim daquela assim, do jeito que eu gosto, magrinha simplesinha eu carrego nos braços para a cama”, me vem essas porcarias na cabeça. É aqui por a gente estar muito tempo sem mulher, então quando a gente vem conversar com uma mulher, você entendeu, a gente tem uma forte sensação de ter uma relação com ela. (BRUNO).

A ideia de que o cabe ao homem o poder sobre a relação sexual, bem como a satisfação de seu desejo através do corpo da mulher ainda perdura, nos dias atuais.

Em pesquisa realizada por Odina Fachel Leal, publicada em 1998, foi possível identificar alguns comportamentos masculinos a respeito das práticas, crenças e valores sexuais, denominados na pesquisa como cultura sexual. A pesquisa foi realizada com uma população urbana de baixa renda, na periferia de Porto Alegre, R.S.

A pesquisa já citada coloca o relato de homens a respeito de práticas sexuais, como por exemplo o coito anal, e evidencia a ideologia de que ao homem é permitido a busca da relação sexual fora do casamento.

Eu já pratiquei isso aí. Naquela época fazer papai mamãe eu fazia em casa, na rua eu fazia diferente. Não tem sentido fazer o mesmo. Eu não troco minha esposa por nada. Se não é para fazer isso, eu fico em casa. Porque vagina as duas tem, e a de casa é muito melhor. (LEAL, 1998, p. 8).

Tal relato nos remete à questão da mulher que serve para satisfação dos desejos sexuais em relação à esposa que deve ser casta e não ter uma prática sexual destinada ao prazer, que deve ser buscado com a prostituta, fora do imaculado ambiente do lar.

Como podemos perceber, a ideia colonial da mulher destinada à satisfação do prazer e a esposa que deveria apenas gerar os filhos, de algum modo perdura até a contemporaneidade, tal aspecto sempre muito ligado também à virgindade, imposta à esposa antes do casamento.

Um dos sujeitos de nossa pesquisa relata que quando possuía 16 anos iniciou um namoro com uma moça que se tornou sua vizinha e durou cerca de quatro anos.

Nós começo a namorar e eu vou contar para a senhora, dentro desses quatro anos, eu não tive relação sexual com essa menina, eu respeitei ela que era para casar mesmo, teve oportunidade de nós dormi junto em festa assim, festa na casa de parente delas assim, nos dormia junto na mesma cama, sabe mais nunca, sabe nunca passei tipo assim. Eu não forçava a barra, isso não quer dizer que eu não tinha meu rolo fora, eu saia mesmo, eu saia com os amigos e tal, e procurava as meninas certas, de transar e pronto. (BRUNO).

Neste trabalho é necessário contextualizarmos mesmo que brevemente a questão da criança e do adolescente em relação a violência sexual. Haja vista que nosso foco de pesquisa está voltado também as situações em que ocorrem violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em 1970, a discussão em torno da infância passa a ser considerada como prioridade no campo político e social. E já nos anos 1980, essas discussões passam a ter influências de normativas internacionais. Tais discussões têm influência direta também no aspecto da sexualidade infanto-juvenil.

Diante de toda essa articulação, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que estabelece as diretrizes no campo das políticas públicas de atendimento à crianças e adolescentes, inclusive no que tange à sexualidade. E a partir de então, qualquer situação onde haja o uso de criança ou adolescente para satisfazer o desejo sexual de um adulto ou adolescente mais velho, passou a ser considerada violência sexual.

Antes da promulgação do ECA, o que havia em relação a violência sexual contra criança e adolescente estava no código penal, sendo que eram considerados dois tipos de delitos: o de estupro, no art. 213, e o de atentado violento ao pudor, no art. 214, ambos tratavam das questão da violência ou grave ameaça, porém quando praticados contra menores de 14 (quatorze) anos, incapazes ou por quem não podia oferecer resistência, havia a presunção da violência, ou seja, ainda que o autor não empregasse violência real contra a vítima, presumia-se a sua existência em virtude da idade dela.

Em 1990, o Estatuto da Criança e Adolescente, nos artigos abaixo, determina sobre a questões de violência e penalidades, para quem as pratica, contra criança e adolescentes.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso:

I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso;

II – prática as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita.

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo. (BRASIL, 1990).

Sendo assim, estamos aqui considerando a violência sexual como toda situação onde há o uso de criança ou adolescente para satisfazer o desejo sexual de um adulto ou adolescente mais velho, baseando-se em uma relação de poder. Inclui manipulação dos órgãos sexuais, exploração sexual, pornografia, exibicionismo, e o ato sexual com ou sem penetração, utilizando-se de violência ou não.

A questão da violência sexual contra crianças e adolescentes vai muito além da perspectiva do trabalho com as vítimas, que deve ser tratada com a seriedade e importância devidas. Entretanto estudar os autores faz-se necessário no combate a esta expressão da violência de gênero, uma vez que somente haverá ações efetivas, quando se conseguir diminuir a reincidência e as novas práticas dessa violência, o que só pode acontecer através do trabalho com os autores.

A partir de agora, realizaremos a discussão sobre os homens e suas masculinidades, aspectos fundantes das suas práticas sexuais, que estão estritamente ligadas à violência cometida pelos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes.

**CAPÍTULO 3 AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL E IDEOLOGIAS DE GÊNERO:
masculinidade, virilidade e violência**

3.1 Autores de violência sexual: vítimas e algozes, numa sociedade patriarcal

Inicialmente se faz necessário esclarecermos que, estamos aqui, denominando-os como autores e não agressores, objetivando a retirada do olhar que os julga transformando-os em agressores, violentadores ou ofensores, estigmatizados pela violência cometida, para evidenciar, que tais sujeitos são seres humanos que, como muitos outros cometeram erros, porém dada a natureza de seus atos, envolta no tabu da sexualidade, passam a ser considerados “monstros”.

Nossa sociedade habituada a sempre reagir aos problemas sociais de forma corretiva, permanece com olhar estigmatizado sobre o autor de violência sexual, se negando a procurar e lidar com as causas da violência. Não se atenta para o fato de que os autores de violência sexual são em sua maioria homens, que receberam uma educação machista, possuem uma história de vida, como todos os homens, porém eles de alguma forma agora carregam o estigma da violência cometida.

Muitos estudos desenvolvidos acerca dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes têm um foco patologizador, buscando apontar alguma forma de transtorno ou característica incomum. E raramente se questiona que tipo de sociedade que produz tais sujeitos, reduzindo assim a possibilidade de reflexão sobre a subjetividade dos mesmos.

De acordo com esse tipo de posicionamento, os autores de violência sexual teriam uma conduta decorrente de questões genéticas ou de transtornos psicológicos. A partir desse tipo de pensamento possibilitou-se a imposição de posições generalizantes e moralistas em relação a esses sujeitos.

Porém contrariando tal perspectiva, as pesquisas recentes têm demonstrado que poucas pessoas que cometem violência sexual são portadoras de transtornos mentais (SANDERSON, 2005). É nesta perspectiva que estruturamos nosso trabalho, visto que entendemos nossos sujeitos como seres construídos historicamente e socialmente.

Em razão desse pensamento patologizador e estigmatizante, os autores de violência sexual, negam a violência cometida porque além de temer situações de tortura na prisão, também carregam em suas representações a concepção do autor de violência sexual, como monstro.

Essa negação da violência cometida pode ser entendida como uma forma de se esquivar do crime, porém é muito comum entre os autores que tentem não só negar a violência cometida como também transferir a responsabilidade para a vítima.

São vários os níveis de negação, por parte dos autores, aos quais os profissionais devem estar atentos: a) negação do abuso, b) negação da responsabilidade pelo abuso, c) na impossibilidade de negar, coloca a responsabilidade em outras pessoas (normalmente na vítima ou na companheira), d) autopromove sua importância no funcionamento da família e a dificuldade que esta passaria sem sua presença (AZAMBUJA; FERREIRA, 2011).

Um dos sujeitos da pesquisa demonstra essa responsabilização da vítima.

Se perguntarem para mim quem errou, vou dizer: “foi a mulher”, se perguntarem a mulher ou a família da mulher vão dizer que o culpado foi eu. “Eu para mim, ela é culpada, mas para ela, o pai dela pôs a culpa em mim”. (CARLOS).

Tratam-se de estratégias não só para explicar a violência cometida, como também para negá-la, visto que os autores de violência também possuem suas representações a respeito da sexualidade, muito envoltas em tabus. E apesar de terem sabidamente mantido relações sexuais com crianças, parecem não admitir o ato numa tentativa também de se descaracterizarem como o monstro que a sociedade prega, que comete violência sexual, contra crianças e adolescentes.

Em 2003, Vivarta, organizou uma pesquisa intitulada: O Grito dos Inocentes que fora realizada pela Agencia de Notícias dos Direitos da Infância e Juventude, composta por 718 matérias jornalísticas, sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, publicadas em 49 jornais brasileiros, de janeiro de 2000 a junho de 2001.

Constatou-se nesta pesquisa que em 7,8% das matérias os autores foram desqualificados e receberam nomenclaturas como: pessoas desequilibradas, monstros, animal, besta, psicopata, maníaco e tarado.

Até mesmo Saffioti, (1989, p. 84), ao caracterizar os autores de violência sexual, coloca que “[...] não há como distinguir entre pais estupradores e outros pais, o que, aliás é válido para estupradores não incestuosos também. Emocionalmente, contudo, tais pessoas devem apresentar traços incomuns.”

Sendo assim, a negação da violência cometida por parte do autor parece acontecer numa tentativa colocar-se como ser humano, longe dos seres bestiais que a sociedade prega, que comete violência sexual contra crianças e adolescentes.

Dos seis sujeitos analisados em nossa pesquisa, apenas dois admitiram que mantiveram relações sexuais com crianças ou adolescentes, os outros negaram a violência cometida, mesmo quando confrontados com dados do processo que os levaram à prisão.

Um dos sujeitos durante o atendimento, quando relata sobre sua última prisão, onde foi condenado pelo artigo 214 do código penal, ou seja, estupro de vulnerável, deixa claro que nunca confessou esse crime. Tal situação é possível de ser constatada a partir do relato da profissional que o atendeu.

Ele... ele ainda até falou perante a autoridade policial, o acusado detalhou toda a sua conduta confessando que violentava sexualmente a vítima, seu filho, o qual só viera a conhecer poucos meses antes do crime, porque ficava empolgado com o mesmo e gostava muito de manter relação sexual com ele. (SINTIA, psicóloga do Repropondo).

Ele imediatamente nega que tenha tido essa conduta e relata inclusive que não prestou esse depoimento.

Não, não fiz esse depoimento.
Foi só dois dias e... não, eles conversaram comigo um dia só.
(LUCAS).

E porque se existiu esses amiguinhos da escola, a mãe não foi até lá, os pais, ou então a própria escola não levou todo mundo lá no distrito? Ninguém foi lá me acusar. (LUCAS).

Do que aconteceu comigo eu estou tranquilo. Virar bicho mexer com netinho meu? Ela me usou para judiar dele. Se eu quisesse fazer uma maldade tinha que ser com minha neta? Para fazer maldade machuca ela? Não vou fazer isso, uai. (GIL).

Foi lá na delegacia da mulher quando eu estava preso lá e falou que eu tinha feito, mas na acusação não tinha nada provado. Não tão dizendo que eu mexi lá com minha filha lá e nunca mexi por isso que eu não quero contar isso para vocês (família). (CLÁUDIO).

Depois que eu já estava preso, entendeu? Porque nunca, constatou nada que eu tinha mexido com ninguém dessas pessoas que ficava ligando, que ela era, ela (sogra) que colocava para ligar, nunca, nunca constatou nada, entendeu? É por isso, eu tenho uma mágoa

muito grande disso, a pessoa querer prejudicar desse jeito, entendeu? Então eu por acaso virei animal para mexer com minha filha, eu não fiz isso. (DIOGO).

O meu erro foi que a gente subiu, lá era um sobradinho né, a gente subiu para o andar de cima, para o quarto dela sabe, ela tinha um casal de filho [...] E a menina veio e abriu a porta e pegou eu...né, num estava no ato sexual não sabe, mais já estava já...né, a menina olhou e falou: "Mãe!" Foi isso, não fiz nada com a menina.

Aí me ferrei peguei nove anos por esse crime. Aí ela colocou como se eu tivesse estuprado ela e a menina. E não foi verdade eu não... não pratiquei ato sexual com a menina. É uma criança, doze anos, e eu já homem feito. (BRUNO).

O abusador costuma ainda transferir para a criança a responsabilidade pelo ocorrido ou pelas consequências da revelação, convencendo a vítima de que será culpa dela se autor for para a cadeia ou se a mãe ficar magoada com ela (AZAMBUJA, 2011).

E eu cometi esse crime. Aconteceu com a que estava grávida. Mas ela que quis...

Ela era jovem, moça de quatorze, quinze anos.... Eu fazia amor... e o povo fala brincar porque elas são novinhas, né? Então ela chegou num momento que eu estava assim. (CARLOS).

Ah, elas já não eram mais crianças [...] Eu só queria agradar ela. Foi uma fraqueza [...] Eu falei que não queria e tal. (CARLOS).

Atualmente ainda é muito comum, mesmo em encontros científicos, verificarmos a existência de uma ideia malévola em relação aos homens que cometem violência sexual em relação a crianças e adolescentes.

Constatamos em participação em Congresso Científico na cidade de Lisboa, Portugal que o foco dos estudos mesmo internacionalmente está ainda muito voltado a perspectiva da vítima, não sendo o autor digno de ser ouvido ou estudado, pois encontra-se na condição de sujeito que não é ser humano.

Nesse sentido estudos como os de Karen Esber, dentre outros autores, podem ser considerados avançados em relação a esta questão, no cenário mundial. Entretanto nos causa espanto que os estudiosos não tenham voltado os olhares aos autores, bem como as causas e prevenção da violência sexual, contra crianças e adolescentes, pois parece-nos um raciocínio claro que somente é possível prevenir essa forma de violência, estudando a questão dos autores.

Portanto, não podemos nos prender ao pensamento de que a violência sexual está vinculada a forças da natureza humana ou sobrenaturais, pois essa violência se manifesta concretamente numa relação de poder que é exercida pelo adulto sobre uma criança ou adolescente, num processo de apropriação e dominação do outro.

Isso vem corroborar com a necessidade de se lançar um novo olhar sobre esses sujeitos, repensando o enfoque biologista, para buscar-se uma perspectiva multidisciplinar, que inclua aspectos históricos, culturais e sociais (ESBER, 2009).

Autores como Karen Michel Esber ressaltam necessidade urgente de uma desmistificação em relação aos autores de violência sexual, pois esses indivíduos não são estranhos, nem loucos e nem podem ser reconhecidos por características físicas, como se quer acreditar. Estes indivíduos são originários de todas as classes sociais, grupos étnicos e faixas etárias. São construídos por uma sociedade que, de algum modo, legitima a sua condição.

Nossa pesquisa, também se desenvolveu na certeza de que é preciso conhecer mais sobre esses sujeitos, suas vidas, suas experiências e representações sociais e de gênero, sem o intuito de enquadrá-los em um tipo específico de doença mental. Para além desta questão é imprescindível entender sua história de vida e os sentidos e significados da violência por eles cometida, buscando desvendar como estamos, enquanto sociedade, construindo essa violência, através desses indivíduos.

É preciso que entendamos como esses indivíduos que cometem violência sexual contra crianças e adolescentes estão sendo construídos pela sociedade, realizando assim a crítica ao modo de vida, às relações sociais e sexuais pela dominação, pela discriminação e pela exploração, instauradas em nossa sociedade.

Não podemos negar que ao entendermos esses autores de violência também buscamos um caminho para prevenção da forma de violência por eles cometida, e da reincidência da mesma, já que também é papel da ciência colaborar com o enfrentamento de todas as expressões da violência.

O esforço em conhecer as diferentes configurações ideológicas e políticas da violência deve orientar a ciência na direção da supressão de todas as formas de violência, para que ele não se enrede na trama ideológica da busca por critério semântico do que seja violência aceitável e legítima. (SAWAIA, 2004, p. 23).

Diante desse contexto se faz necessário que conheçamos esses indivíduos em suas histórias de vida, buscando os significados da violência cometida, sem deixar de considerar que os mesmos estão inseridos em uma sociedade ainda com o sistema de gênero ainda pautado no patriarcado, portanto heterossexista e machista.

3.2 Ideologias de gênero presentes na masculinidade dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes

Estamos denominando ideologias de gênero, aspectos que estão ligados aos papéis sociais femininos e masculinos e que impõem a homens e mulheres comportamentos socialmente aceitáveis ou não. Sendo assim, podemos dizer que as ideologias de gênero são compostas, pelas ideologias masculinas e femininas (NOLASCO, 2001).

Os sistemas culturais, imaginários e simbólicos são processos históricos e produtos das relações sociais vigentes em um determinado período, portanto as representações de gênero estão inter-relacionadas com os saberes do senso comum, vindas dos indivíduos que constituem o processo das ações sociais a partir de suas visões de mundo, concepções e culturas presentes na vida cotidiana. Assim, fazem parte da constituição das representações gênero, os indivíduos com seus arsenais de experiência e também suas relações com o meio social (NOLASCO, 1995)

A ideologia por sua vez consiste em uma resultante da realidade social que constrói valores, comportamentos, práticas. Elas fundamentam processos simbólicos que influenciam nas relações sociais (CHAUÍ, 1990).

Uma das ideologias masculinas é a machista, pois esta vincula-se ao nosso sistema cultural a medida em que o machismo foi concebido como um fenômeno latino-americano, que teria se manifestado com clareza no campesinato e classe operária e se popularizado conceitualmente entre as décadas de 50 e 60 (NOLASCO, 1995).

O machismo trouxe consigo a ideia de um homem que domina a mulher, agressivo, narcísico e com sexualidade descontrolada. Entretanto, como uma ideologia masculina, o machismo caiu em desuso, após o movimento feminista.

Sendo assim, passamos a tratar então as ideologias masculinas, enquanto:

Construções cognoscíveis e discursivas, dominantes nas sociedades que se estruturaram com base em relações assimétricas entre os gêneros, articuladas em forças e jogos que exibem multiplicidade de manifestações, as quais respondem à pluralidade cultural da espécie humana e, nas sociedades de classes, se expressam de formas diferenciadas e contraditórias. (NOLASCO, 1995, p. 77).

A sexualidade é parte fundamental das ideologias masculinas e está ligada às noções de virilidade, em articulação com o poder e o prazer, pois o homem da sociedade ocidental controla a relação sexual, tendo o dever da iniciativa e ainda pode pagar para ter prazer sexual com uma mulher, que deve ser seu objeto sexual.

Também presente nas ideologias masculinas está a valorização do pênis, que até os dias de hoje é símbolo do poder masculino. Nos discursos das pessoas é comum ouvirmos que um homem que demonstra ter força e valor tem colhões. Também ainda é muito comum deparamo-nos com homens coçando orgulhosos seus testículos em público.

Em relação à sexualidade, a norma heterossexista dita aos homens que não devem demonstrar nenhum comportamento que possa ser considerado feminino, para que sua virilidade não seja questionada e mesmo que não mantenha relações homossexuais, pois de acordo com mitos, o homem que é o penetrador mantém seu poder de macho, enquanto o penetrado é discriminado e muitas vezes vítima de várias formas de violência homofóbica.

Carlos demonstra sua insegurança em relação à interpretação de sua orientação sexual, pelas pessoas que o cercam, tanto na família quanto no presídio, pelo fato de ter uma mama crescida em razão de um choque que levou de uma bola quando era criança. Fica claro durante seus atendimentos, que a mama crescida era motivo de vergonha, pois ele acreditava que tal alteração física poderia levar as pessoas a crerem que ele era homossexual, e essa situação era um grande problema em sua vida.

[...] elas pensam mal da gente. Pensariam sou afeminado, essa mama maior é por causa de uma pedrada que levei quando pequeno, com mais ou menos uns 14, 16 anos. Não é todas as pessoas que crê. Evito tirar a roupa, a camisa e tomar banho perto das pessoas, porque podem criticar, achar que sou afeminado, sabe. (CARLOS).

Essas formas de ideologias masculinas ainda muito presentes em nossa sociedade atualmente estão presentes nas representações sociais e no imaginário dos homens compondo suas masculinidades e ditando muitas vezes seus comportamentos.

Em algumas situações esses comportamentos também são impostos às mulheres e quando são negados por elas, acabam servindo como justificativa para atitudes violentas por parte dos homens, como por exemplo a virgindade, supervalorizada enquanto uma determinação à mulher que deve se casar virgem.

Apesar da revolução sexual, e das notáveis mudanças em relação à sexualidade atualmente, onde a mulher conquistou dentre outras coisas uma maior liberdade sexual, parece que aos olhos masculinos a virgindade ainda perdura como um bem precioso, como podemos verificar na fala de Bruno:

Eu acho que a mulher deve se valorizar mais, porque muitas vezes principalmente na classe pobre, uma coisa que ela tem que ter, mais nela é a virgindade dela, uai, acabou aquilo ali, qualquer uma fala né, agora quando é uma pessoa que tem, tampa tudo né. (BRUNO).

O relato de um de nossos sujeitos deixa claro que o mesmo acredita que numa situação onde a mulher não é virgem não há nenhum problema em forçá-la a manter relações sexuais.

Não mais foi por desaforo, sabe não foi assim porque não tinha problema de forçar ela ou não, porque eu já sabia que ela já não era mais moça, então ela no bar lá né, todo fim de semana ela está com um diferente. (BRUNO).

Já quando se refere à sua namorada da juventude que era virgem, o mesmo descreve que a respeitava e mantinha relações sexuais com outras mulheres, que ele coloca como adequadas para fazer sexo.

Eu não forçava a barra, isso não quer dizer que eu não tinha meus rolos fora, porque eu saía mesmo, eu saía com os amigos e tal, e procurava as meninas certas para transar e pronto. (BRUNO).

O relato acima demonstra que a simbologia em relação a virgindade e por com sequência a gravidez, que a questiona, ainda se faz presente como também ressalta Soares (2002, p. 151)

Em nossa cultura, a questão do catolicismo é bastante presente, sendo a mulher identificada com Eva ou com Maria; assim, a gravidez pode representar um ato impuro cometido somente por “Eva” e, sendo desta forma, o homem não precisa se responsabilizar, já que a mulher deveria ter agido como “Maria”.

Por maiores e mais significativas que tenham sido as conquistas femininas algumas dessas ideologias masculinas persistem em nosso cotidiano, legitimando por exemplo os números relacionados à violência de gênero, cada dia mais crescentes.

Uma pesquisa divulgada, no ano de 2014 por Rafael Guerreiro Osório e Natália Fontoura, pesquisadores da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc/Ipea), com 3.810 sujeitos em 212 municípios, entre maio e junho do mesmo ano e depois retificada pelo mesmo Instituto, provocou comoção nacional ao revelar que 65% dos entrevistados disseram concordar com a frase: “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas.”

Isso revela um pensamento machista ligado à virilidade do homem, que propõe justificar a violência sexual em razão da incontrolável libido masculina, que coloca os homens sempre disponíveis ao sexo. Sendo assim, à mulher caberia cobrir seu corpo para não despertar o desejo incontrolável dos homens, mais uma vez deixando-a numa condição de objeto sexual.

E muitas vezes também a mulher, ela, muitas vezes sabe, ela se desfaz do homem, ela quer, por exemplo né; a gente vai numa festa..., até no ônibus né, as vezes eu estou sentado aqui (se levanta para mostrar), ô, para pegar aqui no ônibus aqui, o cara aqui ele está vendo o bico do peito da mulher, a senhora está entendendo? (BRUNO).

Eu tenho irmãs sabe, muitas vezes eu brigo com elas sabe, então as vezes, vem até me visitar aqui e eu falo: “Não isso não é roupa para você vim aqui num lugar desse não”. “Ah, mas por quê?” “Não porque aqui tem, vamos supor, tem quatrocentos e sessenta homens, preso na nossa ala, se tiver duzentos que tem relacionamento íntimo toda semana é demais, os outros duzentos e sessenta não tem.” Então quer dizer, você fica induzindo o cara a ficar olhando para você desse jeito entendeu? Para depois ele ir para o banheiro se masturbar, você entendendo? Porque você está mostrando para ele. (BRUNO).

Tal aspecto em relação a uma mulher adulta é por si uma situação digna de muitos questionamentos. Mas o que dizer quando esse tipo de ideologia masculina também ocorrer em relação a adolescentes?

O jeito que ela me olhava, vestia. Ela deu em cima de mim, né? (CARLOS).

Aí nesse dia que ela foi preparar o lanche veio com um roupão, todo sexy, branco, né [...] nesse dia nós entramos lá dentro e ela fico, como se diz dando espaço para mim. (BRUNO)

Outro aspecto da ideologia masculina revelado em nossa pesquisa é com relação a fidelidade feminina, que aparece nas falas de nossos sujeitos como aspecto imposto à mulher, pois ao homem seria permitido a infidelidade em razão de sua virilidade, que deve ser sempre e persistentemente reafirmada.

Se a mulher trai é porque não presta (CARLOS)

[...] Nossa fraqueza está na carne (CARLOS)

A questão da infidelidade também foi utilizada como justificativa para a relação sexual forçada como podemos verificar na fala de Bruno, logo abaixo:

Comecei a trabalhar lá de guarda à noite lá, só que o comportamento da esposa do dono da casa, era um comportamento assim, né que, como se diz, era uma mulher que, como se diz, ela traia o marido dela.

Eu já sabia do envolvimento dela com outros homens. (BRUNO)

Como coloca Nolasco (1995), o dinossauro que ele denominou como bossalossauro (explique melhor), ainda habita o íntimo masculino e persiste em cada homem, e isso não se limita às classes sociais mais vulneráveis e mesmo os profissionais mais renomados ou homens mais ilibados e cultos, podem ainda rugir diante de uma contrariedade.

Nesse momento é necessário ressaltarmos o caráter relacional de gênero, que embora pareça que trata apenas das questões femininas, está diretamente ligado às questões da masculinidade, uma vez que feminilidade e masculinidade são construídas histórica e culturalmente no bojo das relações de gênero.

O estudo da masculinidade é recente, à medida que os estudos de gênero se iniciaram com foco no feminino e o masculino passou a integrar os estudos a partir da década de setenta e até os dias atuais não existe consenso em termos da definição conceitual em relação à masculinidade.

Para Ana Maria Oliveira (2008, p. 175):

A masculinidade enquanto lugar simbólico/imaginário fundamental aos processos de subjetivação, ligada a uma estrutura relacional na qual se apoia a questão da identidade/alteridade, além de ter por base um sistema de valores e de procedimentos comportamentais sancionados pela sociedade, está em profunda conexão com outras formas e processos simbólicos [...].

Para falar de masculinidade, Connell (1995 apud GARCIA, 2006, p. 17) coloca que a masculinidade hegemônica é uma configuração de gênero que atende ao que é imposto pela cultura patriarcal, garantindo ao homem a posição de dominante e para mulher de dominada. Segundo o autor, a masculinidade está envolta por três aspectos como: as relações de poder/dominação/submissão, entre os gêneros; as relações de produção voltadas ao trabalho e os aspectos que o circundam e relações emocionais, que estão voltadas as questões efetivas e ao sexo.

Masculinidade construída ao longo dos séculos, impôs e continua impondo aos homens de nossa sociedade comportamentos e atitudes voltados à prova da força, da potência sexual e ao poder de dominação, sexual e social da mulher, pois não podemos desconsiderar que essa masculinidade foi constituída no seio do sistema de gênero, patriarcal, que lhes compele ao papel de dominador em relação a mulher (NOLASCO, 1995).

Na sociedade brasileira, como nas sociedades ocidentais, a masculinidade se configura ancorada no patriarcado e, portanto, nos valores presentes nesta organização de gênero. Sendo assim, ao homem se impõe o comportamento de “provedor, não identificado com o feminino, agressivo, com necessidade de demonstrar força, competitivo, heterossexual, sexualmente potente e conquistador” (GARCIA, 2006, p.67).

Não se deve confundir masculinidade, que está ligada às construções sociais do gênero masculino, com virilidade, aspecto totalmente direcionado à potência sexual do homem.

3.3 Virilidade e violência

Aspecto da masculinidade totalmente ligado à sexualidade, a virilidade é circundada por uma ideologia heteronormativa que impõe ao homem a atividade e potência sexual

A este respeito, Nolasco (1995, p. 18) ressalta que durante o processo socialização de um menino

Surgem dúvidas que jamais se extinguem acerca do seu comportamento sexual, produzidas pela família e escola. Por meio dessa dúvida se estabelece o que é esperado de um menino: virilidade, agressividade e determinação.

A virilidade é, portanto, aspecto que constitui a representação social dos homens, a partir do sexo, tornando-se um norteador de suas condutas hétero ou homossexuais (NOLASCO, 1995).

A virilidade é uma noção relacional construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade (BOURDIEU, 2003). Desse modo, a virilidade tem relação direta com a violência e com a potência sexual. Exemplo disso são os novos medicamentos, como os utilizados para o tratamento de impotência sexual, que devem garantir aos homens a manutenção de sua potência sexual bem como sua virilidade, pois como coloca Faleiros (1997, p. 4) “Diante dessa imposição e controle em relação ao sexo o homem deve estar sempre disposto ao sexo, tendo a mulher como objeto da relação sexual, à medida que a virilidade lhe impõe iniciativa sexual.”

A fala de um dos autores de violência a psicóloga que a atende deixa claro a visão da mulher como objeto sexual, durante o atendimento; Bruno coloca a psicóloga que o atende, como seu objeto sexual.

Aqui a gente não tem muito tempo para conversar com uma mulher, então quando a gente vem conversar com uma mulher, você entendeu, a gente tem uma forte sensação de ter relação com ela. Como é que ela pega e vem me chamar para ficar numa salinha dessa aqui, será que ela não tem medo? Será que ela não tem medo de eu trazer uma faca aqui, pega ela e obriga ela? Então é minha imaginação, eu imaginei aquilo ali tudinho, já imagino se eu pega ela, e obrigasse ela a ter relação comigo e depois será que ela ia correndo, no corpo da guarda...

Quando eu olhei assim, eu falei: “Nossa senhora, uma mulherzinha daquela assim, do jeito que eu gosto de magrinha simplesinha, eu carrego nos braços para a cama”, me vem essas porcarias na cabeça. (BRUNO).

Nossa pesquisa demonstrou que a noção de virilidade também está ligada à forma como um homem se impõe em relação ao outro, num jogo de poder ligado à sexualidade, pois o homem viril deve ser ativo sexualmente.

Bruno, um dos sujeitos de nossa pesquisa, ao falar sobre um estupro que cometeu justifica que não poderia chegar diante dos amigos e dizer que saiu com uma prostituta e não manteve relação sexual com ela, temendo perder o respeito dos amigos, como podemos perceber em sua fala:

Eu vô chega lá i vô fala para os meus amigos, oh onde você estava, aonde você não estava na turma e tal, e o que aconteceu e eu não... eu saí com uma menina, assim, assim, fui para o bailão, né fui para o motel, não posso fala que não fiz nada. (BRUNO).

A noção de virilidade que coloca, não somente que o homem deve estar sempre disponível ao sexo, mas também que deve manter várias parceiras sexuais, mesmo após o casamento, pois ao homem é conferido o direito a (à) poligamia, mesmo dentro de uma relação teoricamente monogâmica, como é o casamento em nossa sociedade.

Assim, nem para a esposa eu não nego, eu não vou mentir. Longe, dentro de casa não. Eu falo mesmo, quando ela viaja eu falo para ela. Eu acho que homem não vive sem mulher. (GIL).

3.4 A violência é “macho”?

A sociedade atual, sob a organização de gênero patriarcal, impõe aos homens muitos aspectos que são reproduzidos por eles. O homem parece ter o dever de ser violento em suas atitudes cotidianas, desde as relações sexuais, nas relações no trabalho, nas relações familiares, a violência parece circundar sua vida. Entretanto atualmente a violência não mais tem sido estimulada e passou a ser destaque na mídia, através de campanhas públicas e vários tipos de mobilizações

popular, segundo Nolasco (2001, p.13): “[...] ela tornou-se um ente a ser exterminado.”

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007, demonstram que ainda hoje os homens é que têm predominado em situações de violência como autores. Ao compor uma tabela por sexo constata-se que a violência não tem cor, classe social ou idade, mas tem sexo (BRASIL, 2009)

Já se sabe que os homens têm expectativa de vida menor que as mulheres, morrem mais em acidentes de trânsito, ingestão de álcool e drogas, cometem mais suicídios e correspondem a cerca de 90% da população carcerária.

Apesar destas informações estarem ao alcance de todos, elas não são levadas em conta, quando se fazem campanhas e definem-se ações. Nolasco (2001) constata que a violência não é só um “ente”, mas também é macho.

Na passagem das sociedades tradicionais para as modernas é possível analisar um fenômeno que nos possibilita pensar no envolvimento do homem em situação de violência.

Nolasco (2001, p. 14) considera que, “[...] o envolvimento dos homens em situações de violência está relacionado ao esforço empreendido pelo sujeito para manter sua forma de homem dentro da cultura da qual ele faz parte.”

É como se o homem tivesse obrigação de provar sua masculinidade através da violência; não lhe é permitido chorar, demonstrar seus sentimentos e afetos, ser homossexual, fraco, perdedor e passivo nas relações sexuais; ao contrário ele deve ser forte, corajoso, pai, macho, heterossexual, viril e provedor da família, dominador, destemido, determinado, autoconfiante, independente, agressivo, líder, enfim, é uma imposição da sociedade na representação do seu papel social.

Ana Maria Oliveira (2008) citando Messner, afirma que a força é vista como um disfarce para a fragilidade e insegurança masculina, sendo essa fragilidade exposta em situações onde a dominação se expressa.

Os homens podem aprender a ser situacionalmente expressivos quando administram as instituições das quais eles obtêm o direito de exercer poder sobre os outros e cita, de modo jocoso, a declaração de uma deputada americana, integrante do comitê das forças armadas do congresso americano. Ela, segundo os próprios relatos, em visitas regulares às bases militares para avaliar suas necessidades, ouvia dos generais e almirantes, de maneira privada, a declaração de que a "necessidade número um" destes oficiais era

conseguir oportunidades para cuidar de suas crianças. Messner comenta que, quando estes mesmos generais e almirantes recorriam ao Congresso, as necessidades informadas eram navios, aviões, tanques e sistemas bélicos. Cuidado com as crianças desaparecia da lista. (MESSNER, 1993 apud OLIVEIRA, A. M. D. C. M., 2008, p. 35).

De alguma forma nossa sociedade aprendeu a educar os homens para serem entre outras coisas, violentos e através dessa violência exercerem poder.

Diretamente relacionada com a virilidade a violência masculina parece ser algo que fortalece a ideologia de gênero machista, no sentido de manter o status do homem poderoso.

Como podemos verificar nas falas de nossos sujeitos a violência garante a virilidade masculina e impõe respeito entre os próprios homens, principalmente quando relatam sobre suas experiências dentro cárcere.

Na CPP eu apanhei lá, ne? Das mulheres. Aqui eu fui para a ala C e antes dos agentes chegarem, ficaram uns de um lado e outros do outro lado (presos) perto de mim e me pegaram lá na grade e queimaram minha orelha, e eu fiquei com medo que passassem esta doença pra mim (se referindo a Aids), mas não chegou a cortar não, só queimou, mas se tivesse cortado com a faca e misturasse o sangue dele com o meu, ai ne, aí eu ia ficar até com medo, mas queimou e não feriu na hora não. Você sabe na cadeia é a lei do mais forte. (CARLOS)

Os sujeitos ainda trazem a questão da violência reproduzida através da educação familiar que lhes impõe um comportamento de “homem”, que deve sempre resolver seus conflitos através da imposição de suas vontades, seja pela violência física, psicológica e mesmo simbólica.

Quando fazia coisa errada, eles não gostavam de bater na gente, mas xingavam a gente, a minha mãe xingava, xinga nois que eu falo é raia: Sai daí menino [...] Do pai eu já apanhei dele, poucas vezes eu apanhei, mas até que foi bom, é o modo bom de educar, pra ser homem. Me ensinou a viver tantas coisas [...] Quantas coisas já passei neste lugar. (CARLOS).

Em nossa dissertação de mestrado, discutimos justamente a reprodução da ideologia machista através da educação materna e foi possível verificarmos que também as mulheres reproduzem as ideologias de gênero ao educar seus filhos, de

modo que não se trata apenas de responsabilizar aos homens pela reprodução de um comportamento violento, mas como coloca Saffioti (2001).

Sendo assim, faz-se necessário, ressaltarmos que a perspectiva de gênero é relacional, o que permite trazer a mulher para o lugar de co-participante desse universo que reproduz as ideologias de gênero, e portanto, a violência de gênero. Desse modo, a construção do feminino leva a construção do masculino e nesta abordagem relacional homens e mulheres são seres complementares na produção e reprodução da vida. Assim como coloca Saffioti (1991, p. 76)

Sendo homens e mulheres seres complementares na produção e reprodução da vida, fator básico da convivência social, nenhum fenômeno há que afete a um deixando de atingir o outro sexo. A não percepção deste fato tem conduzido a concepções fechadas de masculinidade e de feminilidade.

Neste contexto é interessante lembrarmos que se do homem é esperado que seja viril, agressivo e poderoso, das mulheres espera-se que possua características totalmente diversas, o que de certo modo impõe aos homens a violência enquanto comportamento.

Segundo Belloti (1976, p. 32): “Das meninas se espera que agradem aos outros, que sejam graciosas, faceiras, mas dóceis e meigas [...]. A agressividade é desencorajada; não é uma qualidade feminina.”

Os relatos de nossos sujeitos também dão conta de situações onde a violência parece ser imposta como forma de garantia da virilidade e da heterossexualidade, como podemos perceber na fala de Bruno, quando após descrever o estupro cometido contra uma mulher, que ele denomina prostituta, ele então relata sua preocupação com sua virilidade perante seus colegas, caso não mantivesse, mesmo que forçadamente relação sexual com a mulher com quem havia sido visto, num bar.

Eu vou falar pros meus amigos [...] eu sai com uma menina, fui no bailão, né e fui não pro motel. (BRUNO).

Diante desse contexto torna-se visível que o homem recebe da sociedade aval para exercer a violência, através das ideologias de gênero que constituem o

patriarcado, que ainda permanece enquanto sistema de gênero em nossa sociedade. Assim,

A continuidade de tal sistema requer a existência de um tipo específico de ser, especialmente dotado de capacidade de exercer a violência: o homem, o masculino, ou o macho. É esse homem, imbuído de disposições de converter facilmente sua agressividade em agressão, que faz jus a ideia de que não se nasce homem; torna-se. O processo de sua formação é atravessado pela incorporação da violência. (SILVA, J. R. T., 2014, p. 2805).

Neste sentido é inegável que a sociedade impõe padrões de comportamento que não são destinados somente as mulheres, mas aos homens também, sendo a agressividade e violência características que devem estar presentes no comportamento masculino.

Se faz necessário neste momento, lembrarmos que em razão do foco de nossa pesquisa estamos aqui tratando do modelo de masculinidade hegemônico, legitimado pelas relações de poder e reproduzido como modelo a seguir pela sociedade patriarcal.

A noção de masculinidade principalmente no Brasil tem relação direta com a questão da honra, pois durante muito tempo para ser respeitado o homem deveria manter sua honra, tendo o controle de suas mulheres, propiciando sustento do lar e vivendo em constante conflito com outros homens (MACHADO, 2001)

Mesmo considerando as novas configurações nas relações de gênero, ainda é possível percebermos resquícios dessa relação da masculinidade com a honra e violência, considerando os números da violência contra mulher publicados pelo Mapa da Violência Contra Mulher de 2015 que dão conta de que “[...] entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários.” (WAISELFISZ, 2015, p. 13).

Há ainda outros indicadores que dão conta da diferença entre a realidade da violência.

O local onde ocorre a agressão é outro indicador diferencial dos homicídios de mulheres.

Quase a metade dos homicídios masculinos acontece na rua, [pouquíssimos no] domicílio. Já nos femininos, essa proporção é bem menor: mesmo considerando que 31,2% acontecem na rua, o domicílio da vítima é, também, um local relevante (27,1%), indicando a alta domesticidade dos homicídios de mulheres. (WAISELFISZ, 2015, p. 39).

Os dados acima corroboram com a maioria das pesquisas que apontam que os agressores das mulheres geralmente são maridos ou companheiros, o que nos faz novamente voltarmos ao aspecto da honra, ou do poder, onde o homem sente-se legitimado a exercer a violência diante das frustrações ou contrariedades que são consequentes de um relacionamento.

Algumas pesquisas como da Fundação Perseu Abramo (2001) afirma que a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil e mais de dois milhões de mulheres são espancadas, a cada ano, por maridos ou namorados - atuais e antigos. Nessa pesquisa, 19% das mulheres declararam espontaneamente já ter sofrido algum tipo de violência por um homem. A presente pesquisa ainda dá conta das formas de violência relatada pelas mulheres (agressão física; ameaça; cerceamento da liberdade; assédio sexual; violência psicológica etc.), que quando especificada aumenta o índice por 43% em relação as mulheres que se declaram vítimas.

Estudos dão conta de que os motivos alegados pelos autores de violência contra mulher, são diversos, porém são carregados de ideologia de gênero.

Michael Kaufman (1999 apud LIMA; BUCHELE; CLIMACO, 2008, p. 75) trouxe para discussão sobre os autores de violência de Gênero, o que ele chamou de "*Sete 'P' da violência dos homens*" objetivando tentar compreender o complexo contexto da violência de homens contra outros homens ou contra as mulheres. Este esquema, mesmo que resumidamente, "[...] traz reflexões partilhadas por autores como Connell (1987, 1995), Vale de Almeida (1996), Kimmel (1997), Medrado e Lyra (2003), Barker (2005), dentre outros." (LIMA; BUCHELE; CLIMACO, 2008, p. 75-76, grifo do autor).

• *Poder patriarcal*: sociedades dominadas por homens são estruturadas na hierarquia e violência de homens sobre mulheres e também sobre outros homens e na 'auto-violência', constituindo um ambiente que tem como principal função a manutenção do poder da população masculina;

- *Privilégios*: as violências cometidas pelos homens não acontecem apenas devido às desigualdades de poder, mas também, a uma crença de merecimento de privilégios que devem ser concedidos pelas mulheres;
- *Permissão*: para Kaufman, a violência contra a mulher é abertamente permitida e até estimulada pelos costumes sociais, códigos penais e por algumas religiões. Do mesmo modo, a violência de homens contra outros homens é não apenas permitida, como também celebrada e banalizada em filmes, esportes e na literatura;
- *Paradoxo do poder masculino*: para desenvolver seus poderes individuais e sociais, os homens constroem armaduras que os isolam do contato afetivo com o próximo e da arena do cuidado, seja esse cuidado para outros ou para ele mesmo;
- *Armadura psicológica da masculinidade*: constituída a partir da negação e rejeição de qualquer aspecto que possa parecer feminino;
- *Pressão psíquica*: os homens são educados desde a infância para não experienciar ou expressar emoções e sentimentos como medo, dor e carinho. A raiva, por outro lado, é uma das poucas emoções permitidas e, assim, outras emoções são canalizadas por esse canal;
- *Experiências passadas*: o fato de muitos homens crescerem observando atos de violência realizados por outros homens - muitas vezes seus pais - pode caracterizar tais situações como a norma a ser seguida.

Tais aspectos se fazem bastante interessantes ao pensarmos na violência exercida por homens, principalmente quando se trata dos motivos que levam a agressão que variam entre ciúmes, sentimento de posse, vingança, consumo de álcool, situação financeira dentre outros, quando relacionados a violência de homens contra mulheres, como verificamos nas falas dos autores, as quais já elencamos anteriormente.

A questão do ciúme está diretamente relacionada com a posse, resquício da época em que o homem detinha o poder sobre a mulher datada da época da colônia onde a mulher cabia dedicar-se ao lar e a igreja. Tal aspecto também está ligado a honra, como já comentamos anteriormente.

Em pesquisa realizada por Rosa, Boing e Buchele, as falas dos sujeitos evidenciam situações bastante interessantes. Tratam-se de autores de violência contra mulher, que participam de um Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar é mantido pela Secretaria de Assistência Social da Criança e Adolescente do município e tem como objetivo acolher e apoiar famílias.

A fala do sujeito da pesquisa acima citada deixa claro situações nas quais responsabilizam a vítima pela violência cometida, o que tem muita semelhança com

sujeitos de nossa pesquisa, por exemplo Carlos, que também responsabilizou as vítimas.

Eram duas horas da manhã e eu estava lá na janela, os filhos não tinham vindo. Eu chamava ela, e ela não dava bola [...]; às vezes não cuida muito bem nem dos filhos; os filhos, ela deixava os filhos... à vontade.

O jeito que ela me olhava, vestia... Ela deu em cima de mim, né?
Eu sei, mas eu não obriguei ela a fazer nada. (CARLOS)

Nesta fala parece claro que a violência teria sido consequência, segundo o sujeito de situação onde a mulher não correspondera suas expectativas, como mãe protetora.

Em outra situação o sujeito relata que a mulher tenta domar seu lugar de domínio das relações domésticas e ainda coloca a situação do não cumprimento dos deveres domésticos, ainda ideologicamente colocados como função feminina.

Ela me incomoda. Às vezes não dá pra aguentar; ela que quer tá certa; ela humilha, magoa a gente. A minha mulher não se preocupa em fazer a comida pra quando eu chego em casa e ainda por cima às vezes quando vou comer se foi ela que comprou me provoca dizendo que eu vou comer a comida dela.

Em nossa pesquisa um dos sujeitos também coloca a questão dos afazeres domésticos, como algo responsabilidade da mulher e queixa-se da esposa.

Não dava certo, ela não fazia o serviço em casa, chegava do trabalho tava tudo sem fazer, a gente só ficou dez meses. (LUCAS)

O consumo de bebida alcoólica também parece ser motivador da violência de homens contra mulheres.

[...] eu sou uma pessoa que nunca cheguei... vamos dizer... bêbado em casa; nunca falei, nem mesmo com a esposa... com ela nunca briguei por causa da bebida, teve porque ela não queria que eu bebesse [...] por causa da bebida teve os maiores problemas, entrei em confusão com os empregados, confusão nos bares.

Nossa pesquisa também revela que o consumo de álcool também é motivo presente nas falas dos sujeitos enquanto motivador da violência cometida.

Eu bebia um pouco e aí [...] Tomava umas cervejinhas aqui, outras ali [...] Brincava com ela como se fosse de criança[...] Aí complicou minha vida. (CARLOS)

Diante desse contexto voltamos ao nosso questionamento inicial para apontarmos que a violência é sim macho, no que concerne aos aspectos da virilidade e masculinidade e ainda das ideologias de gênero que a fundamentam e reproduzem. Entretanto se pretendemos discutir tal assunto na perspectiva de gênero, se faz necessário lembrarmos de seu aspecto relacional e então devemos considerar que a violência é macho e fêmea.

Também se faz necessário considerar, como coloca Nascimento, (2001), que o debate de gênero nos possibilita a possibilidade de

[...] a oportunidade de se perceber os homens na sua pluralidade, com diversas possibilidades de exercício de masculinidade. Desta forma, **homem e masculinidade** se transformaram em **homens e masculinidades** para dar conta da diversidade da experiência humana. Assim, a masculinidade não se resume a um modelo hegemônico que se conecta a uma versão tradicional do patriarcado. [...] Portanto, *as masculinidades não são outorgadas, mas construídas enquanto experiência subjetiva e social que são*. Se elas são construídas social, cultural e historicamente, **podem ser desconstruídas e reconstruídas ao longo da vida de um homem**. (NASCIMENTO, 2001, p. 88, grifo do autor).

Nesta perspectiva é possível considerarmos a questão da ressignificação da violência de modo a desconstruir as ideologias que fundamentam todas as expressões da violência de gênero.

Sendo necessário ressaltarmos a ressignificação como um processo onde se possa dar novo sentido as ações, desconstruir ideologias e trazer novos significados a vida, de modo a pensar de outro modo sobre as coisas, ver novos pontos de vista ou levar outros fatores em consideração. Desta maneira, o processo de ressignificação vivenciado pelos autores de violência pode ser influenciado pelo ambiente sociocultural. A ressignificação da vida implica um processo de subjetivação, no qual a pessoa passa a apropriar-se da sua condição e a operar um reordenamento na vida, no caso dos autores de violência, compreender os motivos que os levaram a cometer a violência e desconstruí-la (BELLINO, 1997)

Infelizmente o sistema de justiça brasileiro ainda não proporciona as pessoas em situação de reclusão nada mais que a reprodução da violência de diversas formas como poderemos verificar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL, RESSIGNIFICAÇÃO E SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL

4.1 O Sistema de Justiça Brasileiro e os Autores de Violência Sexual

*To vendo tudo, to vendo tudo
Mas bico calado, faz de conta que sou mudo...*

*Um país onde escola não ensina,
sepultou o idioma português,
aprendeu a falar pornofonês,
aderindo aos 50 tons de cinza.
(versão da, música de Zé, Ramalho, “To vendo Tudo”)*

O sistema de justiça brasileiro garante aos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes os mesmos direitos que são conferidos aos detentos que cometeram outra natureza de crime e, através do código de execuções penais prevê como o objetivo primordial da ressocialização do apenado. Clarividente o artigo 10 da Lei de Execuções Penais descreve: “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.” (STEFENI; PEREIRA; MENUZZI, 2013, p.1).

Um dos grandes motivos da necessidade de recuperação de criminoso sexual é a garantia de que ele não voltará a cometer delitos, seja pela gravidade do delito para a vítima, ou mesmo a insegurança gerada para a sociedade. Sendo assim há necessidade de racionalização sobre uma equação bastante simples, mas que parece não estar na ordem das discussões sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, qual seja: se não houver autores, não haverá novas vítimas.

A este respeito Stefeni, Pereira e Menuzzi, (2013, p.1) colocam:

É de clareza visível o intuito da lei de atingir a reeducação social do condenado por se tratar esta de uma necessidade pública. Tal reeducação, contudo, deve ser disponibilizada pelo Estado durante a estadia do presidiário no cárcere, pois é dever do Ente Federativo garantir aos encarcerados todos os direitos inerentes à personalidade de cada um e, nesse contexto, é direito personalíssimo do condenado a possibilidade de reativação de sua vida social pós cárcere.

Sabemos que o sistema carcerário no Brasil está falido. A precariedade e as condições subumanas que os detentos vivem hoje é de muita violência. Os presídios se tornaram depósitos humanos, onde a superlotação acarreta violência sexual entre

presos, faz com que doenças graves se proliferem, as drogas cada vez mais são apreendidas dentro dos presídios e o mais forte subordina o mais fraco.

As falas a seguir se demonstram o contexto prisional apresentado acima.

[...] o sujeito aqui tem que dar um jeito de viver, uns usa droga, outros se apegam com Deus, é que é muito difícil, está entendendo? (DIOGO).

Comigo nunca aconteceu nada, sempre fui respeitado, mas tem uns que sofrem muito quando os outros ficam sabendo que foi crime sexual, olha já vi cada coisa. O cara sofre mesmo na mão dos outros, ainda mais se ele confessa. (CLÁUDIO).

[...] porque algumas pessoas escravizam a gente, principalmente quando não trabalham e passam a viver às custas dos outros. Quando não querem tomar nossa cela, querem morar com a gente. As pessoas que usam drogas acabam com tudo, deles mesmos e dos outros companheiros, por exemplo, outro já fumou minha camisa, meu sapato. (DIOGO).

A comida do presídio, nela não sustenta e já tive pessoas que foram parar na enfermaria. O dinheiro que recebo vai todo para a comida. A água é suja, que tem pombo morto nas caixas de água. As pessoas que moram comigo são humildes, um é irmão e os outros dois estão buscando a Deus. (CARLOS).

Os relatos dos sujeitos demonstram várias situações de condições dentro do cárcere que vão além da violência e imprimem condições sub-humanas às prisões. Situação que está na contra-mão que deveria ser um processo de ressocialização.

O artigo 5º, inciso XLIX da Constituição Federal, prevê que “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”, mas o Estado não garante a execução da lei. Seja por descaso do governo, pelo descaso da sociedade que muitas vezes se sente aprisionada pelo medo e insegurança ou mesmo por achar que os presos não têm este direito ou ainda pela corrupção dentro dos presídios.

E quando ficava e a corrupção que existe, na polícia e as extorsões em cima dos presos, quantos a gente vê chegar aquela facilidade dele sair, dele vim sair, vim pagar e tem uns que pagavam até três quatro dias, para não comparecer aqui na época, em 99, quando eu estava no semiaberto eu cansei de ver isso, a senhora está entendendo? (BRUNO).

Mudanças radicais neste sistema se fazem urgentes, pois as penitenciárias se transformaram em verdadeiras "usinas de revolta humana", uma bomba-relógio

que o judiciário brasileiro criou no passado a partir de uma legislação que hoje não pode mais ser vista como modelo primordial para a carceragem no país.

Dentro dos presídios existe também uma hierarquia em relação ao poder. Existe o chefe da sala, o que comanda a ala, enfim há uma organização relacionada à conduta dos detentos, que é ditada pelos próprios detentos e tem relação com o tipo de crime que cometeram. Sendo assim, os assassinos, sequestradores, assaltantes de banco, possuem maior poder em relação aos outros que cometeram outros tipos de crime.

Os próprios presos têm liderança.

Da ala A tem uma, da ala B tem outra, da ala C tem outra, do 310, tem uma do 320 tem outra.

Aí o (chefe) chegou no mesmo dia e perguntou e eu contei minha história. Aí ele ficou olhando assim para mim assim.

É isso mesmo. Como se diz: “Você não está mentindo não né?” Eu falei assim: “Não”. Aí ele disse: “Ô, você procura outro lugar para morar, né”. Foi ele e mais três lá começou a por pilha, né. Ficou aquele clima pesado. Aí no outro dia cedo, o (chefe) levantou e falou assim: “Ô! Você fica aí que eu vou trabalhar, aí de tarde nós conversa”. Aí chegou e falou: “Você vai ficando aí”.

É dividido, de um lado, que cada pavilhão tem dois blocos né, tem o A e o B, o pavilhão 3 tem o A e o B só dos estupradores, o A é só das mulheres. E aí tem o pavilhão 1, 2, 3 e o 4, de outros crimes.

Os estupradores ficam separados, para não ter problema com os outros, porque muitas vezes, por exemplo, pega um estuprador e leva num pavilhão lá entendeu e aí o cara, aí não dá certo.

A população carcerária não gosta de estuprador. (LUCAS).

Tem os chefes, os que comanda, que a gente chama de os disciplinas, eles não aceita não. (BRUNO).

Os detentos que são condenados por crimes sexuais são considerados pelos outros presos como “escória”. Sendo assim, quando chegam à prisão, são compelidos a negar que tenham cometido crimes sexuais, para não sofrerem com a violência que é imposta pelos chamados “disciplinas” ou “chefes”.

A violência sexual entre prisioneiros é muitas vezes erticamente justificada como sendo a manifestação de uma pena, imposta e prevista por uma “regra social interna” dos presídios. (SILVA, E. A., 1997, p 7).

São vários os tipos de castigos físicos e psicológicos que os detentos que cometeram crimes sexuais sofrem e quando o crime envolve crianças e adolescentes a situação fica ainda muito pior.

Se o cara mexe com criança, aí a coisa fica feia. Os caras não perdoam, né escória né. Se o cara estupra mulher já é lixo, mexendo com criança é muito pior, os caras zoam mesmo: bate, raspa tudo o cara, machuca para valer, entende, com tudo que tipo de maldade e humilhação, às vezes o cara não aguenta, morri. (DIOGO).

Então, mais eu estou falando assim, o crime sexual né, essa pessoa que comete o crime com criança, eu acho que tem que ter um acompanhamento para saber.... Você pegar uma criança? Uma criança, pô é uma criança, não tem lógica o cara fazer isso com criança, vai ficar traumatizada né pelo resto da vida, né, com aquilo, não é mesmo? Eu penso assim, um absurdo, só doido, né.

Aí depois quando cai na mão dos presos sofre também. É inaceitável, quando eles descobrem, as vezes o cara toma umas pinga né, e quando vê o outro já é uma mulher, né ainda fala assim, você vacilou, né e tal, não foi com parente meu, você vai pagar com a justiça, mais quando é com criança o tratamento é diferente. Quando ele chega na cadeia é muito diferente, Deus me livre, não desejo para o meu pior inimigo. (BRUNO).

Ainda segundo Enéleo Silva (1997) tal situação se deve ao fato de haver uma crença de que, quem comente crime sexual contra uma mulher ou criança tenha violado uma instituição sagrada: a família.

Para José Remon Silva (2014, p.37) a violência perpetrada por homens contra homens está totalmente ligada à lógica de poder e dominação do sistema de gênero patriarcal. Sendo assim,

Constituem formas de violência que comunicam motivações patriarcais de controle sobre as mulheres, de reafirmação da superioridade do homem e da virilidade: a vingança; a busca e manutenção do prestígio; a defesa honra; demonstrações de coragem; a preponderância sexual; o heterossexismo; o exercício da prerrogativa compulsória de chefia e mando; e ambição, avidez ou cobiça material. Essas manifestações [...], cujos sentidos explicitaremos, [...] trazem consigo outros significados mais profundos, associados a manutenção do poder do homem.

Dentre os castigos estão: a raspagem dos pelos do corpo, violência física e sexual e imposição de tarefas consideradas femininas, como coloca Bruno:

Uai o que acontece? A mesma coisa; ele não estupra uma mulher? Então ele (chefe) vai estupra ele também, vai fazer tudo quanto é tipo de covardia, de humilhação com ele, rapa sobancelha, rapa cabeça, rapa todinho, depila o corpo dele todinho, né. (BRUNO).

Na CPP eu apanhei lá, né? Das mulheres. Aqui eu fui para a ala C e antes dos agentes chegarem, ficaram uns de um lado e outros do outro lado (presos) perto de mim e me pegaram lá na grade e queimaram minha orelha, e eu fiquei com medo que passassem esta

doença para mim (se referindo a Aids), mas não chegou a cortar não, só queimou, mas se tivesse cortado com a faca e misturasse o sangue dele com o meu, aí né, aí eu ia ficar até com medo, mas queimou e não feriu na hora não. (DIOGO).

Quando cheguei sofri muito, eles queriam me matar! Ele pegou eu e me amarrou na grade, e pediu para os outros pegarem álcool. Aí só tinha um que eles respeitavam, e falou para ele me largar. Eu só tremendo. Depois disso, este cara perdeu o braço em uma rebelião. Quem mexe com faca, com faca é ferido. (CARLOS).

É interessante notar que os castigos impostos pelos “disciplinas” aos autores de violência sexual são direcionados à imposição de uma condição feminina a eles; a esse respeito, Enéleo Silva (1997, p. 133, grifo do autor) também coloca:

O ritual de raspagem dos pelos da "vitima" é outro elemento chave para entender mecanismos simbólicos utilizados pelos presidiários para interferir diretamente na "masculinidade da vítima". Os pelos são interpretados ermicamente como símbolo da virilidade (palavra chave indissociável de masculinidade). O seu corte age simbolicamente como o corte dessa virilidade. A transformação do "macho" em "fêmea". Além da transformação do papel de gênero masculino, há aqui uma tentativa de se alterar o próprio "corpo biológico masculino". O corpo másculo, viril, deverá ser transformado num corpo feminino, liso, sem pelos, para depois ser penetrado: estágio último da transformação de homem para mulher (ou homem para "bicha").

Os relatos de nossos sujeitos também exemplificam as formas de castigo impostas aos autores de violência sexual dentro da Penitenciária de Goiânia.

O cara que é preso nesses crimes sofre muito, eles raspam os pelos todinho, faz o cara de mulherzinha, entendeu, ele passa a ser usado por todo mundo da sela. Tem que fazer o serviço e apanha pra daná. Mas comigo nunca aconteceu nada sabe, o pessoal me respeita muito, porque sabe que não fiz nada disso. (LUCAS).

E o violentador do violentador, que se transforma num justiceiro (braço da justiça) tomando a honra do violentador/vítima e devolvendo-a para o grupo. É que a honra deve ser recuperada através da violência localizada no corpo físico. Tal qual a crença, ainda hoje corriqueira, de que honra se lava com sangue. (SILVA, 1997, p.133).

Enéleo Silva (1997, p.137) realizou pesquisa com prisioneiros da penitenciária de Florianópolis, e coloca que:

Segundo os prisioneiros da Cadeia Pública de Florianópolis defender a honra de suas mulheres é defender a sua própria honra. A partir daí justificam a prática de violência sexual contra os seus pares. O estuprador deve ser violentado para “pagar” pelo seu crime. A punição da Justiça comum não é suficiente. Trata-se de honra, e esta tem que ser lavada com sangue. Na prática, o Estado pouco interfere nesta aplicação da Justiça, como se gerasse uma pseudojurisprudência semelhante a que surgiu no renascimento com o duelo.

Sendo assim, é notório que os autores de violência sexual neguem que tenham cometido essa forma de crime, para não sofrerem com os castigos que já citamos acima. Neste sentido negar trata-se de uma estratégia de sobrevivência.

Muitas vezes essa negação acaba interferindo no trabalho desenvolvido pelo projeto de ressignificação, pois uma vez que não admitem a violência cometida, o trabalho de ressignificação torna-se no mínimo mais complexo.

Porém mesmo que não tenham admitido explicitamente a violência sexual cometida, justamente para que não sejam vítimas das torturas impostas na prisão a quem comete este tipo de crime, fica claro nos relatos dos mesmos as ideologias de gênero que permeiam as representações de gênero desses sujeitos. E que de algum modo interferem na violência cometida, a visto que fazem parte das justificativas para os comportamentos ou mesmo nos argumentos apresentados como estratégia de negação da violência.

Neste sentido nosso trabalho se difere da obra de Esber, pois a autora escreve seu livro buscando compreender as dimensões subjetivas dos autores de violência sexual, e ainda pensar em ações preventivas junto a família, a escola e a sociedade, visto que seu trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Projeto Invertendo a Rota.

Em nosso trabalho buscamos a compreensão de como a sociedade vem forjando esses autores e ainda como as ideologias de gênero reproduzidas socialmente interferem ou não na violência cometida, de modo a demonstrar como também fez Esber, que não se tratam de homens com problemas mentais ou com uma maldade característica dos monstros como a sociedade vem tratando esses homens. Mas são Homens comuns sem nenhuma característica específica.

É justamente trabalhando com esta perspectiva que ações preventivas podem ser concebidas, como no caso do programa Repondo, o qual foi nosso local de pesquisa.

Acrescentamos ainda o olhar de gênero que em nossa perspectiva é de suma importância para pensar este contexto de violência de gênero e, por conseguinte o olhar do Serviço Social, que nossa formação profissional oferece.

A negação da violência esteve presente nos relatos de nossos sujeitos, pois dos seis sujeitos atendidos apenas um deles, Carlos, admite a violência sexual contra uma criança e uma adolescente. E outro, Bruno, contra uma mulher adulta, apesar de terem recebido penas referentes a violência sexual contra crianças e adolescentes.

A negação da violência sexual parece estar atrelada ao fato de ser algo muito rechaçado pela sociedade, assim os autores que também são fruto desta condenam a violência cometida e a negam, como se assim negassem também a representação de monstro que poderia lhes ser imposta.

Há ainda a situação dentro do presídio, que confere um caráter de estratégia de preservação a negação da violência, pois como já tratamos anteriormente as torturas impostas aos autores de crimes sexuais são desumanas.

E ainda neste contexto podemos apontar a situação da família que poderia deixar de apoiar o autor caso este admitisse o crime sexual.

Também faz parte deste cenário a violência policial, que está presente no cotidiano dos presos, sendo estes autores de crimes sexuais ou não, mas que sem dúvida sendo estes réus confessos, poderia ser ainda mais brutal.

Nossos sujeitos ainda relatam sobre violência policial que receberam, antes e após a prisão.

Isso aqui ó, foi bicuda do sapato de um delegado, lá na furtos e roubo eu estava com um relógio, que pelas minhas situações financeiras eu não tinha condições de possuir aquele relógio. Então eu estava deitado no chão, algemado para trás assim, ó, ele chegou e viu aquele relógio assim, e mandou uma bicuda e falo: (“Tem condições de um bandido desse ter um relógio desse aqui?”), já tiro o relógio e meteu no braço dele. (LUCAS).

Eles não gostaram né aí a polícia não gostou, aí eles pegaram e me levaram para esse andar, para o segundo andar né, tinha cela de castigo, uma cela escura, né essa quarentena e aí eles me espancavam né, duas vezes por dia né, duas vezes por dia, era cedo quando eles trocavam o plantão da noite e de noite quando ia fazer a chamada. Saí daí eu saía, e cinco seis soldados, assim uma roda e batia, tinha vez que me puxava pelos pés, para dentro da cela, né desmaiado, aí trancava de novo e eu acordava com o corpo tudo dolorido sabe. Desmaiava de tanto apanhar, eles jogavam água

sabe, jogava na hora que eu acordava e pegava a marmitta e despejava no meio da sela, comida bem podre, lavagem sabe. (BRUNO).

Em outras situações colocam que não foram ouvidos, durante o processo, porém os profissionais verificam que consta nos autos que que confessaram o crime. E questionam o sistema de justiça, que não lhes deu o direito de defesa, descrito na Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 5.º, inciso LVII: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

É [...] não fizeram exame nenhum, não tem prova. Como é que me condena sem prova nenhuma?

A pessoa está me acusando, mas não tem prova contra mim, entendeu? Como é que uma pessoa acusa assim? Como é que a gente é condenada sem prova? Sabe porquê? Porque minha vida não vale nada. (DIOGO).

Aí quando estou lá no meu serviço trabalhando, chega a polícia me investigando. Chega lá já me intimando mesmo. E já começou a fazer cena. Ele falou que eu tinha praticado sexo com menino e que eu tinha jogado ele na represa. E disse: "Nós vamos levar você para a represa que você vai falar agorinha". Eu já estava no mesmo caminho, que eu trabalhava, lá. Aí, afogamento, afogamento, depois me levaram para uma delegacia. Aí chegou lá na delegacia, eu fiquei um dia, não me bateram, nem nada, aí no segundo dia apareceu um homem de gravata branca lá. Ele já morreu, que é o repórter. Aí a gente lá e esse delegado falou se eu não falasse perto da televisão, que ele ia me matar. Eu não falei nada perto da televisão. (DIOGO). Mas eu apareci na televisão, apareci no jornal. Não tinha prova na época, mas fiquei como foragido da polícia. Depois quando me abordaram no meu serviço, eu vim direto pra cá. (LUCAS).

Aí quando eu fui preso lá na rodoviária, a polícia me levou para o quartel Z, chegou lá o comandante, o subcomandante lá me conhecia, eu era do exército. Então a gente fazia serviço paralelo federal, exército e a polícia militar, você está entendendo? Então ele me conhecia e me falou assim: "Não, você pode se abrir aqui comigo né e tal, que os homens não vai bater em você não"), aí eu peguei e contei a história, falei (: "Ó, eu trabalhava assim, assim, estava com envolvimento com a mulher e tal né?"), aí daí dois dias a Polícia chegou lá pra me buscar né, aí de lá pra cá depois que eu passei pela mão da polícia civil, né, aí que ele deu o esculacho de lá pra cá, batendo né [...] Até chegar aqui, ele pararam no meio do caminho me dava afogamento né. Eu não sei se a senhora viu falar numa tal de Maria Enriqueta, é um negócio de dar choque, que ele usa, no meio da malandragem aí, da polícia, eles ficam é Maria Enriqueta, sabe, dá choque no pescoço, começou me dar choque, queria que eu mudasse o depoimento que eu tinha dado sabe. (BRUNO).

As falas demonstram que mesmo antes de serem condenados os sujeitos foram vítimas do julgamento e de formas de repressão e mesmo torturas injustificáveis, mesmo não tendo eles confessado nenhum crime. A violência parece não ter começo e nem fim, neste cenário.

Há ainda relatos por parte de nossos sujeitos que evidenciam a falta de apoio familiar, demonstrada através da ausência nos dias de visita, o que traz grande sofrimento para os detentos.

Cada semana vem um me visitar, não eles nunca me abandonaram, sempre estive do meu lado. (CLÁUDIO).

É muito difícil. Mas vou falar para a senhora, eu não fico uma semana sem eu ligo, ligo no celular dele (irmão). “Ah não posso falar que estou ocupado”, “Liguei para falar que estou morrendo de saudade de você”. “Ah liga lá em casa”, eu ligo ele não está lá, está na igreja, cara ocupado, tem as obrigações dele. Tem vez que ele vem aqui, chega aqui, é uma e meia, duas horas. (GIL).

Eu tenho umas irmãs, as vezes elas vêm me visitar.

A despesas para a compra arroz, meu irmão mandou a semana passada para mim, né um pacotinho de arroz, 2 kg de açúcar cristal, mandou feijão, mandou óleo, mandou café. (BRUNO).

Você não sabe o tanto que é ruim, ficar num lugar, todo mundo recebendo visita e você lá, sozinho, no sol quente esperando acabar esse horário para você poder fazer alguma coisa. (DIOGO).

Agora tem uns três meses mais ou menos que eu não tenho contato com ela. A última vez, ela (moradora de sua casa) teve aqui. Ficou de voltar dela voltar, né, e ela não voltou mais. Da família não vem ninguém (LUCAS).

Algumas famílias permanecem apoiando o autor, mesmo após sua prisão, realizando visitas, levando mantimentos e mantendo contato telefônico, mas na maioria das vezes, os abandonam.

Abordaremos a partir de agora a perspectiva de nossos sujeitos em relação ao acompanhamento desenvolvido pelo Repropondo, pois assim poderemos estabelecer relação com o processo de ressignificação da violência, tão necessário a estes sujeitos.

4.2 Autores de Violência Sexual e o Projeto Repondo: é possível ressignificar a violência cometida?

Quando iniciam nos atendimentos os autores relatam a necessidade de conversar, e com o passar das seções demonstram a percepção de que os atendimentos foram importantes para que mudassem a forma de pensar sobre a violência cometida. Alguns não revelaram os motivos que os levaram a aceitar o acompanhamento, apenas disseram que resolveram aceitar. Em sua maioria são os mesmos que não admitiram ter cometido violência sexual contra crianças e adolescentes. Sendo assim, mesmo não tendo admitido a violência cometida aceitaram de alguma forma falar sobre o contexto que os levaram a serem condenados por um crime sexual, contra criança ou adolescente, visto que o foco do atendimento era ressignificar a violência cometida e tal objetivo era explicitado a eles logo no primeiro atendimento.

No caso de Lucas especificamente, não houve relato do porquê da aceitação em relação ao acompanhamento, pois as transcrições não abordaram esse aspecto.

Os relatos de Diogo e Cláudio descrevem muita tristeza pela solidão que sentem em razão do isolamento social.

Nós aqui ficamos muito isolados, quando tem como agente conversar com alguém é bom. (DIOGO)

É bom conversar para espanta a tristeza né, a gente se sente sozinho, então é bom vir aqui. (CLAUDIO).

Já em relação a violência cometida, inicialmente demonstram não perceber com clareza a importância do atendimento, entretanto com o passar do tempo, no final dos atendimentos alguns relatam ter conseguido refletir sobre os acontecimentos e perceber que a violência cometida trouxe muitos agravantes as suas vidas. Mesmo aqueles que não admitiam ter cometido violência.

Bom aceitei porque precisava conversar. Fico nervoso às vezes. Queria melhorar o nervoso (CLAUDIO).

Igual eu falei para a senhora, fez eu voltar lá atrás pensa um pouco, né os anos de cadeia, aí fez eu refleti um pouco, né sabe o porquê né cáí nessa, isso aí eu sei porque eu cáí né, foi falta de sabe que

dava esse tanto de BO, né que eu ia me atrasa desse tanto. (CARLOS).

Agora eu sei que o que me levou a comete esse crime foi cachaça, droga, a senhora está entendendo? E a falta de conhecimentos das consequências, que poderia vim depois. (BRUNO).

Não sei o motivo, só me falaram e eu aceitei. Porque depois que a gente começou a conversar, não sei se você percebeu que o último dia que eu vim, até me senti mais forte para fazer as coisas com mais interesse nas coisas. Aquele dia que eu cheguei a primeira vez, eu estava [...] tão sabe? Não estava nem aí para nada, não queria nada com nada. (DIOGO).

Para mim foi bom para pensa, nas coisas, na vida e entende o porquê eu caí nessa presepada. (GIL).

Eu não sei, acho que foi bom pra mim diminuir a revolta que eu sentia, porque estou aqui, pra não faze besteira quando eu sair daqui. (LUCAS).

O que eu tenho pra falar é que eu sou muito acanhado! E quando venho aqui a gente fica acanhado e tudo, mas quando eu venho aqui, parece que é um alívio, né? A gente sofre muito em vir aqui, porque eu sou acanhado e vocês são umas pessoas informadas, estudadas, mas desde que eu passei a vir aqui, a cada dia muda a minha vida, sabe? É muito bom! Então, por eu ser uma pessoa acanhada, aqui me ajudou muito, então eu gosto de fazer esse trabalho, sabe!? Um trabalho que é pro bem, não importa o que tem que fazer!

Eu gostei! Tudo pra mim foi bom, né! As perguntas que você fez, né? O que me chamou mais a atenção, o que eu gostei mesmo, foi sobre a acanhação, né? De eu conversar com a pessoa e não olhar para a pessoa, né? E isso ajuda a gente, ativa a gente, né? Então, não acho nada ruim! Se vocês quiserem dar continuação, eu estou pronto! (CARLOS).

Mesmo não admitindo a violência cometida, os sujeitos parecem entender como importante o trabalho desenvolvido no Repropondo, associando seus resultados a melhora de comportamento em relação a autoconhecimento, entendimento de suas emoções e em relação a violência cometida, quando já admitida anteriormente.

Em relação as ideologias de gênero que utilizam para justificar a violência cometida não encontramos nenhum relato que demonstre ressignificação das mesmas. Entretanto há que se considerar que este não é um aspecto trabalhado nos atendimentos do Projeto Repropondo, que pelo que percebemos, trabalha com

a subjetividade dos sujeitos em relação aos aspectos familiares, contexto prisional e demais aspectos que são trazidos durante os atendimentos.

E necessário ressaltarmos que as questões de gênero por diversas vezes surgiram nos relatos dos sujeitos, pois fazem parte do cotidiano dos mesmos, porém não são foco do trabalho terapêutico do projeto

4.3 Há ida lá fora? As Expectativas após a saída da prisão

A princípio parece evidente que qualquer ser humano que esteja preso, possua expectativas e uma grande ansiedade em relação à sua saída da prisão; entretanto, em relação a autores dos chamados crimes sexuais essa expectativa fica carregada de insegurança e questionamentos, em razão da visão que a sociedade ainda propaga de que os autores de violência sexual são verdadeiros monstros.

O importante é não fica com essa imagem, assim de marginal, tipo assim de uma pessoa que cometeu crime, é diferente por exemplo uma pessoa que cometeu um crime, se arrependeu e que vai sair e que vai seguir, tipo assim, vai fazer outras coisas, vai reconstruir sua história, de uma pessoa que cometeu crime e que as pessoas acham que não tem jeito de se arrepender. (BRUNO).

Não sei, só sinto medo, de não controlar a revolta para um lugar desse. A gente fazer alguma besteira, quando voltar para casa, não controlar a revolta e fazer justiça com as próprias mãos, tenho medo. Mas no meu caso é o seguinte, você vai sair sem confiar em ninguém, na situação que eu fui preso, estou né. Telefonei, contei para a pessoa, está entendendo. Você vai confiar em mim? E eles vão confiar em mim desse jeito? (LUCAS).

É difícil né, não tem confiança na pessoa. Mesmo que ele fala que não fez. A pessoa vai falar assim: “cuidado com esse caboclo perigoso”. Porque para as pessoas lá fora é tudo sujo. Mas minha família está junto comigo, minha família sabe a realidade. Convive comigo, estou sabendo como eles estão e eles quer saber como eu estou. É minha família. (GIL).

Eu tenho um objetivo que é não depender de ninguém lá fora entendeu? Ai a pessoa chega e fala: “Ah quando você estava lá dentro eu estava junto de você, agora que você saiu, você não quer ficar comigo, você me ignora”. Então eu não quero ficar com ninguém por isso. É igual eu falei: “Núbia, perdi o sentido da vida, perdi o rumo” (DIOGO).

Agora que eu estou sentindo estou sentindo agora, chegar a hora que eles avisar para mim assim: “Claudio você está em liberdade”. Oh beleza, agora eu posso ir ver meus filhos. Faz eu sentir mais

forte. Igual eu estava fazendo meus planos aqui, que quando eu sair daqui vou montar uma oficina de mecânico. (CLAUDIO).

Igual eu te falei quando eu sair daqui eu quero ver meu filho, quero ter um lugar para receber ele, porque se eles tiverem ódio de mim (parente da ex mulher), se eu fico por perto cresce amargura deles, e eu quero o bem deles. O avô e avó dele estão bem velhinhos, sabe? Quando eu sair daqui eu quero ficar ajudando ele, como se diz, e ter paciência com os velhinhos, não quero fazer eles sofrer mais não. (CARLOS).

Quando eu sair daqui, quero sair daqui, quero sair na palavra, não vou menti, quero dar meus testemunhos, eu sei que as pessoas vão achar uma coisa do outro mundo. Eu podia esconder, mas um preso me vê e chega contando para todo mundo, os vizinhos vão comentar, a dizer: “Ele é preso...” (CARLOS).

Eu vou ser discriminado, nunca vão confiar em mim. Sempre vai ter um falatório e uma desconfiança, mas é igual eu te falei, não posso me importar com isso, tem que viver a vida para frente. Calúnia vai ter mesmo. Eles falam: “Estuprador, a gente mata eles lá fora”. Para você ver o peso que a gente vai ter lá fora. Eu tenho esse artigo (217), não tenho como provar, é esse artigo e pronto. (CARLOS).

Diante desse contexto, ao falarem sobre suas expectativas, os mesmos relatam situações de apoio e abandono familiar, revolta, solidão, dentre outras situações, onde esperam conseguir superar o estigma de bandido, para poderem seguir com suas vidas normalmente

Durante os últimos atendimentos, nossos sujeitos demonstraram que a expectativa em relação à reação da sociedade quando saírem em liberdade também é algo muito presente em seus imaginários, pois eles têm ciência de que a sociedade compartilha da representação de “monstro” que é conferida a quem comete violência sexual contra crianças e adolescentes.

As expectativas relatadas pelos sujeitos em nada diferem das apresentadas por qualquer pessoa que tenha permanecido em reclusão, entretanto eles demonstram conhecer o julgo da sociedade em relação ao tipo de crime que cometeram.

O sistema de justiça prevê que

A penalidade deve ser aplicada sob a ótica da reprovação e da prevenção do crime. Esse contexto expressa a repugnância social a crimes (principalmente sexuais, os quais têm penalidade muito

elevada se comparado aos demais crimes previstos na legislação penal), bem como objetiva prevenir o fato delituoso por parte da sociedade, “o objetivo da ressocialização é esperar do delinquente o respeito e a aceitação de tais normas com a finalidade de evitar a prática de novos delitos”. (STEFENI; PEREIRA; MENIZZI, 2013, p. 2)

Os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes não são homens que possuem qualquer traço diferenciado e como podemos perceber como qualquer outro indivíduo que tenha cometido outro tipo de crime, possuem expectativas de poder sair da reclusão e dar continuidade às suas vidas como qualquer outro homem que tenha sido preso.

CONCLUSÕES

Inicialmente gostaríamos de ressaltar que realizar o presente estudo foi uma tarefa bastante desafiadora, à medida que não há número considerável de literatura a respeito dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Talvez isto ocorra porque ainda tenhamos presente a perspectiva de que estes indivíduos não mereçam ser estudados ou compreendidos.

Em eventos científicos foi perceptível o questionamento em relação à nossa posição diante de nossos sujeitos, de modo que, é necessário evidenciarmos, que não estamos tentando eximi-los da responsabilidade pela violência que cometeram. Entretanto, parece-nos indubitável a necessidade de que estes indivíduos possam ressignificar a violência cometida, de modo a não reincidir nesse comportamento.

Nenhum de nossos sujeitos apresentou traços doença mental como costumam afirmar alguns estudiosos que raciocinam numa perspectiva patologizante. Assim, fica claro que os sujeitos são frutos de uma construção sócio histórica, que de algum modo propiciou que suas escolhas os levassem a cometer violência sexual contra crianças e adolescentes.

Os sujeitos de nossa pesquisa não demonstraram ter sido vítimas de nenhuma forma de violência sexual, em nenhuma fase de suas vidas, mesmo dentro da prisão, o que é muito comum. Entretanto em algumas situações relataram violência física por parte dos pais ou abandono familiar, aspectos presentes na vida de muitos brasileiros que não cometeram crimes.

Também em relação à família, após a prisão ocorre o abandono do autor pela mesma, tal situação contribui com o sentimento de revolta e sofrimento apontados durante os relatos. Parece-nos necessário ressaltar a importância da realização de um trabalho de acompanhamento e apoio aos familiares para que estes também possam passar por um processo de ressignificação. Porém ao que nos pareceu, apesar das tentativas do Projeto Repondo, as famílias ao abandonar os autores de violência, também deixaram o acompanhamento do Projeto.

As condições da prisão, descritas pelos relatos de nossos sujeitos, dão conta de um verdadeiro inferno, onde na pior categoria encontram-se os autores de violência sexual. Numa condição ainda pior, estão os que tenham cometido esse tipo de crime contra crianças e adolescentes, que são vítimas das piores formas de tortura e humilhação, as quais relatam: estupro, raspagem dos pelos do corpo,

submissão a realizar todas as tarefas de limpeza da cela e muita violência física e psicológica.

Sem dúvida a reclusão poderá somente reforçar o comportamento violento, possibilitando ainda maior probabilidade de que voltem a cometer o mesmo tipo de crime.

As humilhações e torturas que esses indivíduos sofrem na prisão ocorrem de forma brutal e têm como justificativa, as mesmas ideologias de gênero, que estes utilizam para justificar o crime sexual que cometeram. Assim, tais ideologias voltadas à força, à virilidade, ao poder, à opressão, são o cerne da relação de violência não só de homens contra mulheres, de mulheres contra homens como de homens contra homens e de adultos contra crianças.

Diante da realidade descrita pelos nossos sujeitos, fica evidente a necessidade urgente de modificação de muitos aspectos, dentre os quais citamos: a modernização da arquitetura penitenciária, ampla assistência jurídica, melhoria de assistência médica, psicológica e social, ampliação dos projetos visando o trabalho do preso e a ocupação, separação entre presos primários e reincidentes, acompanhamento na sua reintegração à vida social, bem como oferecimento de garantias de seu retorno ao mercado de trabalho entre outras medidas.

Sendo assim é necessário que se repense também no atendimento dos autores de violência sexual, haja vista que o sistema prisional brasileiro não dá conta de atender minimamente os detentos que cometeram outros tipos de delitos.

Nossa pesquisa evidenciou que no caso de nossos sujeitos, o crime sexual não foi o único, pois a maioria já havia sido presa em outras situações, por outros tipos de crime, o que nos leva analisar que já havia uma história de violência cometida por estes indivíduos, que não estava ligada à violência sexual, entretanto quando cometem um crime dessa natureza, parece que o histórico de atos violentos, se resume ao crime sexual. Assim, passam a ser rotulados como “monstro, aberração, bicho”, de acordo com o que os próprios sujeitos denominam.

Mesmo após terem passado pelo acompanhamento do Projeto Repondo, os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes demonstram que ainda carregam consigo as ideologias de gênero, que utilizaram para justificar o ato, pois continuam jogando as vítimas a responsabilidade pela violência cometida, ou dizendo que foi a falta de conhecimento das consequências que levaram a cometer

a violência demonstrando que não refletiram sobre a condição da vítima ou sobre os aspectos da relação de poder dominação que envolvem a violência que cometeram.

As expectativas dos autores em relação a saída da prisão são ruins porque sabem que a sociedade discrimina ainda mais os presos por crimes sexuais. Assim, demonstram uma perspectiva voltada ao abandono, à discriminação social e dificuldade para reinserção no mercado de trabalho.

Mesmo para os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, participantes dessa pesquisa, essa forma de violência é execrável, de modo que apenas um deles admitiu tê-la cometido. Quanto à essa negação da violência cometida, gostaríamos de apontar três aspectos importantes:

O primeiro deles é que os detentos não poderiam admitir a violência cometida, pois corriam o risco de sofrer com as torturas e humilhações as quais já apontamos anteriormente. Há ainda o aspecto do medo do conteúdo da gravação ser mostrada a um juiz, por exemplo ou a qualquer pessoa que possa circular essa informação de modo a prejudicá-los.

O segundo diz respeito ao fato de que admitir a violência cometida seria assumir que podem ser pessoas como as que eles mesmos denominam monstros, bichos, etc.

No terceiro aspecto ressaltamos que mesmo não admitindo que tenham cometido violência sexual contra criança ou adolescente, os sujeitos aceitaram participar dos atendimentos, ou seja, mesmo não tendo admitido a violência cometida aceitaram de alguma forma falar sobre o contexto que os levou a condenação por um crime sexual, contra criança ou adolescente, visto que, o foco do atendimento era ressignificar a violência cometida e tal objetivo era explicitado a eles logo no primeiro atendimento.

As ideologias de gênero presentes no sistema patriarcal de nossa sociedade parecem contribuir para a constituição de homens violentos e, portanto, de autores de violência sexual em todas as suas modalidades. O objetivo dessa pesquisa era verificar se havia ideologias de gênero nas representações dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Tal objetivo foi contemplado, pois verificamos que as ideologias de gênero não só estão presentes no modo como os sujeitos percebem o mundo, bem como fazem parte das justificativas que utilizam para a violência cometida. Sendo assim, à medida que se pretenda superar ou diminuir o

número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, a ressignificação das ideologias de gênero presentes nas representações desses autores, deve ser aspecto contemplado nos atendimentos.

Neste raciocínio, ousamos ir ainda além, pois se as ideologias de gênero se fazem tão presentes nas representações desses sujeitos, como nossa pesquisa demonstrou, a necessidade sobrepõe-se aos projetos de ressignificação e se coloca como parte de um processo educacional, onde as relações de gênero devem ser revistas e transformadas, de modo que mulheres e homens, sejam adultos ou crianças possam se relacionar de modo diferente de nossa realidade atual ainda marcada pelo patriarcado.

A sexualidade ainda é um tema cercado de tabus; a discussão da mesma, bem como a viabilização dessa discussão em todos os âmbitos da sociedade se faz necessária como estratégia para prevenção da violência sexual, visto que quanto mais se conhecer sobre o assunto, maiores são as chances de se interromper o ciclo da violência ainda permeado pelo silêncio.

Nesse momento se faz necessário analisarmos que a sociedade como um todo parece não compreender o grande círculo vicioso que engloba a violência sexual. Círculo esse permeado por ideologias de gênero que a própria sociedade é reprodutora, pois a medida em que educamos nossos meninos para serem viris, másculos e até mesmo violentos de certo modo, estamos impondo a eles características que podem torná-los violentadores em todos os sentidos.

Embora se saiba que a justiça penal não esteja atingindo, exatamente, o objetivo almejado, a ressignificação da violência cometida pelo autor, se torna imprescindível para a ressocialização do condenado, visto que o autor de crime sexual em nada difere das demais formas de tentativa de ressocialização, isto por que “[...] os crimes sexuais, são considerados crimes comuns, e portanto, não comportam prerrogativas especiais, sendo tratado(s) comumente nos Tribunais e por vezes até com certa repugnância por se tratar de um crime de maior repressão social.” (MARQUES, 2014, p. 5).

Muito tem se falado em castração química¹ para os homens que cometem crimes sexuais, o que é claramente uma alternativa que mais uma vez pune o autor e não possibilita a prevenção da violência pois, castrá-lo não garantirá que este não reincidirá nesta forma de violência, uma vez que violência sexual ocorre de várias formas, até mesmo sem contato físico.

Tal perspectiva de tratamento está voltada à perspectiva de que os autores de violência sexual sejam pessoas com transtornos mentais, sendo assim precisariam de intervenção de aspecto biológico para o controle da reincidência da violência cometida.

Entretanto, como já discutimos ao longo desse trabalho, essa questão está além dos de âmbito biológico que permeiam a violência sexual, e, portanto, não poderão ser resolvidos com tratamentos químicos.

A realização desta pesquisa nos trouxe a importância dos projetos de ressignificação na tentativa de desenvolver alternativas que estejam além do encarceramento no trabalho com os autores de violência sexual, pois uma vez que não ressignifiquem a violência cometida, podem voltar a cometê-la.

Sendo assim, nosso objetivo após a tese e apresentarmos este trabalho a desembargadores e membros da Coordenadoria e Corregedoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na tentativa de implantação de projetos de ressignificação também neste Estado, iniciando um projeto piloto na circunscrição onde trabalhamos atualmente, para que assim o conhecimento aqui construído possa trazer benefícios sociais não só aos autores de violência sexual, como as vítimas e ainda às suas famílias.

Nossa curiosidade científica nos move a tentar empreender o esforço posterior de compreender como a educação pode contribuir na ressignificação destas ideologias de gênero que permeiam a violência sexual, não só contra crianças e adolescentes como também em relação aos adultos.

¹ A castração química é composta por um tratamento à base de hormônios que reduz o nível de testosterona, no indivíduo, objetivando diminuir a libido e conseqüentemente os impulsos sexuais. Entretanto não se limita a este processo químico, tendo a obrigatoriedade de um acompanhamento psiquiátrico, bem como seções regulares de terapia. (PENKE, 2012).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto: normalização e resistência feminina no Império Português XVI-XVIII**. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2005.

ALVES, Cristiana Azevedo. **O impacto de um programa de educação sexual nos comportamentos protetores dos adolescentes**. 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado em Biomedicina) - Faculdade de Medicina, Universidade do Porto, Porto, 2010.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 70-77, jun. 2002.

_____.; MARTINS, Edna Júlia Scombatti; SANTOS, Ana Lúcia. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: _____.; MATTIOLI, Olga Ceciliato. (Org.). **Gênero e violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

_____. **Casamento e sexualidade: a revisão dos mitos na perspectiva de gênero**. 1999. 188 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ARIÈS, Philippe. O amor no casamento. In: _____.; BÉJIN, Andre. (Org.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay; FERREIRA, Maria Helena Mariante. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BARBIERI, Teresita de. **Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica**. Recife: SOS Corpo, 1993.

BELLOTI, Elena Gianini. O descondicionamento da mulher. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 18, p. 31-35, set. 1976.

BÍBLIA Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Traduzida em português segundo a Vulgata Latina pelo Padre Antonio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Livros do Brasil, 1962.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

BRASIL. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: maio 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto Juarez Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Legislação brasileira).

BRASIL. **Saúde Brasil 2008: 20 anos de Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2008.pdf>. Acesso em: jul. 2011.

CAFÉ, Mônica Barcellos; Nilton Inácio do Nascimento. O psicodrama e o atendimento aos autores de violência sexual. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 127-139, dez. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso completo e outras falas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Dados nacionais sobre violência contra as mulheres**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 2015.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

DUBY, George. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados, 1993.

ESBER, Karen Michel. **Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Goiânia: Cãnone, 2009.

_____. **Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo a partir da teoria sócio-histórica**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

_____. **Dados sobre autores**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por solangebf@tjst.jus.br em 15 julho 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. **Ser Social**, Brasília, DF, n. 2, p. 37-56, 1998.

_____. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: CÉCRIA. **Oficina de indicadores da violência intrafamiliar e da exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília, DF, 1997. (mimeo).

FARIA, Nalu. **Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista**. São Paulo: SOF, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FRANCO, Renato. Entre Deus e as mulheres. **Revista de História**, Rio de Janeiro, 1 abr. 2015. Especial aborto. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/especial-aborto-entre-deus-e-as-mulheres>>. Acesso em: jun. 2015.

FREITAS, Solange Bassetto. **Machismo**: coisa de macho? 2005. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de mesquita Filho", Assis, 2005.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Violência contra a mulher**. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.especiais.com.br/pesquisa_abramo.pdf>. Acesso em: 2016.

GARCIA, Sandra. **Homens na intimidade**: masculinidades contemporâneas. Ribeirão Preto: Holos, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.

INSTITUTO NOOS. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://noos.org.br/portal/>>. Acesso em: jul. 2013.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/feminino. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. (Org.). **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: Edusc, 2006. v. 2.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Buarque Helena. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEAL, Ondina Fache. Cultura reprodutiva e sexualidade. **Estudos Feministas**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 376-392, jul./dez. 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis, Vozes. Ed. Da USP, 1976.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima; CLIMACO, Danilo Assis. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.69-81, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. São Paulo: Vozes, 2014.

_____. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

MACHADO, Liz Zanotta. **Masculinidades e violências**: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001. (Antropológica).

MARQUES, Archimedes Jose Melo. **A Lei de Talião ainda sobrevive para o autor de crime de estupro**. 2014. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/direito/a-lei-de-taliao-ainda-sobrevive-para-o-autor-de-crime-de-estupro/>>. Acesso em: mar. 2014.

MARTINS, Rosane Aparecida de Sousa. A pesquisa no processo de formação do assistente social na graduação: de 1930 a 2000. In: JOSÉ FILHO, Mário; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. (Org.). **Prática de pesquisa**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2004.

NASCIMENTO, Marcos. **Desaprendendo o silêncio**: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher. 2001. 99 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. **De Tarzan a Homer Simpson**: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Ana Maria Dantas Cunha Miranda. Masculinidade e pós-modernidade: a imagem do homem e o fim das grandes narrativas. In: GHILARDI-LUCENA, Maria. Inês; OLIVEIRA, Francisco. (Org.). **Representações do masculino**: mídia, literatura e sociedade. Campinas: Alínea, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. Reflexão e ação feminista sobre violência de gênero e saúde. **Jornal Febrasgo**, Brasília, DF, jul. 2007. p. 6-7.

OSORIO, Rafael Guerreiro; FONTOURA, Natália. **Errata da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”**. Brasília, DF, 4 abr. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971&catid=10&Itemid=9>. Acesso em: jul. 2014.

PENKE, Natália de Andrade. **Castração química nos casos de crimes sexuais cometidos por pedófilos**. 2012. 74 f. Monografia (Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.

PORTAL PROMUNDO. **Entrevista com Carlos Zuma**. Rio de Janeiro, maio 2015. Disponível em: <<http://promundo.org.br/2015/05/18/entrevista-com-carlos-zuma/>>. Acesso em: jul. 2013.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992.

ROSA, Antônio Gomes et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.69-81, 2008.

SAFFIOTI, Heillieth. **O poder do macho**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1991.

_____. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Brasil urgente).

_____.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANDERSON, Cristiane. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais, professores para proteger crianças de abusos sexuais**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOS, Maria Alice de Miranda dos. A ressocialização do preso no Brasil e suas consequências para a sociedade. **E-Civitas**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jul.2010. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/article/view/64/39>>. Acesso em: maio 2014.

SAWAIA, Bader Burihan. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico. In: SOUZA, Lídio de; TRINDADE, Zeidi de Araújo (Org.). **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SCAVONE, Lúcia. **Dar e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SCHPUN, Monica, Raisa. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, dez, 1995.

SILVA, Ana Luiza de Oliveira e. Mulheres de Satã: uma leitura historiográfica sobre sexualidade e Inquisição. **Revista Vernáculo**, Curitiba, v. 6/7, p. 8-19, 2002.

SILVA, Enéleo Alcides da. Violência sexual na cadeia: honra e masculinidade. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 123-138, 1997.

SILVA, José Remon Tavares da. Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem. In: REDOR, 18, Recife, 2014. **Anais....** Recife: Ed. UFRPE, 2014.

SIQUEIRA, Fábio Ramos Martins. **História da sexualidade brasileira**. São Paulo: Leitura Médica, 2008.

SOARES, Ana Cristina, Nassif. **Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico**. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, 2002.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e adolescência: reflexões acerca da educação sexual na escola**. 2005.159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

STEFENI, Roberto José; et al. A reinserção social do autor de crime sexual. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano 16, n. 119, dez 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/%3Fn_link%3Drevista_artigos_leitura%26artigo_id%3D12316%26revista_caderno%3D24?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13922&revista_caderno=3>. Acesso em: out. 2014.

STEARNS, Peter N. **História da sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010.

SUDÁRIO, Sandra; ALMEIDA, Paulo César de; JORGE, Maria Salete Bessa. Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 80-86, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a12v17n3.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

TONELLI, Maria Juracy Filgueiras et al. (Org.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino-americanas**. Florianópolis: Ed. UFSC/CFH/NUPPE, 2010.

TRIBUNA DO PLANALTO. Projeto desenvolvido pela PUC Goiás é destaque nacional. **Tribuna do Planalto**, Goiânia, 7 maio 2011. Disponível em: <<http://tribunadoplanalto.com.br/2011/05/07/projetopucgoiasdestaquenacional>>. Acesso em: jul. 2014.

VIVARTA, Veet. (Org.). **O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2003.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**. Brasília, DF: Flacso, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: set. 2015.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS - UNESP
- CAMPUS DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: E Agora José? Ideologias de Gênero e Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Pesquisador: Solange Bassetto de Freitas

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 41361615.3.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 963.812

Data da Relatoria: 25/02/2015

Apresentação do Projeto:

Adequadamente apresentado.

Objetivo da Pesquisa:

Bem definido como sendo a análise e estudo da violência sexual como tipo de violência de gênero quando decorrente da dominação masculina.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos estão controlados mediante o preparo de questionário e prévia obtenção de consentimento consciente e informado dos entrevistados. Os benefícios advirão dos resultados obtidos para o fim de futuras considerações em pesquisas similares e em projetos de políticas públicas protetivas da espécie.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem delineada e a propositura conta com séria e competente orientação de docente experiente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS - UNESP
- CAMPUS DE FRANCA



Continuação do Parecer: 963.812

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acata o parecer do relator.

FRANCA, 25 de Fevereiro de 2015

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

ANEXO B AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

**PUC
GOIÁS**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
GABINETE DO REITORAv. Universitária, 1069 ● Setor Universitário
Caixa Postal 86 ● CEP 74605-010
Goiânia ● Goiás ● Brasil
Fone: (62) 3946.1000 ● Fax: (62) 3946.1005
www.pucgoias.edu.br ● reitoria@pucgoias.edu.br

DECLARAÇÃO

Declaramos que Solange Bassetto de Freitas está autorizada a utilizar o material transcrito das sessões de psicoterapia realizadas com cinco sujeitos atendidos pelo Programa Repondo, do Projeto Invertendo a Rota, para a realização do projeto de pesquisa de doutorado intitulado: **E Agora José? Ideologias de gênero e violência sexual contra crianças e adolescentes**, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Nassif Soares, na UNESP-Franca. O material utilizado deverá garantir o sigilo em relação à identidade dos sujeitos da pesquisa.

Por ser verdade, assinamos a presente declaração.

Goiânia, 14 de Janeiro de 2015.

Rogério Araújo da Silva

Coordenador do Projeto Invertendo a Rota e Assessor do IDF

Elizabete Bicalho

Coordenadora do Instituto Dom Fernando